

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

ERBENIA LOURENÇO DE OLIVEIRA

ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NOS EUA E A COOPERAÇÃO
TRANSNACIONAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A ATUAÇÃO DA USFSA

JOÃO PESSOA

2020

ERBENIA LOURENÇO DE OLIVEIRA

**ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NOS EUA E A COOPERAÇÃO
TRANSNACIONAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A ATUAÇÃO DA USFSA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Gestão Pública e Cooperação Internacional.

Orientadora: Prof.º. Drº. Thiago Lima da Silva.

JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

048e Oliveira, Erbenia Lourenço de.
Estrangeirização de terras nos EUA e a cooperação
transnacional dos movimentos sociais : a atuação da
USFSA / Erbenia Lourenço de Oliveira. - João Pessoa,
2020.
141 f. : il.

Orientação: Thiago Lima da Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Mercado de terras - Estados Unidos. 2. Terras -
Estrangeirização. 3. Land grabbing. 4. Cooperação
transnacional. 5. Movimentos sociais. 6. Soberania
alimentar. I. Silva, Thiago Lima da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 332.72(73)(043)



FOLHA DE APROVAÇÃO

ERBENIA LOURENÇO DE OLIVEIRA

ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NOS EUA E A COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A ATUAÇÃO DA USFSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba como exigência final para a obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Thiago Lima da Silva

Data de aprovação: 16/12/2020

Banca examinadora:

Prof. Dr. Thiago Lima da Silva
Orientador/ Presidente da Banca Examinadora– PGPCI/UFPB

Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite
Examinador Interno – PGPCI/UFPB

Prof. Dr.ª Lorena Izá Pereira
Examinador Externo – UNESP

“Nenhum banco dá o juro que a terra dá. A gente planta um grão de milho e colhe várias espigas.”

Meu avô Pedro.

AGRADECIMENTOS

Cursar o mestrado foi uma tarefa desafiadora e muito especial. Gostaria de agradecer a todos que fizeram parte, direta ou indiretamente, dessa experiência. Agradeço, sobretudo, a Deus pela força e pela vida! Agradeço a meus pais, José e Maria por todo esforço, suporte e amor. Agradeço as minhas irmãs, Thares e Celeste, assim como toda minha família e amigos pelo suporte, paciência e carinho! Sem minha família, eu nada seria. Agradeço também a Lana, uma das pessoas mais especiais que já conheci na vida (meu coração também é seu!). Gostaria de agradecer também a todos os professores que me auxiliaram durante essa jornada, sobretudo, o meu orientador Thiago Lima que me acompanha desde a graduação e tem sido fundamental no meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Agradeço também ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) e à CAPES, sobretudo Sandro e o professor Sebastião, pelo financiamento integral da pesquisa desde a primeira fase na graduação até a pesquisa de campo em Washington D.C., nos EUA.

RESUMO

O fenômeno do *land grabbing* chamou a atenção internacional devido às contradições e reações sociais que envolvem o avanço desse processo. O fenômeno geralmente afeta comunidades tradicionais em países pobres ou em desenvolvimento, no entanto, identificou-se que também está afetando comunidades tradicionais em países desenvolvidos como EUA, Canadá, Austrália. Dessa forma, esta dissertação busca analisar a estrangeirização de terras nos EUA, ou seja, os EUA como alvo de investimentos em terras. Partindo das contradições que envolvem a aquisição de terras por estrangeiros, a pesquisa tem como objetivo central entender por que os movimentos sociais cooperam contra a estrangeirização de terras com base na atuação da US Food Sovereignty Alliance (USFSA). Dessa forma, foram definidos como objetivos específicos analisar a estrangeirização de terras nos EUA, estudar a literatura sobre a cooperação transnacional da sociedade civil global e analisar as reações sociais à estrangeirização de terras nos EUA. Para alcançar os objetivos propostos, no âmbito metodológico foi desenvolvida uma pesquisa de caráter qualitativo, utilizando o método dedutivo de análise. As técnicas de análise utilizadas foram a revisão bibliográfica, análise documental, além da pesquisa de campo para realização de entrevistas semiestruturadas, que também ocorreram de forma virtual. Após construir o panorama da estrangeirização de terras nos EUA, identificando a escala do fenômeno, os principais atores, áreas de investimento e consequências socioeconômicas, buscou-se apresentar as abordagens dos movimentos rurais transnacionais, globalização desde baixo e Transnational Advocacy Networks (TAN) como principais abordagens para compreender a relação entre a Variável Independente (VI) e a Variável Dependente (VD). Com base na análise da atuação da USFSA, identificamos que os movimentos sociais cooperam contra a estrangeirização de terras pela necessidade de responder globalmente aos atores privados internacionais que tendem a limitar o acesso a terras por parte de comunidades tradicionais. A cooperação, que ocorre de forma transnacional, pode ser considerada como a principal estratégia de ação desses movimentos que buscam apoio, solidariedade e compartilhamento de informações e experiências no âmbito internacional, sem negligenciar a valorização das comunidades de base.

Palavras-chave: estrangeirização de terras; *land grabbing*; Estados Unidos; cooperação transnacional; Movimentos sociais; Soberania Alimentar.

ABSTRACT

The phenomenon of land grabbing has attracted international attention due to the contradictions and social reactions that involve the progress of this process. The phenomenon generally affects traditional communities in poor or developing countries, however, it has been identified that it is also affecting traditional communities in developed countries such as the USA, Canada, Australia. Thus, this dissertation seeks to analyze the foreignization of land in the USA, that is, the USA as a target for land investments. Starting from the contradictions that involve the acquisition of land by foreigners, the research has the central objective of understanding why social movements cooperate against the foreignization of land based on the actions of the US Food Sovereignty Alliance. In this way, specific objectives were defined to analyze the land foreignization in the USA, to study the literature on the transnational cooperation of global civil society and to analyze the social reactions to the land foreignization in the USA. To achieve the proposed objectives, in the methodological scope, a qualitative research was developed, using the deductive method of analysis. The analysis techniques used were bibliographic review, document analysis, in addition to field research for conducting semi-structured interviews, which also took place in a virtual manner. After constructing the panorama of land alienation in the USA, identifying the scale of the phenomenon, the main actors, areas of investment and socioeconomic consequences, we sought to present the approaches of transnational rural movements, globalization from below and Transnational Advocacy Networks (TAN) as main approaches to understand the relationship between the Independent Variable (VI) and the Dependent Variable (DV). Based on the analysis of the USFSA's performance, we identified that social movements cooperate against the foreignization of land due to the need to respond globally to international private actors who tend to limit access to land by traditional communities. Cooperation, which takes place transnationally, can be considered as the main action strategy of these movements that seek support, solidarity and sharing information and experiences at the international level, without neglecting the valorization of grassroots communities.

Keywords: land alienation; land grabbing; United States; transnational cooperation; Social movements; Food Sovereignty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Transações de terras em larga escala a nível global	8
Figura 2 – Estrangeirização de terras nos EUA (2004-2018).....	19
Figura 3 – Proporção de terras agrícolas de propriedade estrangeira para todas as terras agrícolas privadas nos EUA.....	20

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Estrangeirização de terras nos EUA 2018.....	21
Tabela 2 – Categorias analíticas.....	73
Tabela 3 – Entrevistas semi-estruturada.....	74
Tabela 4 – Iniciativas de soberania alimentar nos Estados Unidos	105

LISTA DE SIGLAS

AFIDA	<i>The Agricultural Foreign Investment Disclosure Act</i>
AGRA	Aliança para a Revolução Verde na África
AQUAA Act	American Aquaculture Act
BM	Banco Mundial
CFS	Conselho de Segurança Alimentar
CLT	Community Land Trust
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSA	Community-supported Agriculture
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FSA	<i>Farm Service Agency</i>
FSE	Fórum Social Europeu
FSM	Fórum Social Mundial
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
IATP	<i>Institute for Agriculture and Trade Policy</i>
IFAP	<i>International Federation of Agricultural Producers</i>
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
INCT-INEU	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos
ILC	International Land Coalition
IPC	International Planning Committee for Food Sovereignty
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KRRS	Karnataka State Farmers Union
MAT	Movimentos Agrários Transnacionais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MUFI	Michigan Urban Farm Initiative
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NAMA	Northwest Atlantic Marine Alliance
NCREIF	<i>National Council of Real Estate Investment Fiduciaries</i>
NFFC	<i>National Family Farm Coalition</i>

OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PP	Políticas Públicas
PRAI	<i>Principles for Responsive Agricultural Investment that Respects Livelihoods and Resources</i>
ProSAVANA	Programa de Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique
TAM	Transnational Agrarian Movements
TAN	Transnational Advocacy Networks
TIAA-CREF	<i>Teachers Insurance and Annuity Association of America</i>
TNI	Transnational Institute
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
USFSA	<i>US Food Sovereignty Alliance</i>
ZIMSOFF	Zimbabwe Organic Smallholder Farmer's Forum

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NOS EUA E AS REAÇÕES SOCIAIS AO FENÔMENO	7
2.1. O QUE É A ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS?	7
2.1.1 Ocean grabbing e green grabbing: a natureza como mercadoria?	15
2.1.2. Articulação transnacional contra o ProSAVANA em Moçambique	16
2.2. PANORAMA GERAL DA ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NOS EUA: ESCALA, ATORES, LEGISLAÇÃO E MOTIVAÇÕES	18
2.3. REAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NOS EUA À ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS	26
3. COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL DOS MOVIMENTOS RURAIS: A CONTESTAÇÃO NEOLIBERAL NASCE NO CAMPO	32
3.1. MOVIMENTOS RURAIS TRANSNACIONAIS	33
3.1.1 Contexto neoliberal e suas consequências para o meio rural	33
3.1.2 Caracterização geral dos movimentos sociais rurais transnacionais	39
3.1.3 Desafios e críticas que dificultam a ação coletiva no campo	45
3.2. GLOBALIZAÇÃO DESDE BAIXO E A COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS	46
3.3 TRANSNATIONAL ADVOCACY NETWORKS (TAN)	57
3.4 CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS TRANSNACIONAIS PARA POLÍTICA MUNDIAL	59
3.5 VIA CAMPESINA: PRINCIPAL EXPRESSÃO DA COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS	63
3.6. MOVIMENTOS SOCIAIS E GESTÃO PÚBLICA	68
4. MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NOS EUA: A BUSCA POR ALIADOS ESTRANGEIROS	75
4.1. CONTEXTO	81

4.2. COMPOSIÇÃO SOCIAL: A US FOOD SOVEREIGNTY ALLIANCE ENQUANTO ATOR SOCIAL	85
4.2.1 O que é a USFSA?	85
4.2.2 Composição social	86
4.2.3 Estrutura organizacional	86
4.2.4 Demandas	90
4.3. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	91
4.4. COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL	97
4.4.1 Busca por aliados internacionais	97
4.4.2 Como aliados estrangeiros potencializam os resultados dos movimentos e organizações	100
4.4.3 Relação com MST e Via Campesina	102
4.5. RESULTADOS ALCANÇADOS PELA USFSA	103
4.6 ASPECTOS RELACIONADOS AO BRASIL	112
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
7. ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA	128

1. INTRODUÇÃO

O cenário global contemporâneo, sobretudo as últimas décadas do século XX e início do século XXI, foi marcado por mudanças significativas no que se refere a dinâmica das questões agrárias. A ocorrência de múltiplas crises no sistema internacional e as oportunidades de lucro direcionaram parte dos investimentos em larga escala para atividades relacionadas ao meio rural, o que provocou mudanças na estrutura produtiva dos alimentos, assim como incentivou a remoção de comunidades tradicionais e camponeses que tiveram de se adaptar às mudanças sociais e econômicas advindas com as ondas de investimentos.

Uma das consequências do aumento dos investimentos em terras em larga escala foi o agravamento de um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade desde sua gênese, a fome. Apesar do início do século XXI presenciar a diminuição gradativa do problema da fome, como aponta o relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020* da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, o aumento dos investimentos em terras em larga escala, fenômeno que ficou conhecido na literatura como *land grabbing*, pode ser considerado como uma das maiores ameaças ao alcance da segurança alimentar e nutricional a nível global. De acordo com dados da FAO (2020), atualmente, cerca de 690 milhões de pessoas, o que equivale a 8,9% da população mundial, sofrem de desnutrição.

O avanço da estrangeirização de terras, que, a grosso modo, se refere à aquisição de terras em larga escala por estrangeiros, pode ser considerado como um dos frutos da globalização neoliberal (BORRAS e FRANCO, 2013), sobretudo no setor agrário, que foi responsável por disseminar o modelo de produção agrícola baseado no agronegócio, ou seja, na monocultura e no uso de insumos de alto valor agregado, a exemplo de produtos químicos e uso de organismos transgênicos na produção.

Esse modelo agrícola, desde sua expansão, sofre críticas por parte de atores sociais afetados por esse processo. A produção baseada na monocultura tende a inibir a biodiversidade do solo, além de ocupar vastas áreas antes ocupadas por comunidades tradicionais ou espécies da fauna e da flora. O uso de insumos químicos e organismos transgênicos, em muitos casos, apesar de melhorar o fator da produtividade, têm causado danos irreversíveis na saúde humana.

Em contrapartida, o sistema alimentar, liderado por atores relevantes do sistema internacional ligados ao agronegócio, encontrou resistência por parte de atores sociais que, em

detrimento do agronegócio, propõem a utilização de um sistema alimentar baseado no conceito de soberania alimentar e na disseminação da agroecologia. É nesse contexto de disputa pela modulação do sistema alimentar global que coloca de um lado atores ligados ao agronegócio e do outro defensores da soberania alimentar, que se insere esta dissertação.

O avanço do agronegócio, que considera a terra como uma mercadoria, tende a limitar o acesso às terras por camponeses e atores sociais vulneráveis do campo. Por sua vez, o conceito de soberania alimentar, defendido por movimentos coletivos como organizações de base e movimentos sociais, propõe uma nova forma de ver a terra ao propor a compra coletiva de terras como uma solução possível para os problemas enfrentados diante os (diante dos) investimentos maciços em terras realizados, sobretudo, por atores do agronegócio e dos sistemas financeiro e imobiliário.

Dessa forma, a adoção do conceito de soberania alimentar e da compra coletiva de terras seria uma forma de combater o agronegócio e a visão da terra como *commodity*, que apesar de se apresentar como solução para o problema da fome, tem negado o acesso aos meios de cultivo e agravado a insegurança alimentar.

No contexto da quádrupla crise mundial que envolveu os setores energético, alimentar, climático e financeiro no início dos anos 2000, houve um aumento considerável da busca por investimentos em terras a nível global. Esse movimento de busca por investimento em terras para escapar das crises levou ao fenômeno que ficou conhecido como estrangeirização de terras, ou ainda *land grabbing* e *acaparamiento de tierras*, como se convencionou chamar na literatura crítica (SCHUTTER, 2011; WHITE et al., 2012; SOMMERVILLE et al., 2014; PEREIRA, 2017).

Esse fenômeno ganhou repercussão nas análises de Economia Política Internacional (EPI) por gerar diversos problemas sociais, econômicos e ambientais, como a expulsão de comunidades tradicionais de suas terras, eliminação da biodiversidade das áreas atingidas, aumento da insegurança alimentar e aumento da desigualdade social nos países alvo dos investimentos.

Embora a literatura reconheça que o fenômeno não ocorra apenas no sentido Norte-Sul, ou seja, ele também ocorre no sentido Sul-Sul e Sul-Norte (PEREIRA, 2017; LIMA e LOURENÇO, 2018), não há muitas pesquisas acadêmicas sobre como o fenômeno se comporta em países ricos. É com base nessa lacuna, que se busca estudar o fenômeno da

estrangeirização de terras nos EUA e como os movimentos sociais e organizações da sociedade civil se organizam contra esse fenômeno no país e a nível internacional.

A estrutura da pesquisa, que tem como eixo central a análise do fenômeno da estrangeirização de terras, é a continuação da pesquisa de longo prazo realizada desde a graduação com financiamento do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).

No primeiro estágio, realizado no âmbito da graduação, houve um esforço de entender os efeitos do fenômeno em um país rico e em um país pobre, EUA e Moçambique, buscando descrever o fenômeno, principais atores envolvidos, assim como os problemas sociais gerados e as motivações que levam aos investimentos em terras de larga escala. Os resultados do primeiro estágio da pesquisa foram publicados na Revista Tempo Mundo do IPEA em 2019, sob o título “Corrida global por terras: os EUA como alvo?” No segundo estágio da pesquisa, realizado no mestrado, busca-se analisar de forma aprofundada quais as reações sociais a esse fenômeno nos EUA, um país do Norte.

O desenvolvimento da pesquisa, que em um primeiro momento voltou-se para a apresentação do panorama geral e escopo do fenômeno, para posteriormente voltar-se para as reações sociais, corrobora a tendência geral de pesquisas que têm como objeto de estudo o *land grabbing* ou estrangeirização de terras. De acordo com Pereira (2017), a tendência do desenvolvimento das pesquisas sobre *land grabbing*, é de caracterizar o fenômeno, escala e atores envolvidos, para posteriormente iniciar estudos que abordam o fenômeno de forma mais aprofundada ao propor análises das reações sociais e ao propor estudos que consolidam questões que na primeira fase foram motivo de debate por parte dos pesquisadores, a exemplo do reconhecimento de que atores como Brasil e Índia também desempenham papel fundamental como *grabbers* no sistema internacional.

Dessa forma, com base na linearidade da pesquisa e nos estudos sobre métodos de análise nas ciências sociais, a pergunta de pesquisa elaborada busca entender: por que os movimentos sociais cooperam (transnacionalmente) contra a estrangeirização de terras? Portanto, no âmbito do objetivo geral, busca-se entender por que os movimentos sociais cooperam transnacionalmente contra o fenômeno da estrangeirização de terras, tomando como base as articulações internacionais que tiveram como sede os EUA.

Para alcançar o objetivo geral foram delineados três objetivos específicos: analisar o fenômeno da estrangeirização de terras nos EUA; estudar a literatura sobre a cooperação

transnacional da sociedade civil global; analisar as reações sociais à estrangeirização de terras nos EUA. Serão analisadas, portanto, as reações sociais contra o fenômeno nos EUA, mas especificamente as que possuem caráter transnacional, sobretudo a atuação da US Food Sovereignty Alliance (USFSA) que, além de ter como um de seus principais objetivos combater o *land grabbing*, possui como membros oficiais atores internacionais como o MST, a Via Campesina e ONGs internacionais como a Action Aid e Grassroots International.

No âmbito dos aspectos metodológicos, para atingir os objetivos específicos, desenvolvemos uma pesquisa de caráter qualitativo, utilizando o método dedutivo de análise que possibilitou a análise de um caso particular a partir de abstrações mais gerais, ou seja, o uso de conceitos e teorias como lentes para observar um caso específico.

Em relação às técnicas de pesquisa, o presente estudo irá utilizar a revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas. Serão analisados artigos, livros e documentos referentes ao processo de *land grabbing*, e, posteriormente, serão analisados documentos oficiais dos governos norte-americano, assim como relatórios de ONG, em grande medida, para verificar a manifestação do fenômeno nos EUA.

Além disso, ainda no âmbito das técnicas de pesquisa, foi necessário a realização de uma pesquisa de campo para coletar dados referentes ao terceiro objetivo específico. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas que foram delineadas a partir dos conceitos e teorias que utilizamos como lente de análise. Por fim, utilizamos a análise de conteúdo para analisar os dados coletados durante a pesquisa de campo e para compreender melhor a relação entre as variáveis. A pesquisa de campo estava projetada para durar dois meses, em Washington, D.C.. De fato, desembarquei na capital dos EUA em sete de fevereiro, mas logo nas primeiras semanas ocorreu o desencadeamento da pandemia da COVID-19 e isto impediu a devida execução da pesquisa de campo. Por isso, retornei ao Brasil e conduzi as entrevistas e contatos por meios virtuais.

A estruturação da dissertação foi montada, portanto, com base nos objetivos específicos que se tornaram os três capítulos que apresentam os resultados da pesquisa. Além desta introdução e da conclusão, a dissertação está organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “A estrangeirização da terra nos EUA e as reações sociais ao fenômeno”, trata do escopo do *land grabbing* nos EUA, assim como principais atores envolvidos e motivações dos investimentos, além de abordar algumas ações de resistência dos

movimentos sociais a esse processo. O capítulo possui informações coletadas na primeira fase da pesquisa durante a graduação, porém, traz os dados atualizados sobre a propriedade de terras por estrangeiros nos EUA publicados no relatório *Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land 2018*, publicado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

O segundo capítulo, denominado “Cooperação transnacional dos movimentos rurais: a contestação neoliberal nasce no campo”, trata-se do capítulo analítico da dissertação em que são apresentadas as principais perspectivas teóricas e conceitos que serão úteis para compreender a relação entre a Variável Independente (VI), que é a estrangeirização de terras, e a Variável Dependente (VD), que se trata da cooperação transnacional contra o *land grabbing*. Neste capítulo serão apresentadas três perspectivas principais: a teoria dos movimentos sociais rurais transnacionais (MOYO e YEROS, 2005; SCHERER-WARREN, 2000; ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012; BERNSTEIN, 2005; MARTINIELLO e NYAMSEDA, 2018), a abordagem denominada globalização desde baixo (BRECHER, COSTELLO e SMITH, 2000; DELLA PORTA et al., 2006; WILLIAMS, 2007) e a abordagem das Transnational Advocacy Networks (TAN) (KECK e SIKKINK, 1998), que apresenta o conceito de padrão bumerangue.

O terceiro capítulo, por sua vez, trata da apresentação dos resultados da pesquisa de campo. Intitulado como “Movimentos sociais rurais nos EUA: a busca de aliados estrangeiros”, o capítulo apresenta os dados da pesquisa de campo e busca estabelecer uma relação dos dados com os conceitos e abordagens dispostas no segundo capítulo.

A inspiração da pesquisa e seu foco em estudar uma espécie de articulação transnacional contra a aquisição de terras em larga escala surgiu na primeira fase da pesquisa em que identificamos uma articulação transnacional de movimentos sociais bem-sucedida que poderia impedir um grande projeto de cooperação entre Brasil, Japão e Moçambique chamado ProSAVANA que tinha como objetivo, ao menos no âmbito do discurso, desenvolver a agricultura das savanas de Moçambique. Segundo os movimentos e organizações de base, o projeto não iria beneficiar as comunidades tradicionais como argumentavam, ao invés disso iria aumentar a violência contra as comunidades rurais e dificultar o acesso à terra por parte desses pequenos agricultores (MONJANE, 2016, SOUZA, 2017, ARAGÃO, 2018). Então, partindo dessa articulação transnacional bem-sucedida, decidimos entender se o USFSA poderia ser um exemplo disso.

A pesquisa se torna relevante pelo fato de os Estados Unidos serem um ator estratégico para o Brasil e fundamental nas relações internacionais. Portanto, sua trajetória pode mostrar *insights* para a experiência brasileira. Compreender o processo que compõe o fenômeno e seus principais atores, no entanto, não é suficiente, é preciso verificar como ocorre a cooperação transnacional de movimentos sociais e ONG, no âmbito da sociedade civil, que buscam alertar e desenvolver ações contra os efeitos negativos do fenômeno.

2. ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NOS EUA E AS REAÇÕES SOCIAIS AO FENÔMENO

O capítulo se propõe a apresentar o panorama geral da estrangeirização de terras nos EUA, baseado nos dados do relatório *Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2018* produzido pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Além de apresentar a escala do fenômeno nos EUA, seus principais atores e consequências, o capítulo busca trazer algumas das reações da sociedade civil dos EUA ao processo de investimentos em terras em larga escala feito por estrangeiros. No entanto, antes será feita a apresentação e discussão do conceito de *land grabbing*, ou como se trata aqui, a estrangeirização de terras.

2.1. O QUE É A ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS?

A estrangeirização de terras, também denominada pela literatura internacional como *land grabbing*, é um fenômeno contemporâneo e complexo que envolve as mais variadas áreas do conhecimento. As contradições que envolvem seu estudo vão desde a escolha do termo para se referir ao fenômeno, até sua escala, surgimento, dentre outras questões..

No entanto, há consenso entre os pesquisadores de que o processo de aquisição transnacional de terras se intensificou a partir de 2007 com a quádrupla crise global. Após as crises globais dos anos de 2000, envolvendo a crise energética, climática, alimentar e financeira, o fenômeno do *land grabbing* global chamou atenção do sistema internacional, uma vez que tais crises acarretaram em um aumento substancial no investimento em terras por parte de países e empresas poderosas no sistema internacional (SCHUTTER, 2011; WHITE et al., 2012; SOMMERVILLE et al., 2014; PEREIRA, 2017).

Borras e Franco (2013), oriundos do principal nó da rede de pesquisas sobre *land grabbing* que é o International Institute for Social Studies (ISS) nos Países Baixos, propõem que houve uma convergência de crises que acarretou na intensificação do processo de aquisição de terras em larga escala. Madeleine Fairbairn (2020), também argumenta que as crises alimentar e financeira que ocorrem por volta dos anos 2007 e 2008 contribuem para a corrida global por terras e a agricultura passa a ser o novo foco do setor financeiro.

O debate sobre a nomenclatura para se referir ao processo de aquisição de terras em larga escala por estrangeiros que gera diversos tipos de externalidades sociais, ambientais e

econômicas ainda é inconclusivo, na medida em que cada termo carrega significados políticos e sociais. O próprio termo *land grabbing* é escolhido de forma crítica para denunciar o fenômeno que tem afetado camponeses e comunidades tradicionais ao redor do globo. Além do termo *land grabbing*, adotado pela literatura internacional a exemplo de Borras e Franco (2013) e estrangeirização de terras, termo adotado por pesquisadores brasileiros, o fenômeno também é conhecido como aquisição global de terras, controle de terras, *acaparamiento de tierras* na literatura hispânica.

Dentre as denominações, podem ser consideradas como mais problemáticas a definição da FAO (1999) que considera o *land grabbing* como aquisição global de terras. Críticos como Borras e Franco (2013), consideram o termo como um eufemismo que maquia as contradições presentes no processo.

O termo estrangeirização de terras, utilizado como sinônimo do *land grabbing* por pesquisadores brasileiros, também é considerado como um equívoco por considerar que o processo de aquisição de terras em larga escala também é impulsionado por atores nacionais (PEREIRA, 2017).

Pereira (2017), pesquisadora brasileira, propõe o termo controle de terras para se referir ao fenômeno na língua portuguesa, argumentando que o mesmo traduz melhor o sentido de controle das terras do termo *land grabbing*. Consideramos esse esforço como válido, no entanto, o mesmo não consegue abarcar o aspecto transitório e transacional do controle de terras.

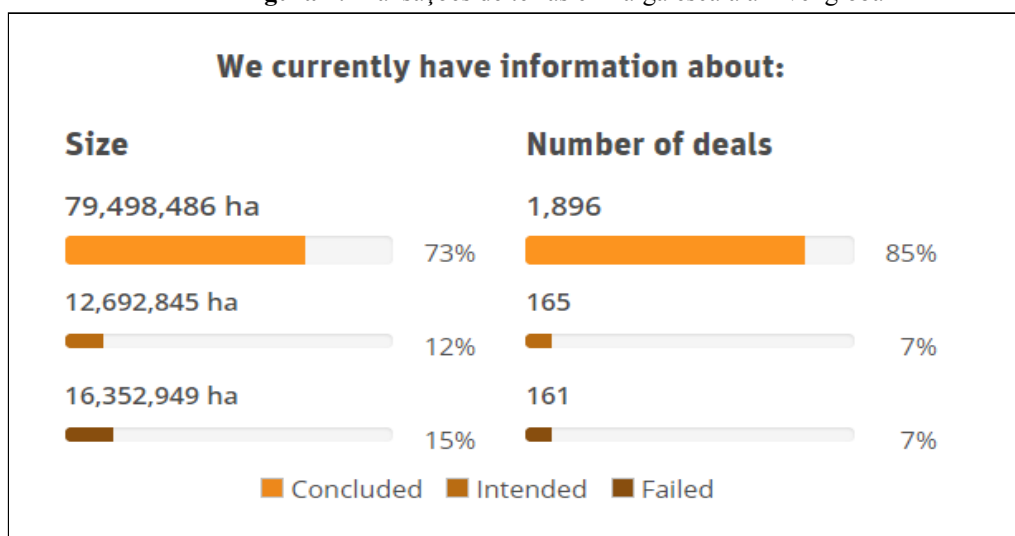
Dessa forma, adotaremos o termo estrangeirização de terras para fazer referência ao fenômeno contemporâneo de investimentos em terras em larga escala feitos por países, multinacionais, fundos de investimentos, entre outros, que tende a descolar e afetar a reprodução de camponeses e comunidades tradicionais em nível global.

As controvérsias do fenômeno também giram em torno do seu surgimento. Ainda há autores que consideram que o fenômeno de *land grabbing* possui antecedentes históricos que remontam a era colonial (OLIVEIRA, 2010), quando países estrangeiros adquiriram terras em outros locais. Outro aspecto que gera controvérsias em torno do fenômeno é quanto a sua escala. As informações sobre a escala dos acordos sobre terras geralmente são retiradas de fontes alternativas desenvolvidas por pesquisadores, a exemplo o Land Matrix, DATALUTA, devido à falta de confiança nas informações prestadas pelos Estados (PEREIRA, 2017).

Apesar disso, há críticas devido às inconsistências presentes nas bases de dados alternativas como contratos não finalizados.

De acordo com dados do Land Matrix (2020), foram firmadas cerca de 1.896 transações concluídas, as quais movimentaram cerca de 79 milhões de hectares, como podemos ver na figura 1. Os principais países alvos das transações de terras atualmente são países provenientes do Sul global como a República Democrática do Laos, a Rússia, Indonésia, Brasil, Papua-Nova Guiné, Ucrânia, Sudão do Sul, Argentina, Moçambique e Guiana. Quanto aos principais investidores, a Tailândia aparece em primeiro lugar, seguido pela República Democrática de Laos, China, Rússia, Ucrânia, Estados Unidos, Malásia, Suíça, Japão e Brasil (LAND MATRIX, 2020). A figura abaixo mostra os dados apresentados pelo Land Matrix sobre os acordos de terras em larga escala a nível global.

Figura 1: Transações de terras em larga escala a nível global



Fonte: LAND MATRIX, 2020.

Os dados apresentados, apesar das controvérsias em relação à precisão dos mesmos, demonstram a dimensão global e complexidade do fenômeno, em que países como Brasil e República Democrática de Laos aparecem como atores importantes em ambos os lados do processo, ou seja, como alvos principais, assim como atores relevantes nos investimentos em terras em larga escala.

Como observam Lima e Leite (2016), há uma parcela de pesquisadores do fenômeno que consideram a aquisição transnacional de terras como uma junção de casos isolados ao redor do globo, como é o caso de Peluso e Lund (2011). No entanto, outros pesquisadores

como Borras et al (2013), Saskia Sassen (2013), consideram o fenômeno como um movimento global integrado.

A seguir serão apresentadas algumas características e definições do *land grabbing*, muitas vezes utilizadas de forma estratégica, assim como os termos, e refletem os interesses dos atores que as constroem. Nesse contexto, podemos introduzir a definição de *land grabbing* para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que considera o fenômeno como uma aquisição de terras em larga escala (FAO, 1999), no sentido de negligenciar as contradições que envolvem esse processo.

De acordo com a organização, seria considerado um negócio de terras, apenas os acordos que atendessem a três critérios: o primeiro seria que o negócio deveria ser em larga escala, não menos do que 1.000 hectares por negócio; o segundo critério seria haver envolvimento direto de estrangeiros; e o terceiro, por sua vez, seria o fato dos novos investimentos em terras causarem danos alimentares nos países beneficiários (GÓMEZ, 2011 apud BORRAS et al., 2012, p. 403).

A definição da FAO seria considerada limitada, uma vez que não expõe a complexidade do fenômeno e, de acordo com tais critérios, muitos acordos ficariam de fora da análise e outros tipos de investimentos em terras que não necessariamente tenham a ver com o setor alimentar.

Definir o *land grabbing* é uma tarefa desafiadora por se tratar de um fenômeno complexo. Borras et al. (2012) considera que:

[...] o *land grabbing* contemporâneo é a captura do controle de áreas de terra relativamente vastas e outros recursos naturais através de uma variedade de mecanismos e formas envolvendo capital em larga escala que muitas vezes desloca o uso de recursos para o de extração, seja para fins internacionais ou domésticos, como resposta do capital à convergência de crises alimentares, energéticas e financeiras, mitigação das mudanças climáticas imperativas e demandas de recursos de centros mais novos de capital global (BORRAS et al, 2012, p. 405).

No entanto, a definição acima não consegue abranger o aspecto geopolítico. Moyo et al. (2012), Sommerville et al (2014) e Margulis (2014), abrangem o aspecto geopolítico ao considerar casos onde países adquirem terras em outros territórios para facilitar o acesso a alguma saída estratégica para o mar ou para garantir a soberania ou segurança alimentar de sua população.

Numa perspectiva da economia política e de segurança, um fator que pode ser considerado importante para a aquisição de terras em larga escala, foi a decisão dos países em investir em seu próprio abastecimento em resposta à crise alimentar de 2008, quando ocorreram vários embargos às exportações de alimentos. Após os embargos, os Estados

deixaram de confiar na cooperação da ordem econômica mundial e passaram a produzir seus alimentos, numa tentativa de buscar a segurança alimentar, principalmente em tempos de conflito no sistema internacional. Uma das alternativas desse autoabastecimento foi o controle de terras estrangeiras para produção de bens alimentares e, consequentemente, a prática do *land grabbing* (LIMA e LEITE, 2016).

Essa característica de larga escala do fenômeno também foi possível devido a mudanças econômicas e geopolíticas, como a ascensão de ideias neoliberais na economia política internacional, que levaram a uma alteração no papel do Estado que passou a valorizar e a buscar investimentos estrangeiros, fazendo com que governos locais criassem facilidades para atrair tais investimentos.

Nesse processo ocorre o que Moyo et al (2012) chamam de commodificação da terra, onde um bem considerado fundamental para a vida humana torna-se um produto à mercê das vontades do mercado. Sauer e Leite (2012) também chamam atenção para o perigo de se tratar a terra como uma mercadoria, justamente pelo fato da mesma ser crucial na vida do ser humano e ser local de construção da identidade de comunidades.

A concepção da terra como uma commodity incentiva, juntamente às crises ambientais, alimentares e financeiras, o processo de "acumulação por desapropriação" - termo que ficou famoso e foi criado por David Harvey para se referir a uma espécie de acumulação contemporânea semelhante à acumulação primitiva definida por Marx. Apesar disso, Moyo et al. (2012) preferem a abordagem de Marx, discordando de Harvey em relação ao processo de acumulação de terras.

O Land Matrix, por sua vez, uma base de dados especificamente para oferecer informações estatísticas sobre o fenômeno da aquisição transnacional de terras no Sul Global, traz uma perspectiva mais ampla do fenômeno. De acordo com o Land Matrix, para ser considerado uma aquisição de terras pertinente, é necessário atender os seguintes critérios:

- Implicam transferência de direitos de uso, controle ou terras próprias por meio de venda, arrendamento ou concessão;
- Eles implicam uma conversão de terras usadas por pequenos proprietários ou para fins ambientais para uso comercial em larga escala.
- São 200 hectares ou mais e não foram concluídos antes do ano 2000 quando o índice de preços de alimentos da FAO era menor (LAND MATRIX, 2012 apud SASSEN, 2013, p. 30).

A definição do Land Matrix seria mais abrangente do que a utilizada pela FAO, uma vez que a organização considera apenas acordos acima de 1.000 hectares e a base de dados já considera a partir de 200 hectares no acordo. Tal escolha pode ter sido realizada de forma estratégica pela FAO, se a mesma busca incentivar o investimento em terras que pode ser

motivado pela influência de ideias neoliberais provenientes de atores centrais do sistema internacional. Um estudo mais aprofundado deveria ser feito para confirmar essa hipótese. A definição também sugere que a causa do aumento dos acordos em terras seria apenas devido à crise alimentar por volta de 2008, no entanto, como veremos posteriormente, há muitas outras motivações que levam à acumulação de terras.

Além disso, ao caracterizar o *land grabbing*, é interessante ressaltar a emergência de culturas flexíveis, ou seja, produção de commodities agrícolas, como a cana-de-açúcar e o milho, servem tanto para alimentação quanto para produção de agrocombustíveis, mais especificamente o milho por ser um alimento básico e faz parte da dieta de muitas culturas. Essa flexibilidade possui uma razão estratégica, uma vez que a cana-de-açúcar, por exemplo, pode ser utilizada para produzir Etanol quando o preço deste está elevado no mercado internacional de commodities, como também, pode ser utilizada para produzir açúcar quando o preço do alimento está alto no âmbito internacional (BORRAS JR. et al., 2012).

Os atores envolvidos nesse processo de aquisição de terras são variados e vão desde Estados até empresas transnacionais. É importante frisar que países subdesenvolvidos também adquirem terras em larga escala, assim como países desenvolvidos também são alvos de aquisições de terras. Sassen (2013) apontou que entre os principais compradores ou investidores (grabbers) de terras no âmbito do *land grabbing* são os Estados ricos do Golfo, a China, Coréia do Sul, países europeus, os Estados Unidos, além de empresas privadas dos mais variados países como a Monsanto e a Cargill.

Ao observar os atores envolvidos é possível notar que é necessário apontar os atores emergentes da nova ordem internacional, como a China e o Brasil, que apesar de serem considerados países em desenvolvimento, atuam de forma considerável na aquisição de terras globais, mostrando que os próprios atores do Sul mantêm relações de exploração uns com os outros. Devido a tais mudanças na distribuição de forças no sistema internacional e outros aspectos contemporâneos, há abordagens sobre o *land grabbing* que o consideram como uma nova forma de colonialismo (SASSEN, 2013; MARTIN e PALAT, 2014), ou como um imperialismo que traz uma nova forma de acumulação primitiva (MOYO et al, 2012; WHITE et al., 2012).

Além do reconhecimento de que países do Sul também atuam como grabbers, as pesquisas sobre *land grabbing* apontam para a desconstrução da dicotomia de exploração Norte-Sul. De acordo com Pereira (2017), camponeses de países como Austrália, Alemanha, Itália e demais países europeus também são vítimas das externalidades desse fenômeno. Um exemplo disso, é a pesquisa publicada pelo *Transnational Institute* que considera as

concentrações de terras e disputas relacionadas à terra em dez países europeus. Os Estados Unidos, como veremos mais adiante, também é considerado como alvo dos investimentos em terras e a população rural mais vulnerável enfrenta a dificuldade de acesso a terras com o avanço desse processo.

Em pesquisa recentemente publicada pela autora Madeleine Fairbairn (2020), que desenvolve uma pesquisa sobre a financeirização das terras agrícolas com foco nos EUA e Brasil, vemos os EUA enquanto principal investidor em nível global, mas também como alvo dos investimentos em terras agrícolas. Apesar de elencar aspectos das reações sociais ao fenômeno, como construção de códigos de conduta, campanhas de ativistas e promoção da propriedade coletiva da terra, a maior parte da pesquisa foca em entender o processo que leva ao crescimento dos investimentos do setor financeiro em terras agrícolas, sobretudo no que se refere aos estudos sobre os EUA.

Ainda no âmbito dos atores, há outros importantes que participam indiretamente do processo de *land grabbing*, como organizações internacionais multilaterais e a sociedade civil. Vale destacar a atuação do Banco Mundial e o FMI, que constantemente incentivam a prática de aquisição de terras por meio de recomendações e participação na governança global do fenômeno (MARGULIS e PORTER, 2013; MARGULIS et al., 2013). No entanto, sua atuação é deficiente no tocante à preocupação com os impactos negativos do fenômeno nas populações mais vulneráveis.

A sociedade civil, como ONGs e movimentos sociais possuem papel fundamental no processo de *land grabbing*, ao chamar a atenção internacional para casos de violação dos direitos humanos nos processos de aquisição de terras, além de atuar no âmbito da governança do fenômeno, para tentar minimizar os efeitos negativos.

Ao analisar os investimentos, é possível perceber que a prática de *land grabbing* não ocorre apenas pela necessidade de suprir as populações no âmbito alimentar. Outras motivações levam a aquisição de terras em larga escala, como é o caso dos investimentos em biocombustíveis, extração mineral e turismo (SASSEN, 2013).

Apesar disso, crises nos setores financeiro, climático e energético, também contribuem para o aumento dos investimentos em terras no sistema internacional. A terra é considerada como um ativo mais seguro, frente às crises financeiras. Para fugir das crises ambiental e energética, os países passam a investir em terras para produção de biocombustíveis e créditos de carbono.

No âmbito da Governança Global do *land grabbing*, destacam-se dois instrumentos regulatórios principais: o PRAI (*Principles for Responsible Agricultural Investment that*

Respects, Livelihoods, and Resources) que visa incentivar o investimento privado em agricultura (MARGULIS e PORTER, 2013) e está ligado aos interesses dos atores privados, como FMI e Banco Mundial (SASSEN, 2013; SCHUTTER, 2011). O segundo instrumento é o Voluntary Guidelines (*Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security*) que busca minimizar os efeitos negativos do fenômeno ao permitir maior participação da sociedade civil (MARGULIS e PORTER, 2013).

Quanto à governança global do *land grabbing*, ainda podemos destacar o papel de atores mais radicais que atuam em organismos internacionais multilaterais para acabar definitivamente com o fenômeno, a exemplo da Via Campesina (DIAS, 2018).

De acordo com a revisão de literatura realizada neste trabalho, um dos principais efeitos negativos da estrangeirização de terras seriam os deslocamentos de populações, em que comunidades inteiras podem ser expulsas ou realocadas - vale lembrar que em alguns casos, parte da população permanece para trabalhar na própria terra geralmente como assalariado da empresa investidora- de suas terras para dar lugar a produção de alimentos em larga escala e a outros tipos de investimentos, como é o caso de aquisição para produção de biocombustíveis, para exploração de petróleo ou até mesmo turismo (SASSEN, 2013).

Souza (2017) explica que geralmente há o argumento de que as terras vendidas são inutilizadas, no entanto, há populações vivendo nelas e os locais ao qual essas comunidades são expulsas ou realocadas, geralmente não possui os recursos necessários ou são zonas áridas. Comunidades indígenas ou de comunidades nativas, também sofrem com essas mudanças, uma vez que tem que deixar suas terras comunais que possuem os recursos para a sua sobrevivência.

A concentração de terras também aparece como um efeito negativo do fenômeno, uma vez que diminui o acesso a este bem por parte de pequenos produtores e aumenta o problema da desigualdade social. Apesar de alguns sistemas legais, como é o caso do brasileiro com o Parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) em 2010, que limita a aquisição de terras por estrangeiros no país, há muitos acordos que ocorrem de forma fraudulenta para permitir a compra de largas faixas de terras (OLIVEIRA, 2010; SAUER e LEITE, 2012; CLEMENTS e FERNANDES, 2013; LIMA e LEITE, 2016).

A questão da exploração trabalhista dos indivíduos que permanecem na terra para trabalhar para as novas empresas instaladas também configuram outro problema da aquisição transnacional de terras. O *land grabbing* acaba transformado camponeses em trabalhadores assalariados e isso tende a gerar problemas, como a exploração do trabalhador, más condições

de trabalho e baixos salários (MARTIN e PALAT, 2014; WHITE et al, 2012; SCHUTTER, 2011)

Outro problema frequentemente mencionado no levantamento bibliográfico realizado para este trabalho são os impactos ambientais, uma vez que o *land grabbing* prevê devastação de áreas ambientais, além de causar danos a natureza, ao devastar áreas que antes eram arborizadas e ao inserir no solo materiais químicos que podem danificar sua produtividade a longo prazo (SCHUTTER, 2011).

2.1.1 Ocean grabbing e green grabbing: a natureza como mercadoria?

No âmbito do debate sobre *land grabbing*, apresentam-se ainda os processos de privatização dos oceanos e das florestas que são considerados como áreas promissoras dos portfólios de investimentos. Tais processos ficaram conhecidos pela literatura como *ocean grabbing* e *green grabbing* respectivamente.

De acordo com o relatório publicado pelo Transnational Institute em 2014, intitulado “The Global Ocean Grab: a Primer”, o termo *ocean grabbing* busca dar destaque aos processos que afetam negativamente o modo de vida, identidade cultural e formas de subsistência de comunidades que se sustentam através da atividade pesqueira.

Os defensores da produção de peixes em larga escala atuam com forte *lobby* argumentando que é necessário investir na industrialização da pesca para suprir o crescimento populacional das projeções demográficas. Outro aspecto que impulsiona a privatização oceânica está relacionado aos retornos lucrativos de variadas atividades industriais, residenciais e recreativas como empreendimentos imobiliários privados no litoral e zonas de ecoturismo (TNI, 2014). No entanto, pesquisadores alertam para as externalidades desse processo.

O relatório aponta que comunidades que realizam pesca em pequena escala, tanto no Norte Global como no Sul Global, estão enfrentando disputas com atores poderosos que visam disseminar o modelo de produção de larga escala. Os principais problemas relacionados aos investimentos que envolvem a privatização dos oceanos são referentes a limitação do acesso as águas por pequenos pescadores de comunidades tradicionais, além disso, o relatório aponta para o desaparecimento desses pescadores e danos ecológicos (TNI, 2014). Semelhante ao que ocorre com o *land grabbing*, os elevados investimentos tendem a valorizar as permissões de pesca e tornam os preços inacessíveis para pescadores de pequena escala.

De acordo com a FAO (*apud* TNI, 2014), por volta de 58 milhões de pessoas desempenham atividades de pesca selvagem e aquicultura e cerca de 800 milhões de pessoas dependem da pesca de forma direta e indireta. Camponeses e pessoas que vivem em áreas rurais, também dependem da pesca para complementar suas dietas e formas de subsistência.

Quanto ao *green grabbing*, fenômeno que a priori parece ser algo altruísta, pois visa compra de terras para preservação ambiental, pode se tornar problemático quando feito de forma indevida. Os investimentos em áreas verdes sob o argumento de amenizar as crises climáticas que está no centro das discussões do século XXI.

De acordo com Pereira (2017), há o discurso de que é necessário vender a natureza para preservá-la, no entanto, as transações preveem realização de pesquisas, práticas de ecoturismo em áreas preservadas e são realizadas também por meio do mercado de crédito de carbono, revelando a natureza especulativa e de concentração do capital do processo.

Dessa forma, alguns pesquisadores a exemplo de Fairhead, Leach e Scoones (2012) identificam que a natureza passa a ser tratada como uma mercadoria ao considerar que o *green grabbing* gera a *commoditização da natureza*. Além disso, algumas das áreas são direcionadas a plantações de florestas, muitas vezes da mesma espécie, o que não preserva a diversidade das florestas originais (SASSEN, 2013).

Diante de tantas externalidades, constantemente o fenômeno do *land grabbing* encontra resistência por parte das comunidades que são atingidas pela aquisição de terras em larga escala. Como uma forma de aperfeiçoar a articulação contra o fenômeno, os movimentos sociais e organizações de base têm buscado agir além das fronteiras para ampliar a voz das comunidades rurais afetadas pela estrangeirização de terras.

2.1.2. Articulação transnacional contra o ProSAVANA em Moçambique

O fenômeno do land grabbing gerou diversos problemas sociais e econômicos ao redor do mundo, resultando na articulação de movimentos sociais transnacionais para se opor a ele. Entendemos que expor o caso de Moçambique é útil para exemplificar o processo. O país passou a ser alvo de investimentos em terras em larga escala e as consequências negativas de tais investimentos caíram sobre comunidades rurais de camponeses.

Dentre os principais problemas enfrentados pelas comunidades estão a expulsão de suas terras, realocações indevidas e até mesmo aumento da insegurança alimentar devido à limitação do acesso a terras agricultáveis (HANLON, 2011; HANLON, 2010;

SCHLESINGER, 2013; FAIRBAIRN, 2013; ARAGÃO, 2018; SOUZA, 2017). Após reformas neoliberais seguidas e impostas ao governo de Moçambique, o país passou a ser alvo de fortes investimentos em terras, intensificando o número de acordos de terras e o fenômeno do land grabbing no país.

Diante das circunstâncias, movimentos de base locais passaram a reagir contra este processo de forma transnacional. O principal alvo da resistência foi o Projeto de Cooperação Trilateral entre Japão, Moçambique e Brasil, conhecido como ProSAVANA, que visava, no âmbito do discurso, desenvolver a agricultura na savana africana e reduzir a insegurança alimentar na região (ARAGÃO, 2018; SOUZA, 2017).

O projeto sofreu diversas críticas por parte da sociedade civil, que a priori buscou participar da formulação do projeto demandando medidas adequadas de alocação das comunidades que dariam lugar aos campos do agronegócio. No entanto, Aragão (2018) explica que as demandas propostas pela sociedade civil no âmbito das consultas populares não foram incorporadas na prática o que fez com que os movimentos de base e organizações camponesas adotassem uma postura oposta ao ProSAVANA.

Dessa forma, nasce a Campanha ‘Não ao ProSAVANA’ no ano de 2009. A campanha abrangeu organizações e movimentos sociais em nível internacional, e dessa forma é considerada como uma articulação transnacional. Organizações provenientes do Japão, Brasil e Moçambique se uniram contra o projeto de cooperação e, de certa forma, a articulação foi bem sucedida, pois mudou os rumos dos investimentos (ARAGÃO, 2018).

O auge da campanha contra o ProSAVANA veio em 2013 quando uma Carta Aberta foi enviada por cerca de 40 organizações internacionais e 23 organizações e movimentos sociais aos governos cooperantes que são Japão, Brasil e Moçambique. A carta exigia maior acesso às informações, democratização do processo de elaboração do programa e realocação de recursos para a agricultura familiar. Após vários conflitos, o programa ficou estagnado (MONJANE, 2016, SOUZA, 2017, ARAGÃO, 2018; OLIVEIRA, 2018).

Aragão (2018), explica como as organizações e movimentos de cada país tiveram papel fundamental na deflagração da campanha. As ONGs japonesas passaram a monitorar e a exigir informações ao governo do Japão por meio da lei de acesso à informação, sobre o projeto de cooperação, que segundo a autora, partiu da iniciativa japonesa, apesar do discurso de que Moçambique havia solicitado a cooperação para o desenvolvimento. As ONGs e movimentos brasileiros, por sua vez, contribuíram com a tradução dos documentos, enquanto as organizações moçambicanas contaram com o engajamento dos camponeses no nível local

para boicotar as ações do programa. Ativistas e acadêmicos ligados à luta no campo também se solidarizaram durante a campanha.

O caso do ProSAVANA obteve uma ampla resistência nacional e internacional de natureza preventiva, por meio da elaboração de relatórios/conhecimentos alternativos, desenvolvimento de propostas alternativas e cartas que mobilizou grupos de agricultores, grupos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais, além de organizações de justiça ambiental internacionais.

A articulação é considerada como bem-sucedida, pois conseguiu paralisar o projeto. Dessa forma, utilizamos o caso de Moçambique como uma inspiração para analisar a cooperação transnacional contra o fenômeno do *land grabbing* dentro dos Estados Unidos. Apesar de ser um dos maiores *grabbers* do sistema internacional, comunidades tradicionais norte-americanas sofrem com a estrangeirização de terras.

Apesar dos estudos focarem em países da América Latina, África e Ásia, comunidades tradicionais de países desenvolvidos também são alvos dos investimentos maciços em terras. A seguir veremos como a estrangeirização de terras se manifesta em um país desenvolvido e quais as reações sociais geradas por esse fenômeno.

2.2. PANORAMA GERAL DA ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NOS EUA: ESCALA, ATORES, LEGISLAÇÃO E MOTIVAÇÕES

A estrangeirização de terras ou *land grabbing* se manifesta em diversos países do sistema internacional, sobretudo na América Latina, Ásia e África. No entanto, esse fenômeno também atinge países desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos. Para alcançar o objetivo de caracterizar a estrangeirização de terras nos EUA, ou seja, utilizar os Estados Unidos como alvo dos investimentos em terras, utilizaremos como base os relatórios do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) do ano de 2018 que traz dados que nos permitem ter dimensão do fenômeno no país. O relatório, intitulado de *Foreign Holdings of US Agricultural Land Through December 31, 2018*, é fruto da conformidade com *The Agricultural Foreign Investment Act of 1978* (AFIDA), que se trata da legislação norte-americana que regula a compra de terras por estrangeiros nos EUA.

A AFIDA, lei dos EUA que busca controlar o acesso de terras nacionais por estrangeiros, demonstra que os EUA já se preocupavam com o acesso às terras nacionais desde a década de 1970. Com o aumento do investimento em terras no

contexto das crises dos anos 2002, os EUA voltam a propor leis para restringir a aquisição de terras por estrangeiros no país.

O relatório considera na contagem as terras agrícolas, ou seja, todas as terras para a produção florestal, agricultura, pecuária e produção de madeira que sejam acima de 10 acres. Também devem ser relatados terrenos ociosos que a menos de cinco anos já foram utilizadas para esses fins. Locais com 10 acres ou menos que tenha uma receita superior a \$1000 da venda de fazendas produção agrícola madeira também deve ser relatados. É importante notar que o relatório exclui exploração de minerais.

No âmbito da escala do fenômeno, o relatório do USDA (2018) aponta que cerca de 31,8 milhões de acres de terras agrícolas dos EUA são propriedade de estrangeiros, o que equivale a cerca de 12,9 milhões de hectares e 2,5% de todas as terras agrícolas de propriedade privada do território estadunidense. Em relação a 2017, houve um aumento de cerca de 1 milhão de hectares que passaram da posse de cidadãos norte-americanos para investidores estrangeiros. Esse aumento é considerado substancial e o segundo maior aumento anual desde o início da produção dos relatórios.

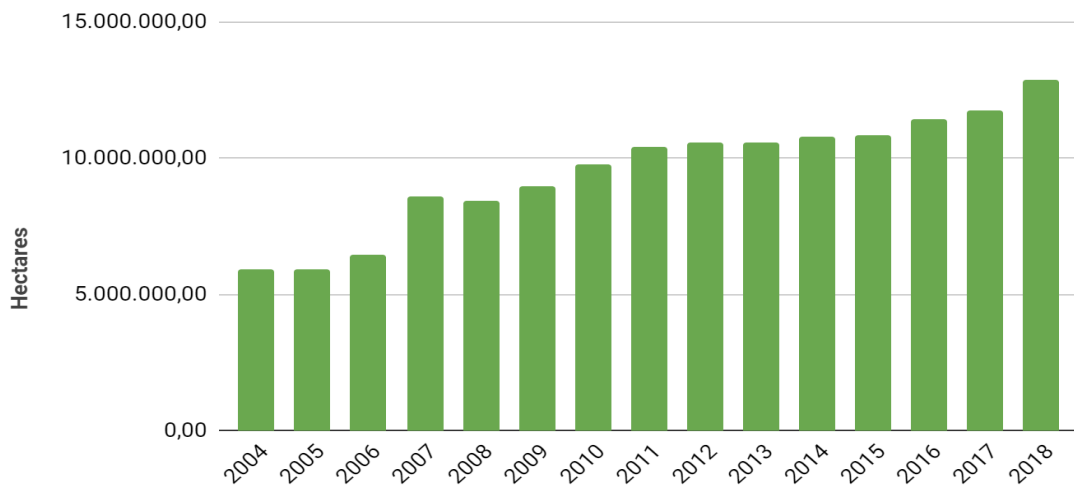
A maior parte dos investimentos são direcionados a terras florestais, que representam cerca de 53% das terras estrangeirizadas. O segundo maior foco dos investimentos são as terras para produção agrícola, com cerca de 20% do total, seguido pelos investimentos em terras para pastagem que abarca aproximadamente 25% das terras. O relatório aponta ainda que apenas 2% das terras que são controladas por estrangeiros para desenvolvimento de atividades não agrícolas.

De acordo com a USDA (2018), as propriedades de terras estrangeiras foram estáveis entre 2000 a 2006, no entanto, a partir de 2007 houve um aumento substancial de 1,4 milhões de hectares. Após 2009, houve aumentos moderados variando de 11,7 mil hectares a 1 milhão de hectares a cada ano. No gráfico abaixo é possível verificar a evolução dos investimentos desde 2004 até 2018, com base nos relatórios disponíveis no site da USDA:

Figura 2: Estrangeirização de terras nos EUA (2004-2018)

ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NOS ESTADOS UNIDOS (2004-2018)

Fonte: Relatórios "Foreign Holdings of US Agricultural Land" produzidos pela USDA



Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios Foreign Holdings of US Agricultural Land produzidos pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

No âmbito das tendências, os dados demonstram a intensificação dos investimentos em terras no contexto da quádrupla crise mundial por volta de 2007. Dessa forma, ao analisar o caso dos Estados Unidos, é possível identificar confluência entre os dados e a proposição dos pesquisadores que argumentam sobre o aumento dos investimentos em terras como um ativo mais seguro para contornar as crises do início dos anos 2000.

As mudanças nas propriedades estrangeiras de terras estadunidenses relacionadas às atividades de pastagens e áreas de cultivo agrícola, de acordo com a USDA (2018), ocorreram principalmente devido à execução, assim como encerramentos de arrendamentos de longo prazo feitos por empresas eólicas de propriedade estrangeira, que possibilitou a transição de um número considerável de acres.

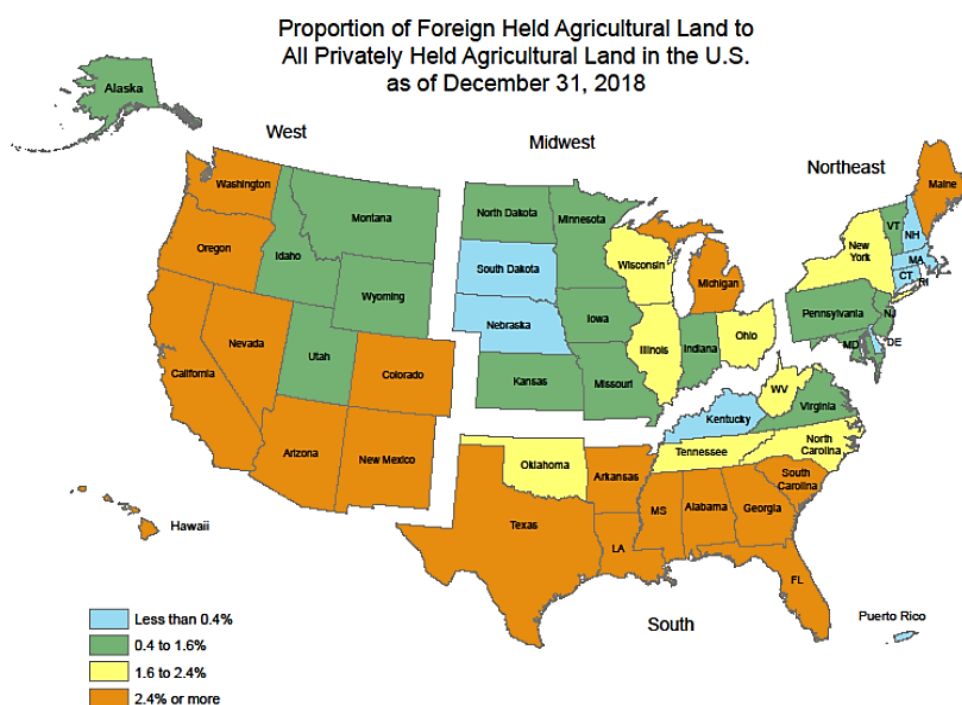
Em relação à concentração de participações estrangeiras na terra agrícola dos Estados Unidos, o relatório coloca que nos 50 estados da federação e em Porto Rico, há terras agrícolas em posse de estrangeiros. O estado do Maine em termos de porcentagem é o estado em que possui mais acres em mãos não norte-americanas. Em termos absolutos o Texas é quem lidera essa posição. Além do Maine, o investimento estrangeiro está concentrado no sul e no oeste dos Estados Unidos.

Em termos absolutos, o Texas lidera com cerca de 1,6 milhões de hectares em mãos estrangeiras, seguido pelo Maine com pouco mais de 1,3 milhões de hectares. Em seguida, o estado do Alabama aparece com 688 mil hectares. Em termos de porcentagem, o Maine

possui 18,4% de suas terras privadas em mãos de estrangeiros, o que equivale a cerca de 10% do total das terras estrangeirizadas nos Estados Unidos. A maior parte dos investimentos no estado são direcionados a florestas. Em seguida, os dados apontam para o Havaí que representa 1% das terras estrangeirizadas nos EUA e 2,9% do território do estado. O uso da terra no Havaí está principalmente direcionado a pastagens (USDA, 2018).

Na figura abaixo, o relatório apresenta a proporção de terras agrícolas em mãos de estrangeiros de todas as terras privadas norte-americanas:

Figura 3: Proporção de terras agrícolas de propriedade estrangeira para todas as terras agrícolas de propriedade privada nos EUA



Fonte: Relatório Foreign Holdings of US Agricultural Land 2018 produzido pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos USDA.

A figura demonstra que as principais áreas que são alvos dos investimentos estão no Sul do país. A região onde são feitos os investimentos são importantes, no sentido em que refletem as desigualdades ainda presentes no país. Os EUA são considerados como um país desenvolvido, no entanto, a maior parte da população pobre, representados por negros, imigrantes e indígenas vivem no Sul e são as mais vulneráveis no que se refere às externalidades dos acordos de investimentos em terras.

Os maiores aumentos de aquisições de terras, entre 2017 e 2018, ocorreram no Texas com uma variação de 335.889 hectares a mais, seguido pelo estado de Oregon com um aumento de 99.552 hectares e West Virginia que ocupa o terceiro lugar com cerca de 63.535

hectares a mais das terras agrícolas que passaram a ser propriedade estrangeira. O relatório explica que 45% dos aumentos totais das transições agrárias estão concentrados nestes três estados e ocorreram principalmente devido a grandes compras de terras florestais.

Com relação às maiores reduções de hectares agrícolas em propriedade estrangeira, a Carolina do Norte aparece em primeiro lugar com uma diminuição de 198 hectares, seguido por Vermont, com uma redução de 76 hectares. O Departamento de Agricultura dos EUA explica que as reduções ocorreram devido a arrendamentos de longo prazo que foram rescindidos e a venda de diversos tipos de terras agrícolas e complementa que algumas dessas alterações são fruto de transações passadas e registros atrasados. Quanto às terras não agrícolas, o USDA (2018) registra que cerca de 283.279 hectares das terras norte-americanas de posse de estrangeiros não desempenham atividades agrícolas.

Com relação aos países de origem dos investimentos em terras agrícolas e não agrícolas nos Estados Unidos, o relatório destaca a atuação canadense como maior investidor dos EUA. O Canadá lidera com cerca de 26% do total das terras adquiridas por estrangeiros o que equivale a 3.439.827 hectares. Em segundo lugar, encontra-se a Holanda que foi responsável por 15% das aquisições do total de terras, seguidos pela Itália com 7%, pela Alemanha com 6% e Reino Unido com 5%. Os cinco países juntos possuem cerca de 34% das terras agrícolas nos Estados Unidos. Os demais países detêm cerca de 40% das terras agrícolas e não agrícolas adquiridas por estrangeiros reportadas.

A tabela abaixo sistematiza e sintetiza os principais dados referentes a propriedade estrangeira de terras nos EUA, no que se refere a escala e exploração estrangeira de terras, concentração nos estados, principais áreas de investimento e as origens das transações:

Tabela 1: Estrangeirização de Terras nos EUA – 2018

ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NOS ESTADOS UNIDOS 2018		
Exploração de Terras Agrícolas até dezembro de 2018		
Geral	Porcentagem	Hectares
Terras agrícolas norte-americanas em propriedade de estrangeiros: 12,9 milhões de hectares; Aumento em relação a 2017: 1 milhão de hectares.	2,5% das terras agrícolas norte-americanas	12,7 milhões
Concentração das Propriedades Estrangeiras		
Estado	Porcentagem	Hectares

Maine	18,4%	1,3 milhões
Havai	9,2%	--
Washington	6,8%	609 mil
Flórida	5,8%	512,5 mil
Alabama	5,8%	670 mil
Total	46%	--
Principais Países de Origem		
País	Porcentagem	Hectares
Canadá	26%	3,4 milhões
Holanda	15%	2 milhões
Itália	7%	949 mil
Alemanha	6%	814 mil
Reino unido	5%	701 mil
Total	34%	4 milhões
Áreas de Investimento		
Área	Porcentagem	Hectares
Madeira ou floresta	53%	6,9 milhões
Terras para cultivo	20%	2,6 milhões
Pastagens e outras terras agrícolas	25%	2,7 milhões
Terras não agrícolas (propriedades e estradas)	2%	286 mil
Total	100%	12,5 milhões

Fonte: elaboração própria a partir do relatório Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land 2018, elaborado pelo USDA.

É importante considerar que há problemas na obtenção dos dados que podem alterar as informações. No entanto, é possível ter noção da dimensão do fenômeno. De acordo com o relatório há problemas no fornecimento das informações, além de problemas de atrasos ou não fornecimento das informações que ultrapassam os 90 dias estabelecidos, o que torna os dados fornecidos subestimados e há também informações fornecidas que são incompletas.

Outro fator importante a ser destacado está relacionado a presença forte de investidores estrangeiros para produção de madeira. Nesse sentido, Hettinger (2017), alerta que a venda de terras para produção de madeira foi principalmente para um “punhado” de investidores estrangeiros. O autor explica que, na última década, nove dos principais proprietários estrangeiros de terras agrícolas dos EUA são destinados à produção de madeira.

Os novos donos de terras são frequentemente investidores institucionais, como fundos de aposentadoria, doações de universidades ou grandes investidores privados. Os investimentos em terras agrícolas, especialmente aquelas para produção de madeira, vêm crescendo nas últimas décadas em parte devido ao desejo dos investidores de diversificar suas participações e em parte devido ao crescimento de certas estruturas fiscais que favorecem o investimento em terras agrícolas (HETTINGER, 2017).

Os principais investidores estrangeiros possuem cerca de 8,1 bilhões de dólares em terras agrícolas. A empresa com maior número de acres, a Red Montana Timber, está sediada na Holanda e possui cerca de 308.580 de hectares. A segunda instituição destacada pelos autores é o Desenvolvimento Industrial Internacional, um fundo de investimento imobiliário cuja sede é o Japão e possui 1.100 acres. Apesar do número de acres ser pequeno em relação aos demais, a propriedade equivale a US\$ 1.023.159.000 devido à sua localização e recursos. Países como México, Canadá, China e Itália também possuem empresas e instituições que estão entre as dez maiores compradoras de terras para produção de madeira nos Estados Unidos (Ibidem, 2017). Dessa forma, pode-se considerar que a principal tendência do *land grabbing* nos EUA não se refere à questão alimentar, e sim a investimentos agrícolas ligados ao setor de produção de madeira.

Após ter noção da dimensão do fenômeno do *land grabbing* nos EUA, é possível entrar no debate sobre o aumento dos investimentos estrangeiros em terras no país. Cresce nas últimas décadas o investimento em terras agricultáveis nos EUA. Empresas como a AEW incentivam investimento em terras dos EUA por considerar um bom investimento, porém, alguns deputados e organizações da sociedade civil como a National Family Farm Coalition (NFFC) que defendem os pequenos produtores alertam para as consequências negativas do fenômeno. O debate reflete na legislação em que Estados como Iowa proíbe explicitamente a compra de terras por estrangeiros, principalmente não residentes, enquanto outros buscam flexibilizar a lei para incentivar essa compra.

O principal motivo do *land grabbing* nos EUA levantado por aqueles que se preocupam a respeito corrobora o argumento apresentado no primeiro capítulo sobre as características gerais do fenômeno. A quádrupla crise em meados de 2008, favoreceu o investimento em terras por serem bens palpáveis e mais seguros de se investir.

Nos EUA e ao redor do mundo, muitas empresas do setor financeiro passaram a especular em torno da terra e o fato das terras nos EUA serem atrativas pela segurança do investimento fez com que muitas dessas instituições passassem a investir nesse setor. As

baixas taxas de juros, os altos preços das commodities e ao aumento do valor das terras em cerca de 25% em 2012 elevam esse tipo de investimentos (NFFC, 2012a; THOMSON, 2017).

Fairbairn (2020), que desenvolve um estudo sobre o interesse do setor financeiro pelas fazendas, explica que, além da crise no setor financeiro, o aumento da demanda por terras ocorreu em grande parte devido a crise alimentar e as preocupações com a escassez de água.

Segundo a NFFC (National Family Farm Coalition), a AEW Capital Management, uma empresa de investimento, incentivou agressivamente os investidores de seus clientes e outros para as terras americanas. A empresa publicou em 2012 uma pesquisa explicando as vantagens de se investir em terras nos EUA.

Segundo a AEW (2011), as terras dos EUA são atrativas por diversas razões, porém a mesma elenca as cinco principais vantagens: os retornos atrativos seriam a primeira vantagem, na medida em que as terras cultiváveis nos EUA produziram retornos totais de cerca de 10% e 13% nos últimos 20 anos com pouca volatilidade o que diminui os riscos de investimento.

A segunda razão elencada pela empresa é a proteção contra inflação, uma vez que nos últimos 20 anos, o índice anual de terras agrícolas do *National Council of Real Estate Investment Fiduciaries* (NCREIF) teve uma correlação positiva de 0,26 com a inflação.

Os retornos não correlacionados configuram a sexta vantagem destacada pela AEW Capital Management, onde os retornos de terras cultiváveis dos EUA tiveram correlação baixa ou negativa com outras grandes classes de ativos.

Outra vantagem está relacionada aos Fundamentos Fortes, tendo em vista que o aumento na demanda por terras em nível global e o aumento na procura de commodities agrícolas deve sustentar o atual desequilíbrio entre oferta e demanda no futuro previsível.

A última vantagem destacada pela empresa são os lucros agrícolas. Segundo a AEW (2011), os agricultores dos EUA possuem lucros três a quatro vezes maiores e como os agricultores competem para expandir suas operações com uma oferta fixa de acres, espera-se que esses lucros sejam capitalizados em valores de terra.

A exemplo da AEW, outras empresas do setor de investimentos financeiros incentivam a compra de terras agrícolas nos EUA apontando suas vantagens, o que leva a um aumento significativo do direcionamento de capital para bens como a terra. Um exemplo claro desse investimento especulativo em terras nos EUA, é a TIAA-CREF, considerada uma das maiores seguradoras norte-americana de fundo de pensão do setor financeiro. A seguradora possui cerca de US\$ 23 trilhões em ativos, dentre eles, 5 a 15 bilhões de dólares são investidos em

terras agrícolas. Sua nova estratégia é investir em terras agrícolas para escoar e aumentar seu percentual lucrativo (NFFC, 2012b).

Fairbairn (2020), explica que, apesar do valor de 15 bilhões investidos em terras agrícolas ser considerado insignificante em relação às transações totais de Wall Street, o incentivo pelos investimentos em terras agrícolas tende a crescer e merece atenção devido às consequências sociais as comunidades tradicionais que recebem os investimentos.

Apesar da TIAA-CREF não entrar na conta por ser uma empresa nacional, é importante mencionar a extensão de seus investimentos. Além disso, a mesma anunciou uma nova empresa de investimento privado denominada Global Agriculture LLC, na qual há parceria de capital norte-americano com capital britânico e canadense. A empresa destina cerca de 49% de seus investimentos em terras agrícolas nos EUA. A empresa planeja comprar terras e alugar ou arrendar de volta aos próprios agricultores locais que ficam mais vulneráveis devido à amplitude de controle da empresa e se tornam mais vulneráveis à investimentos externos (Ibdem, 2012b).

Dados do GRAIN (2012) sobre o *land grabbing* em todos os países, apontam que nos EUA as três principais empresas que compram terras no país são do setor financeiro. A primeira delas seria a seguradora canadense Hancock Agricultural Investment Group que comprou cerca de 93.000 hectares de terras no país para cultivo agrícola e também possui terras na Austrália e no próprio Canadá, gerenciando um valor de cerca de US\$ 1,4 bilhões. Em segundo lugar estaria a Ingleby Company de nacionalidade dinamarquesa que adquiriu por meio de acordo cerca de 1.427 hectares com a finalidade de produção de pistache. A Agricultural Capital Partners Irlanda, por sua vez, adquiriu cerca de 1.250 hectares de terras agrícolas para produção de laticínios. A empresa costuma comprar terras e vendê-las após 5 a 7 anos para obter lucros com a especulação.

2.3. REAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NOS EUA À ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS

Apesar do investimento em terras ser colocado como algo positivo por algumas agências de investimento e por alguns setores da sociedade norte-americana, há controvérsias com relação a esse fenômeno. O incentivo pode levar ao aumento considerável da especulação sobre terras agrícolas ou na área alimentícia, o que pode comprometer a soberania nacional, uma vez que as terras e recursos fundamentais norte-americanos estariam em propriedade de estrangeiros; pode gerar problemas de segurança alimentar, pois o controle sobre a governança alimentar tem se concentrado nas mãos de poucas instituições investidoras

cujos focos são o lucro; pode também gerar problemas diretos aos pequenos agricultores como sua saída da terra, falta de acesso ao crédito para compra de insumos como fertilizantes e sementes; por fim, pode agravar os problemas ambientais já existentes com o *land grabbing* nacional como a poluição de terras e águas que se tornam impróprias para consumo e produção.

Sobre a preocupação com a especulação financeira sobre as terras e sobre o setor de alimentos, alguns especialistas já alertam para a formação de uma bolha no preço da terra. Segundo a NFFC (2012a) e Thomson (2017), analistas comparam a crise da especulação imobiliária de 2008 com a especulação sobre commodities. Segundo a NFFC (2012a), através do termo Sub-Priming Commodities, explica que corretores e investidores de Wall Street firmaram acordos usando commodities agrícolas como alavancagem e as commodities ligadas ao comércio aceleram tais bolhas de preços que são mais vulneráveis a fatores externos.

Dentre as preocupações mais frequentes com a aceleração do fenômeno de aquisição transnacional de terras nos EUA, estão as consequências negativas aos pequenos agricultores que se veem obrigados a deixar suas terras. A NFFC (2012a) explica que pequenos agricultores passam a ter dificuldade de ter acesso a terras devido ao aumento do valor para arrendamento das terras, assim como devido às barreiras de crédito impostas. Essa tendência piora depois de 2008, quando a crise financeira faz com que investidores busquem bens mais palpáveis como a aquisição de terras.

Segundo o relatório denominado “Don’t Bank on It” produzido pela NFFC em parceria com outros atores da sociedade civil como a Farm Aid, a Food and Water Watch e a Rural Development Coalition, desde 2009, os pequenos agricultores estão tendo dificuldade de acesso ao crédito para investir na produção de commodities e isso gera riscos de perda de terras e meios de subsistência. Essa dificuldade faz com que os mesmos não consigam comprar insumos como fertilizantes, sementes ou gado, além de não conseguirem arrendar terras para produzir. O endividamento dessa classe da sociedade também aumentou, pois não conseguem pagar os empréstimos para produzir, gerando um ciclo vicioso (NFFC, 2012a; NFFC, 2012b).

Um fato interessante, porém, preocupante, que corrobora essa dificuldade de acesso ao crédito é que o número de pequenos agricultores que procuram por empréstimos na FSA (*Farm Service Agency*) aumentou. A FSA é uma agência que concede empréstimos em última instância a pequenos agricultores, quando os mesmos já tiveram empréstimos negados em todas as agências ou bancos anteriores (NFFC, 2012a).

O setor de suínos e laticínios são os mais atingidos por essas barreiras de acesso ao crédito. Esses problemas fazem com que as terras e setores alimentícios norte-americanos se tornem mais vulneráveis a investimentos estrangeiros.

Um exemplo dessa vulnerabilidade ocorreu em 2013, quando uma empresa chinesa denominada de Shuanghui, que se tornou a WH Group Limited, adquiriu a maior produtora de suínos do país, a Smithfield Company, pelo valor recorde de US\$ 4,7 bilhões (THOMSON, 2017; HETTINGER e HOLLY, 2017). A empresa chinesa também adquiriu no acordo, o que muitas vezes, de acordo com Hettinger e Holly (2017) fica negligenciado, 146.000 acres de terras agrícolas nos Estados Unidos, valendo mais de US\$ 500 milhões. Segundo Thomson (2017), a China controla cerca de 400 fazendas, 33 fábricas de processamento de alimentos e cerca de um quarto dos suínos dos EUA. A aquisição demonstra a capacidade competitiva de empresas estrangeiras e sua capacidade de controlar setores alimentícios.

Não somente organizações da sociedade civil, mas também políticos defensores da área rural também se preocupam com as aquisições de terras por estrangeiros e esse controle sobre o setor agrícola dos EUA. Essas preocupações têm levado a propostas de alterações na legislação e levantamento do debate num nível mais amplo. Nesse contexto, os senadores Debie Stabenow e Chuck Grassley apresentaram um projeto de lei que visava manter as terras agrícolas sob propriedade dos EUA. O argumento utilizado por eles é que o controle de fazendas por entidades ou atores estrangeiros pode afetar a segurança nacional (THOMSON, 2017).

Este projeto visa alterar a Lei de Produção de Defesa de 1950 para: (1) exigir que o Comitê de Investimento Estrangeiro nos Estados Unidos considere os efeitos potenciais de uma transação proposta ou pendente sobre a segurança dos sistemas agrícolas e alimentares dos EUA, incluindo quaisquer efeitos sobre a disponibilidade, acesso ou segurança e qualidade dos alimentos; e (2) incluir o Secretário da Agricultura e o Secretário da Saúde e Serviços Humanos como membros do comitê. Apesar de ter sido introduzida em 2017, o Food Security is National Security Act of 2017, que teve como patrocinador Chuck Grassley, continua com o *status* “Introduzida” no site do Congresso.

A solução encontrada muitas vezes pelos pequenos produtores é vender parte das terras para comprar insumos, vender a terra totalmente ou buscar empregos fora da fazenda. Todas as soluções deixam as terras mais vulneráveis para aquisição por estrangeiros em larga escala que buscam locais onde investir seu capital. Esta última alternativa elencada acima, a busca de emprego fora da fazenda, ilustra na prática o fenômeno do semi-proletariado colocado por Moyo e Yeros (2005), uma vez que os agricultores, com poucas opções devido

ao avanço do *land grabbing* nos EUA passam a vender sua mão de obra no mercado e sejam duplamente explorados pelo capital. Isso chama a atenção para o fato de que os problemas gerados pelo *land grabbing* também afetam populações rurais em países desenvolvidos, como é o caso dos EUA.

Além dos fatores citados acima, outro elemento é fundamental para a aceleração do fenômeno do *land grabbing* nos EUA e deve ser destacado. Esse elemento é de caráter demográfico, na medida em que a população agrícola dos EUA está envelhecendo e isso favorece o fenômeno, pois muitas vezes esses agricultores colocam as terras à venda. Segundo a NFFC (2012a), cerca de 30% dos agricultores nos EUA têm 65 anos ou mais e isso torna mais provável o controle de terras em mãos estrangeiras nos EUA, uma vez que os fazendeiros locais não têm capital suficiente para comprar ou competir com o capital à nível internacional. Estimou-se que cerca de 92 milhões de hectares pudessem ser colocados à venda com o envelhecimento da população rural. Isso equivale a cerca de dois terços das terras agrícolas dos EUA mudando de mãos nas próximas décadas e os fazendeiros locais não podem competir (THOMSON, 2017).

Com o controle de terras sendo retirado das mãos de cidadãos e empresas norte-americanas, como apontam as tendências de vendas de terras por agricultores que estão envelhecendo e o controle do setor de suínos pela China, o uso da terra está mais vulnerável ao interesse estrangeiro.

Apesar dos relatórios fornecidos pela USDA não levarem em consideração os interesses no setor da mineração, Saskia Sassen (2016) alerta também para os problemas gerados pela extração mineral nos Estados Unidos que causam terremotos, fraturamento hidráulico e poluição das águas, problemas ambientais extremos que têm causado transtornos. As populações locais e comunidades e organizações ambientais têm reagido a esses problemas.

Saskia Sassen explica que há locais em que a biosfera não consegue se recuperar e a terra fica exaurida pelo uso incessante de produtos químicos. Em alguns locais há também a água morta pela falta de oxigênio decorrente de todo tipo de poluição. Segundo a autora o aumento rápido das aquisições de terras por parte de governos e empresas estrangeiras é uma das fontes dessa destruição.

Os problemas gerados pelo aumento dos investimentos em terras em larga escala geram reações sociais por parte da sociedade civil que buscam reverter esse processo. A autora Fairbairn (2020), que realiza um estudo sobre os investimentos em terras nos EUA e no Brasil, elenca de forma sistemática, três abordagens existentes para conter a financeirização

das terras agrícolas: a construção dos códigos de conduta a nível internacional, a exemplo dos PRAI e das Diretrizes Voluntárias, as campanhas de ativistas visando determinados investidores e os esforços para democratizar os investimentos por meio da propriedade coletiva da terra. As reações sociais, portanto, que ocorrem contra o fenômeno da estrangeirização de terras nos EUA giram em torno destas três abordagens.

No âmbito da articulação internacional, é importante destacar as ações contra o TIAA, fundo de investimento norte-americano, realizados pela sociedade civil global. As ações ainda são recentes e a coalizão contra a aquisição de terras da TIAA é contestada à nível internacional. Em 2017, a NFFC lançou uma publicação exigindo que o fundo de pensão deixe de investir em negócios que causam desflorestamento e *land grabs*. No mesmo ano, organizações da sociedade civil como a NFFC, a Grassroots Internacional e GRAIN realizaram protestos em frente ao escritório do TIAA em Nova Iorque (NFFC, 2017; GRASSROOTS INTERNATIONAL, 2017).

A organização GRAIN também lançou um documento em 2018 intitulado “The Global Farmland Grab By Pension Funds Needs To Stop” alertando para diversos problemas causados nos EUA no Brasil e em outros países pelos investimentos de fundos de pensão em terras agrícolas (GRAIN, 2018).

Outro aspecto fundamental da cooperação entre movimentos sociais e organizações não-governamentais nos EUA e a nível internacional contra o avanço da aquisição de terras por estrangeiros nos EUA é a US Food Sovereignty Alliance (USFSA). A Aliança possui parceria com diversos atores da sociedade civil global e trabalha para acabar com a pobreza, para garantir a soberania alimentar norte-americana, além de clamar por maior democratização sobre o sistema alimentar no país. Dentre seus objetivos está a luta pelos direitos dos imigrantes, a defesa da Mãe Terra e o combate ao *land grabbing* (Aliança pela soberania Alimentar dos EUA [USFSA], 2018).

A Aliança argumenta que a terra está se valorizando em nível internacional e os pequenos produtores agrícolas perdem o acesso a terras e a bens públicos globais como a água (USFSA, 2018), que são adquiridas por governos estrangeiros, corporações internacionais e investidores de Wall Street.

A USFSA baseia-se na noção de soberania alimentar desenvolvida pela Cúpula Mundial da Alimentação que ocorreu em 1996 (USFSA, 2018). Para a organização a soberania alimentar vai além de assegurar que as pessoas tenham alimentos suficientes, a soberania alimentar também passa pela possibilidade de tais pessoas comuns poderem controlar as decisões sobre os seus sistemas alimentares e sua capacidade de construir

relações entre as pessoas e a terra. A soberania trata-se, portanto, de um movimento que cresce de baixo para cima, e começa pelos pescadores, povos indígenas e trabalhadores sem-terra, evidenciando as teorias sobre a sociedade civil global e sobre os movimentos sociais de que a contestação do sistema vigente vem do campo.

Os principais membros da USFSA, presentes no site oficial da Aliança, demonstram o caráter internacional da cooperação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil contra o *land grabbing*. Dentre os principais parceiros nacionais estão: National Family Farm Coalition, Community Alliance for Agroecology, Community Alliance for Global Justice, Family Farm Defenders, Farmworker Support Committee, Food Chain Workers Alliance, Food Chain Workers Alliance, Food and Water Watch. Em nível internacional, os membros principais são: Friends of Earth, Grassroots International, Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) (USFSA, 2018).

É possível notar que o principal esforço em torno das articulações contra a estrangeirização de terras é no sentido de democratizar as decisões referentes aos investimentos em terras para garantir o bem-estar das comunidades rurais. Além disso, identifica-se a característica transnacional das ações das organizações de base e movimentos sociais.

Ao identificar uma articulação transnacional em potencial contra o *land grabbing* nos EUA, que acreditamos ser representada pela atuação da USFSA, trataremos de apresentar no próximo capítulo algumas abordagens e conceitos que podem ser úteis na análise da cooperação transnacional que tende a ser críticos ao processo de estrangeirização de terras dentro dos EUA.

3. COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL DOS MOVIMENTOS RURAIS: A CONTESTAÇÃO NEOLIBERAL NASCE NO CAMPO

No contexto dos movimentos sociais e da globalização na contemporaneidade, os movimentos sociais rurais se destacam como atores importantes no processo de democratização dos processos decisórios em nível internacional devido ao fato de serem as parcelas da sociedade mais afetadas quando medidas socioeconômicas equivocadas tomam a cena no âmbito estatal ou internacional. Uma forma de responder a tais problemas sociais é agindo coletivamente por meio de movimentos sociais ligados ao campo e buscando também a articulação internacional, tanto para fins de legitimidade quanto para fins de consolidação do movimento. No âmbito da literatura sobre movimentos sociais transnacionais, podemos identificar três principais abordagens que possuem, potencialmente, elementos explicativos úteis para compreender por que os movimentos sociais cooperam em nível transnacional.

A primeira abordagem denominamos aqui como teoria dos movimentos sociais rurais transnacionais cujos principais autores são Moyo e Yeros (2005), Scherer-Warren (2000), Rosset e Martínez-Torres, (2012), Bernstein (2005) e Martiniello e Nyamsenda (2018). Esta abordagem argumenta que a contestação neoliberal nasce no campo e este pode ser considerado como seu principal elemento explicativo.

A segunda abordagem que utilizaremos trata-se da *globalization from below*, ou globalização desde baixo, que considera a cooperação transnacional dos movimentos sociais como algo necessário para fazer frente aos atores privados internacionais. Seus principais autores são Brecher, Costello e Smith (2000), Della Porta et. al (2006) e Williams (2007) e, de acordo com os mesmos, *a priori* houve a globalização dos Estados e multinacionais em um primeiro momento e, em contrapartida, houve a globalização dos setores de base da sociedade como os movimentos sociais.

A terceira abordagem que se apresenta como útil na análise da cooperação transnacional dos movimentos sociais é a Transnational Advocacy Network (TAN) que apresenta conceito de *boomerang pattern*, ou padrão bumerangue em português. De acordo com essa abordagem, a falta de abertura política no âmbito nacional faz com que os movimentos sociais ou organizações de base busquem as arenas internacionais para influenciar a política nacional, estratégia que é denominada pelas autoras Keck e Sikkink (1998) como o padrão bumerangue.

3.1. MOVIMENTOS RURAIS TRANSNACIONAIS

Nesta seção abordaremos os movimentos rurais, que segundo Moyo e Yeros (2005), têm sido o núcleo de oposição contra medidas neoliberais de austeridade e abertura de fronteiras que afetam em grande medida comunidades tradicionais que vivem no meio rural. Segundo os autores, na década de 1990 há um ressurgimento dos movimentos sociais contra o neoliberalismo e esse ressurgimento se inicia no campo.

Outros autores também corroboram o argumento de Moyo e Yeros (2005), de que os movimentos rurais seriam em grande medida uma forma de contrapor o contexto neoliberal vigente (SCHERER-WARREN, 2000; ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012; BERNSTEIN, 2005; MARTINIELLO e NYAMSENDA 2018), devido às externalidades geradas sobretudo para os pobres rurais. No entanto, antes de adentrarmos nos movimentos rurais é necessário abordar, portanto, o contexto neoliberal e suas consequências para o meio rural.

3.1.1 Contexto neoliberal e suas consequências para o meio rural

O neoliberalismo consiste em um fenômeno socioeconômico que surge como alternativa ao contexto de crise econômica dos anos 1970. A crise, gradativamente, torna-se o maior fator legitimador das medidas de austeridade que geram diversas externalidades para trabalhadores no meio urbano e no meio rural.

Moares (2001) define o neoliberalismo como uma ideologia, uma corrente de pensamento que propõe uma forma específica de ver o mundo. No entanto, explica que o termo neoliberalismo pode ter vários significados: uma corrente de pensamento ou ideologia; um movimento intelectual organizado que promove reuniões, conferências, publicações que são responsáveis por gerar ideias e programas; pode ser considerado ainda como um conjunto de políticas a serem adotadas por governos neoconservadores no contexto da década de 1970 que são propagadas internacionalmente por organismos multilaterais oriundos do acordo de Bretton Woods em 1945, como por exemplo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

A corrente neoliberal, que tem como principal expoente Friedrich von Hayek e o “O caminho da Servidão” manifesto lançado em 1944, como corrente de pensamento propõe ações consideradas como soluções indispensáveis para o contexto de crise como a forte ação governamental contra sindicatos e adoção de políticas anti-inflacionárias e monetaristas sem levar em consideração o arrocho social, ou seja, um conjunto de reformas orientadas pelo

mercado que libertam, segundo ao autor, o capital dos controles que lhes foram impostos pelas lutas populares precedentes.

Dessa forma, a ideologia neoliberal, geralmente defendida por atores conservadores e de direita, se opõe a um conjunto de políticas e ações consideradas como inimigas da prosperidade. O primeiro alvo de oposição do neoliberalismo são as instituições representadas pelo Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos, a planificação, a intervenção estatal no âmbito econômico. Em seguida, consideram como inimigos os sindicatos e centrais sindicais, por serem responsáveis por sabotar as bases de acumulação privada por meio das reivindicações salariais e direitos trabalhistas. Por fim, se opõe a democracia populista nos países subdesenvolvidos a exemplo das ideologias nacionalistas, desenvolvimentistas e comunistas.

As soluções propostas pelo neoliberalismo para a crise passam por medidas de austeridade que transferem para a parte mais ampla da população o preço das reformas econômicas. Atores como o BM e o FMI são utilizados como instrumentos de ampliação e imposição das medidas a nível internacional, na medida em que liberam recursos aos países subdesenvolvidos ou pobres sob condições de adoção de medidas de austeridade.

De acordo com António Ferreira (2011), o termo austeridade é referente ao “processo de implementação de políticas e de medidas econômicas que conduzem à disciplina, ao rigor e à contenção econômica, social e cultura” (FERREIRA, p. 119, 2011). Pode-se considerar que a austeridade possui duas dimensões: a dimensão econômica e individual, na medida em que a austeridade também demanda uma postura de disciplina no âmbito individual como, por exemplo, a redução de despesas.

Além disso, o neoliberalismo demanda o rompimento do poder dos sindicatos e a prioridade suprema de qualquer governo passa a ser a estabilização monetária proveniente, em grande parte, da austeridade orçamentária. Esta, por sua vez, deveria prever diminuição de gastos sociais, taxas “naturais” de desemprego e a realização de reformas fiscais (ANDERSON, 1995). Tais medidas formaram as bases para o “Consenso de Washington” na década de 1990. A criação da OMC impulsionou a liberalização das economias, inclusive do comércio agroalimentar internacional.

Em relação aos fracassos do neoliberalismo, na literatura existente, se identifica três fatores importantes: o neoliberalismo não conseguiu trazer crescimento econômico devido à falta de regulação no setor financeiro que favoreceu a especulação; o neoliberalismo também não conseguiu promover a abertura comercial sem a ocorrência de crises, tendo em vista que ocorreram cerca de seis crises cíclicas em três décadas, como a crise do México e da Ásia na

nos anos 1990; a principal crítica é no sentido de que o neoliberalismo não diminuiu o Estado de bem estar social, pois suas medidas provocaram desemprego e problemas sociais que levaram ao aumento de gastos sociais; outro problema seria no sentido de que o neoliberalismo foi implantado em locais de crise política e econômica, no entanto, o mesmo exige um Estado forte para ter sucesso; por fim, a crise dos anos 1990 teriam levado ao endividamento dos EUA e da Inglaterra também revelando a ineficácia do neoliberalismo, apesar do novo alento na Europa na década de 1990, com o êxito eleitoral de governos de direita.

Perry Anderson (1995) fez um balanço geral e colocou que no âmbito econômico o neoliberalismo fracassou por não revitalizar o capitalismo avançado. No âmbito social, o neoliberalismo foi exitoso ao conseguir elevar os níveis de desigualdade social. No âmbito político e ideológico, foi extremamente bem-sucedido, pois nenhuma outra sabedoria convencional conseguiu se expandir como a ideologia neoliberal.

Moyo e Yeros (2005), em contraposição ao argumento de Perry Anderson (1995), acreditam que o neoliberalismo fracassou ideologicamente devido aos problemas gerados e à constante contestação por movimentos sociais agrários parte do Sul Global do sistema internacional. Apesar disso, o neoliberalismo persiste com força total, devido ao fato de as forças de oposição serem fracas e desordenadas.

Dessa forma, é difícil surgirem alternativas à corrente neoliberal que se mostrou forte no cenário internacional. No entanto, o desconforto social gerado é utilizado como fonte de legitimidade por aqueles que lutam contra o fenômeno. Apesar de ter influenciado para o crescimento do desemprego, além de marginalizar massas da população que ficam excluídas do processo produtivo e provocar a decadência do *welfare state*, o neoliberalismo também gerou desastres sociais no meio rural.

Dentre os principais problemas gerados no campo, encontram-se a falta de acesso às terras por pequenos produtores, que também são excluídos do processo produtivo de alto valor agregado, aumento da fome, problemas ambientais como desmatamento e poluição das terras e águas, além da semi-proletarização que seria uma consequência de todos estes. Todos estes problemas são gerados devido aos incentivos neoliberais para o campo traduzidos na expansão da agricultura industrial, cujo modelo mostra-se insustentável tanto em termos ambientais, quanto em termos de reprodução social.

De acordo com Martiniello e Nyamsenda (2018), o desastre socioeconômico que pode ser considerado como consequência do projeto neoliberal, que propôs a reestruturação do setor rural, tornou-se o ponto de partida para novos conflitos e mobilizações sob o comando

de novos movimentos rurais. Segundo os autores, há uma industrialização da agricultura orientada por grandes corporações internacionais com forte apoio estatal.

Apesar do neoliberalismo prever a redução do Estado por meio de privatizações, é possível notar que sem um forte apoio estatal não seria possível que tais empresas coloquem em curso o novo modelo agrícola, pois para tal, é necessário abertura comercial para concretização dos investimentos estrangeiros.

O modelo de desenvolvimento proposto pelo neoliberalismo previa uma agricultura industrial de alto valor agregado que não tem a capacidade de absorver a massa de trabalho existente no campo. Além disso, esse modelo agrícola, geralmente representado pelo agronegócio, prevê uma agricultura de larga escala aliada ao uso de insumos agrícolas de custo elevado como pesticidas e outros produtos químicos que geram danos sérios ao meio ambiente e expulsam os pequenos produtores das terras (ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012; MARTINIELLO e NYAMSENDÁ, 2018).

McMichael (2016) aborda esse modelo agrícola neoliberal através da noção de regimes agroalimentares. Em seu livro “Regimes alimentares e questões agrárias”, o autor busca contribuir com o desenvolvimento rural ao abordar a problemática agroalimentar mundial. Uma das principais contribuições do autor é sua capacidade de demonstrar como há um controle de produção e de distribuição de alimentos em escala global que têm sido determinados por agentes político-econômicos dominantes nos regimes agroalimentares internacionais. Esse controle de produção proporcionado pelos regimes alimentares que se desenvolvem desde o século XIX, são um instrumento de garantia do processo de acumulação da indústria.

Para o autor, os regimes alimentares podem ser considerados como o conjunto de regras e normas que estruturam a produção e consumo de alimentos em escala mundial e que permitem o processo de acumulação. No primeiro regime alimentar, que se desenvolveu por volta do século XIX e ficou conhecido como regime alimentar imperial, as decisões sobre produção, consumo e distribuição de alimentos foram direcionadas pela Inglaterra. O segundo regime alimentar se desenvolve no século XX e é regido pelos EUA. O terceiro regime alimentar tem seu início nos anos 1980 e é regido, segundo McMichael (2016), por corporações multinacionais.

Para o presente estudo, o segundo e o terceiro regimes são os mais relevantes, na medida em que são direcionados pelos EUA e grandes corporações e utilizam a difusão de um modelo agrícola intensivo em capital. Durante o segundo regime alimentar, os EUA buscam difundir a agricultura de alto valor agregado ao incentivar a modernização dos países do

terceiro mundo. No entanto, esse modelo agrícola é danoso tanto em termos econômicos quanto em termos sociais.

No âmbito do terceiro regime alimentar, as grandes corporações que projetam hegemonia, defendem o agronegócio, o uso de fertilizantes e sementes geneticamente modificadas. Além disso, este modelo de agroexportação demandava padronização da produção de alimentos para atender aos supermercados mundiais. A hegemonia do regime alimentar corporativo é sustentada pelas finanças internacionais e regras multilaterais adotadas pelo FMI, OMC e demais instituições financeiras internacionais.

Além dos problemas ambientais gerados pelo modelo agrícola difundido nesses dois regimes alimentares, os pequenos agricultores passam a ser incapazes de competir e atender aos requisitos de certificações internacionais, ou competir com o fluxo de grãos de baixo custo. Os resultados são a migração e espoliação, o *land grabbing*, além do aumento da fome.

Segundo McMichael (2016), há uma contradição entre o objetivo proposto pelo modelo agrícola vigente e o resultado final. Apesar dos regimes alimentares e a agricultura em larga escala defenderem retoricamente esse modelo de produção industrial sob o argumento de acabar com a fome, na prática, o que se nota é a elevação da fome, pois os pequenos produtores rurais que mais sofrem com a fome no mundo não são capazes de ter acesso a esses alimentos, pois são excluídos desse processo produtivo e não têm condições de comprar os alimentos ou ao menos produzi-los pois são expulsos de suas terras.

É nesse contexto que se inicia o debate sobre o fenômeno do *land grabbing* que, além de privar os pequenos agricultores de ter acesso às terras, ainda é responsável por causar sérios danos ambientais devido ao seu modelo agrícola não sustentável. Segundo Rosset e Martínez-Torres (2012), o *land grabbing*, que será abordado mais detalhadamente na presente dissertação, trata-se da apropriação em larga escala de terras, principalmente no Sul Global.

Tais apropriações são direcionadas pelos cânones neoliberais e também são resultado das crises capitalistas ocorridas no centro do sistema internacional que levou as empresas e os Estados a investirem em ativos mais seguros como a terra. As crises no sistema financeiro, alimentar e ambiental, direcionou países e empresas a investirem em terras com o intuito de produzir alimentos, fugir da volatilidade do setor financeiro, créditos de carbono ou até mesmo para especulação, como argumentamos no capítulo 1.

Um fator relevante nesse debate é o fato de que nem sempre o crescimento econômico leva ao desenvolvimento social ou à redução da desigualdade social. Os autores Karatepe e Scherrer (2019) chamam a atenção para o fato de que a modernização econômica do setor agrícola em meio a um contexto de relações assimétricas de poder entre os atores da cadeia de

valor pode gerar barreiras que impedem a melhoria social de pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Os pequenos produtores, no âmbito do neoliberalismo, são constantemente direcionados a participarem das cadeias globais de valor para obterem ascensão econômica, no entanto, essa participação é dificultada devido às barreiras a exemplo de certificações demasiado caras que são exigidas pelos padrões internacionais.

Devido à crise neoliberal no centro e na periferia do sistema internacional e às catástrofes humanitárias como a desnutrição crônica e fome, guerras sem fim e genocídio, o neoliberalismo passou a ser questionado por movimentos novos e militantes que surgem no Sul Global, a partir dos anos 1990, a exemplo do Brasil, México, Zimbábue e Filipinas (Moyo e Yeros, 2005).

Tal questionamento surgiu diante da contradição existente entre objetivo anunciado pelos ajustes estruturais, que seria agir no interesse dos pobres rurais, e o resultado gerado que são problemas sociais que afetam principalmente as comunidades rurais. Apesar do neoliberalismo ter como base ideológica a liberdade comercial, na prática, causa privatizações de direitos como o direito de acesso à terra e aos frutos do desenvolvimento econômico e tecnológico.

Diversos autores também tratam das contradições agrárias do modelo neoliberal e suas consequências para o campo. Em um trabalho seminal localizado na área da economia política internacional, os autores Sam Moyo e Paris Yeros (2005), tratam das questões agrárias contemporâneas e a política dos movimentos sociais que ressurgem na América Latina, África e Ásia, em oposição aos problemas sociais agravados pelo neoliberalismo que é hegemônico nesse contexto.

Moyo e Yeros também se referem ao neoliberalismo como uma espécie de imperialismo e explicam que esse fenômeno traz novos desafios às questões agrárias e à reprodução social no sistema internacional, sobretudo o problema da reforma agrária e da consolidação nacional, uma vez que a liberalização e os ajustes estruturais jogam para escanteio os camponeses. Nesse contexto de opressão neoliberal, que ocorre tanto na cidade, quanto no campo, é deste último e através dos movimentos sociais que surge as iniciativas de oposição à nova forma de manifestação do capitalismo que é o neoliberalismo. No entanto, do ponto de vista teórico, os autores diferenciam os movimentos rurais contemporâneos ao apontar mudanças socioeconômicas na periferia com o advento do neoliberalismo e ao caracterizar tais movimentos.

O fenômeno da semi-proletarização, levantado por Moyo e Yeros (2005), também é um fator central para entender a alteração da lógica no setor rural com o avanço do

neoliberalismo. De acordo com essa perspectiva, os camponeses estariam sendo duplamente explorados pelo imperialismo neoliberal. O avanço do neoliberalismo no setor rural, que traz consigo a agricultura em larga escala por meio do agronegócio e o *land grabbing*, dificulta ao acesso à terra pelos camponeses que passam a ter como alternativa vender parte de sua mão-de-obra no sistema capitalista.

Ao investigar as mudanças socioeconômicas no campo que contribuem para o ressurgimento desses movimentos rurais, os autores buscam responder também a um debate existente no âmbito das questões agrárias. O debate indaga se há ou não o “desaparecimento” do camponês. As mudanças socioeconômicas identificadas no campo incluem proletarização, semi-proletarização e estabelecimento de vínculos rural-urbanos. Dessa forma, argumentam que ainda há atividade camponesa dentro de uma nova lógica de semi-proletarização.

Os novos movimentos têm, portanto, como base social o semi-proletariado que pode ser considerado como camponeses que estão entre o meio rural-urbano que tiram seu sustento da pequena produção agrícola, ao passo que também são obrigados a vender sua mão-de-obra realizando serviços não-rurais. Outra característica marcante desse semi-proletariado é a presença de intelectuais gestados no próprio seio dos movimentos.

Dessa forma, o semi-proletariado tanto pode ser considerado como uma implicação do avanço do neoliberalismo no campo, como também é o núcleo da base social dos movimentos sociais rurais, ou seja, dos movimentos que se opõem ao neoliberalismo, justamente pelo fato de serem os atores sociais mais afetados pela privatização, estrangeirização, enfim, pela concentração das terras.

No âmbito da contestação ao sistema neoliberal e aos regimes alimentares intensivos em capital, os movimentos sociais propõem a noção de soberania alimentar como um modelo mais sustentável de produção e reprodução social. A soberania alimentar pode ser considerada como um fator relevante de construção contra-hegemônica.

3.1.2 Caracterização geral dos movimentos sociais rurais transnacionais

Em resposta aos problemas gerados pelo neoliberalismo tanto no meio urbano como no meio rural, no final do século XX e início do século XXI, há uma ascensão de movimentos sociais que clamam por uma sociedade menos guiada pelas forças de mercado e com mais espaço para participação social. Grande parte dessas reivindicações nasce no campo, devido ao fato de ser palco dos atores sociais que mais são atingidos pelos problemas gerados pelo neoliberalismo e o modelo agrícola que o representa.

As regiões em que emergem são geralmente o Sul Global, a exemplo dos movimentos rurais da década de 1990 na América Latina, África e Ásia como uma contraposição ao neoliberalismo (SCHERER-WARREN, 2000; ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2002; MOYO e YEROS, 2005; BERNSTEIN, 2005; MARTINIELLO e NYAMSENDA, 2018). Segundo Moyo e Yeros (2005), o núcleo de composição de tais movimentos são compostos por atores sociais semi-proletarizados.

Scherer-Warren (2000) explica que diante dos acordos multilaterais, como a Rodada Uruguai do GATT, além dos blocos regionais como o NAFTA e MERCOSUL, que inserem a agricultura nas negociações da sociedade globalizada na década de 1970-1980, há emergência de três categorias de agricultores: os integrados ao sistema, os precários que fazem parte do sistema produtivo, mas em níveis de subsistência e os excluídos que formam os movimentos rurais.

Tais excluídos ou os que se viram obrigados a vender parte de sua força de trabalho para o mercado tornam-se o núcleo dos atores sociais que lutam contra o fenômeno. Ativistas, intelectuais ligados às lutas no campo, organizações de luta pela terra também compõe o *hall* de atores sociais que compõem os movimentos sociais.

Os movimentos rurais podem ser divididos em movimentos de luta pela terra, movimentos de mulheres rurais, movimentos sindicais rurais e movimentos de jovens rurais. Os principais movimentos rurais de luta pela terra no Brasil são a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que surge em 1975 e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que surge em 1984, mas se consolida nos anos 1990 (Scherer-Warren, 2000; Mocelin e Gehlen, 2018).

Dentre os cerca de quatorze movimentos rurais de luta pela terra que existem no Brasil, doze deles surgiram na década de 1990, o que corrobora o argumento de Moyo e Yeros (2005), de que no final do século XX há um ressurgimento dos movimentos rurais e de que a oposição ao neoliberalismo se inicia no campo.

Apesar de haver diversidade em meio aos movimentos rurais, as reivindicações presentes na pauta dos movimentos são geralmente semelhantes como a luta pela reforma agrária, democratização do acesso às terras, soberania alimentar em detrimento da segurança alimentar, agricultura agroecológica em detrimento da agricultura industrial em larga escala representada pelo agronegócio, além da incorporação dos pequenos camponeses no processo produtivo. Todas estas reivindicações estão conectadas e podem ser sintetizadas na ideia de soberania alimentar.

As reformas neoliberais que causam o *land grabbing* e a expansão de um modelo de agricultura industrial possibilitam a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários o

que dificulta ainda mais o acesso às terras pelos pequenos produtores agrícolas. É nesse contexto que movimentos sociais mais radicais como os Zapatistas no México e o movimento militante de ocupação de terras liderado pela Associação Nacional de Veteranos da Guerra de Libertação no Zimbábue (MOYO e YEROS, 2005), e a *National Network of Small-scale Farmers Groups* (MVIWATA) na Tanzânia (MARTINIELLO e NYAMSENDA, 2018), lutam e tem como principal reivindicação a reforma agrárias, ou seja, a democratização do acesso à terras em seus países.

Outro tema que está na pauta dos movimentos sociais e pode ser considerado como a principal reivindicação da ação coletiva no campo diz respeito à ideia de soberania alimentar. A soberania alimentar trata-se do direito dos povos de terem acesso a alimentos culturalmente saudáveis e ecologicamente produzidos, além de prever também a democratização e autonomia dos povos sobre o processo produtivo de tais alimentos. McMichael (2016) explica que em resposta aos dois últimos regimes alimentares, regidos pelos EUA e pelas grandes corporações, surge a noção de soberania alimentar proveniente dos movimentos sociais rurais em contraposição ao modelo de agricultura industrial.

O conceito de soberania alimentar é baseado na formulação da Via Campesina e trata-se de uma crítica conjuntural à “segurança alimentar” neoliberal que defende a agroexportação para alimentar o mundo. A contraposição ao conceito de segurança alimentar, defendido pela FAO e outros organismos internacionais, ocorre devido a sua concepção de acesso aos alimentos por meio do mercado. No entanto, esse acesso pelo mercado é problemático, pois em tempos de crise, países adotam medidas protecionistas e aqueles que não têm autossuficiência alimentar passam a sofrer com a escassez de alimentos (LIMA, 2012; MCMICHAEL, 2016).

Os movimentos sociais rurais tendem, portanto, a defender a soberania alimentar e a agricultura agroecológica, enquanto empresas, Organizações Internacionais lideradas pelos Estados e pelas empresas multinacionais, tendem a defender a agricultura em larga escala. Rosset e Martínez-Torres (2012), apontam que há uma constante disputa da terra pelo agronegócio aliado a corporações que praticam *land grabbing* com os camponeses e suas organizações e movimentos sociais.

Rosset e Martínez-Torres (2012) explicam que há um interesse recente por parte dos movimentos rurais em defenderem a agroecologia no âmbito do discurso e da prática. Segundo os autores, há diversos motivos que levam os movimentos sociais a defenderem a soberania alimentar que utiliza a agroecologia como forma de produção.

O primeiro motivo está no fato da agroecologia ajudar os movimentos a adquirirem mais autonomia frente aos mercados não favoráveis, pois a produção agroecológica não prevê o uso de insumos agrícolas que são caros e geralmente produzidos por grandes corporações agrícolas a exemplo da Monsanto (hoje Bayer) que monopolizam o mercado de sementes e insumos químicos como pesticidas. Ao produzir de forma agroecológica, os pequenos produtores economizam com insumos químicos, além de não depender das grandes corporações.

O segundo motivo está relacionado ao aspecto sustentável da produção. Muitas vezes as terras ocupadas e conquistadas por meio de lutas no campo são degradadas e precisam ser recuperadas. Por fim, o terceiro fator é que permite trazer estas alternativas para a escala.

A reforma agrária, juntamente à soberania alimentar e à produção agroecológica, auxilia na concretização de outra reivindicação forte dos movimentos sociais que é a incorporação dos pequenos produtores no processo de produção agrícola. Isso seria uma resposta ao modelo de agricultura intensivo em capital tende a marginalizar os trabalhadores rurais com pouca instrução da produção de alimentos.

Para alcançar os objetivos de democratização do acesso à terra, que estão relacionadas à reforma agrária e à soberania alimentar, os movimentos rurais dispõem de diversas estratégias e formas de atuação que podem ser diretas como luta armada e ocupações de terras, ou indiretas como a cooperação internacional, discursos em fóruns internacionais ou até mesmo sistemas internos de educação e conscientização.

No âmbito tático, as principais ações utilizadas pelos movimentos rurais são as ocupações de terras, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil. No entanto, em alguns casos como os zapatistas no México e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o uso de armas foi utilizado na busca por direitos referentes às terras.

No âmbito das ocupações de terras, muitos dos movimentos que recorrem à luta armada são questionados ou até considerados como criminosos por atores sociais opostos. No entanto, a maioria dos movimentos de luta pela terra geralmente o fazem quando não há apoio estatal e para tal escolhem terras que não estão sendo utilizadas apenas para fins de especulação. De acordo com Scherer-Warren (2000), por exemplo, a ideia de ocupação de terras defendida pelo MST se legitima no momento em que defendem a ocupação de terras que não cumprem sua função social. Ou seja, quando a terra não está sendo produzida para produção de alimentos para a sociedade.

No âmbito estratégico, os movimentos rurais também buscam ser independentes dos Estados e dos partidos políticos (MOYO e YEROS, 2005). Isso porque muitas vezes os partidos políticos e o Estado tendem a adotar a lógica de mercado, pois são influenciados por grandes empresas que monopolizam o mercado agrícola mundial.

Outro fator relevante no que se refere às formas de atuação e estratégias dos movimentos rurais, é a internacionalização da ação coletiva. Nas últimas décadas, há um esforço por parte dos movimentos rurais de cooperar transnacionalmente para alcançar suas demandas e fazer frente aos desafios que também são globais.

Nesse contexto, Borras Jr. (2010), apresenta a abordagem dos Transnational Agrarian Movements (TAM), ou Movimentos Agrários Transnacionais (MAT) em português. De acordo com o autor, nas últimas décadas há um esforço por parte dos movimentos ligados a questões da terra de criar espaços a nível internacional para incorporar demandas de movimentos da sociedade civil no que se refere a políticas internacionais de desenvolvimento rural.

Esses movimentos ganharam apoio e acolhimento por parte das agências intergovernamentais e não-governamentais de desenvolvimento, na medida em que passou a haver o esforço de incorporação da sociedade civil no processo de formulação de políticas de desenvolvimento na década de 1990 (Borras Jr, 2010).

As principais coalizões que representam os MAT são a Via Campesina, o International Federation of Agricultural Producers (IFAP), International Planning Committee for Food Sovereignty (IPC) e o International Land Coalition (ILC). Apesar de todos representarem famílias de agricultores ao redor do globo, apresentam diferenças significativas no que se refere às formas de atuação e posicionamento político devido a origem de sua composição e base social (BORRAS JR., 2010).

A principal contribuição dessa abordagem é identificar as diferenças na base social que compõem as redes e que refletem no posicionamento de cada coalizão transnacional no que se refere às demandas e formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento rural nos espaços internacionais.

De acordo com Borras Jr. (2010), o fator chave que permite identificar as diferenças que as redes transnacionais apresentam em termos ideológicos e políticos dos MAT, algo que reflete em seu posicionamento no sistema internacional e nas políticas internacionais, é a análise de classe. Compreender a composição da base social dos movimentos focando na classe social que os adeptos ocupam pode explicar diversos aspectos das redes transnacionais.

A IFAP e o ILC, podem ser considerados como atores cuja composição social e estrutura de lideranças provém de classes sociais mais elevadas, que engloba médios e grandes produtores ligados ao agronegócio. Ambas possuem relação mais estreita com as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e instituições intergovernamentais. Em contrapartida, a Via Campesina e o IPC for Food Sovereignty, que possuem maior abertura para classes sociais de camponeses pobres e sem terras em que as demandas estão mais voltadas para reforma agrária redistributiva e soberania alimentar.

O IFAP, criado em 1946, é o movimento agrário transnacional mais antigo e representa cerca de 600 milhões de famílias de 79 países. A coalizão possui representação social em instituições intergovernamentais como a ONU e sua base social é formada por agricultores de diferentes classes sociais que vão desde agricultores de pequena escala até agricultores que produzem em larga escala no Sul e no Norte global. Apesar de possuir atores sociais de diferentes classes, a liderança desse movimento transnacional é proveniente dos países industrializados, o que influencia suas prioridades políticas para questões relativas à produtividade, agronegócio e comércio (BORRAS JR., 2010).

A ILC, por sua vez, foi fundada em 1996 e é uma aliança global de IFIs, instituições intergovernamentais e ONGs. Tem o IFAP como um de seus membros e sua composição social é liderada por profissionais de classe média. As políticas defendidas pela ILC, que recebe forte influência de instituições como o Banco Mundial, também são voltadas para comércio e agronegócio (Borras Jr., 2010).

O IPC for Food Sovereignty foi criado em 1996 e pode ser considerado, de acordo com Borras Jr. (2010), como uma rede ideológica, política e organizacional ampla que inclui atores de diversas classes sociais com interesses amplos. São cerca de 500 organizações de orientação rural como movimentos sociais rurais, sindicatos agrícolas e ONGs. O IPC foi formado durante a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma e, apesar de ter a Via Campesina como pilar, também inclui o IFAP entre seus membros, apesar da pouca participação, o que demonstra a diversificação ideológica do movimento global.

A Via Campesina, por sua vez, se apresenta como a principal representação dos pequenos agricultores e sem-terra a nível transnacional. Borras Jr. (2010) a define como um movimento internacional de camponeses pobres e pequenos agricultores do Sul e do Norte globais criada em 1993 como uma resposta crítica à globalização neoliberal.

Dentre os movimentos agrários transnacionais, a Via Campesina apresenta a posição mais radical em relação às políticas agrárias, ao defender a reforma agrária redistributiva e adotar uma postura de “expor e se opor” às políticas neoliberais e IFIs, sobretudo o Banco

Mundial. A coalizão faz parte do IPC, mas se considera como pluralista e ideologicamente autônoma. Ao final deste capítulo, abordaremos este ator social mais de perto.

As formas de ação desses movimentos vão desde ações mais brandas de negociação, cooperação e parceria com instituições internacionais, a exemplo do IFAP e da ILC, até posturas mais radicais que não alinhamento público a IFIs como a Via Campesina. Apesar disso, pode-se considerar que há interações com instituições intergovernamentais por parte de todos os movimentos agrários transnacionais.

Borras Jr. (2010) ainda ressalta, no âmbito das formas de ação, a capacidade dos movimentos agrários transnacionais como a Via Campesina de se engajar em ações verticais que buscam conectar grupos locais, nacionais e internacionais. A tarefa de internacionalização da ação coletiva não é fácil, no entanto, o esforço dá-se no sentido de elevar o grau de participação de movimentos de base nos processos de formulação de políticas no âmbito internacional.

3.1.3 Desafios e críticas que dificultam a ação coletiva no campo

A ação coletiva no campo é um aspecto extremamente importante para o desenvolvimento social e a democratização do sistema produtivo responsável por trazer os alimentos à mesa dos indivíduos. No entanto, a articulação dos atores sociais do campo possui diversos desafios que só poderão ser vencidos com bastante dedicação e conexão com a identidade proposta pelos movimentos.

Dentre as principais críticas aos movimentos sociais do campo, destaca-se sua falta de organização (MOYO e YEROS, 2005). Uma vez que, em grande medida, não são movimentos formais e difusos, muitas vezes é difícil harmonizar todas as demandas. Martiniello e Nyamsenda (2018), chamam a atenção para a cooptação dos movimentos do campo, sobretudo seus líderes. A cooptação pode ser feita tanto por grandes corporações de forma direta ou por meio do Estado, assim como pode ocorrer por meio de ONGs internacionais em casos de movimentos que passam a ser financiados por estas últimas.

O caso da organização nacional de camponeses denominada de MVIWATA, que surge em 1993 na Tanzânia, é emblemática nesse sentido, uma vez que sofre com contradições internas sérias que podem comprometer a ação do movimento. No período em que a organização passou a ser mantida por doações de organizações internacionais como a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) e a AGRA (Aliança para a Revolução Verde na África), atores que defendem a agricultura de alto valor agregado,

uma parcela de seu *staff* assalariado pelas ONGs e ligado à outras classes sociais, passou a ser influenciado por tais organizações.

Em termos práticos, as estas ONGs, ligados a grandes corporações do setor agrícola passaram a induzir o uso do financiamento para o uso de sementes geneticamente modificadas e insumos químicos como pesticidas para produção no âmbito local (Martiniello e Nyamsenda, 2018). Apesar da AGRA e da USAID possuírem o discurso desenvolvimentista, na prática são representantes de corporações agrícolas monopolistas como a Monsanto, responsável pela venda das sementes transgênicas e dos agrotóxicos.

Estas recomendações vão contra os princípios da soberania alimentar defendido pelos movimentos rurais. Sendo assim, nesse período, o discurso da organização também fica comprometido quando tais medidas são adotadas, na medida em que a MVIWATA, também faz parte da maior organização transnacional de camponeses. Em 2015, há uma tentativa de da organização nacional de camponeses da Tanzânia de voltar à filosofia inicial, no entanto, é um trabalho desafiador (Martiniello e Nyamsenda, 2018).

Diante dos desafios, os movimentos rurais buscam agir cada vez mais transnacionalmente para conseguir responder às crises. Abordaremos mais detalhadamente a cooperação transnacional dos movimentos sociais e movimentos sociais rurais na próxima seção.

3.2. GLOBALIZAÇÃO DESDE BAIXO E A COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

No âmbito das questões agrárias em nível internacional, é possível identificar a emergência de um debate contemporâneo na literatura que trata das mudanças socioeconômicas ocorridas com o advento da globalização. O debate ilumina as relações de poder entre os atores sociais que são relevantes no âmbito das decisões referentes ao setor rural.

Diversas produções acadêmicas presentes na literatura buscam demonstrar a dinâmica existente entre o modo como a globalização se processa e os movimentos sociais do campo (SCHERER-WARREN, 2000; SCHERER-WARREN, 2007; ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012; MOYO e YEROS, 2005; DESMARAIS, 2013; BORRAS e FRANCO, 2013; ANDRÉE et al., 2014; MARTINIELLO e NYAMSENDA, 2018). Essa dinâmica coloca estes dois fenômenos sociais em posições opostas, devido à incompatibilidade dos sistemas propostos por cada um dos lados.

De um lado a globalização neoliberal e de outro a cooperação transnacional dos movimentos sociais, também considerada como a globalização “desde baixo” e uma resposta à atual configuração do sistema internacional. Atores não estatais, passam a lutar pela democratização das decisões sobre os bens públicos globais, sobretudo, a terra que é o centro das disputas representadas pelas relações de poder.

A principal manifestação da globalização neoliberal para o campo são as aquisições transnacionais de terras, também conhecido como *land grabbing*, que propõe um modelo agrícola insustentável nos âmbitos social, econômico e ambiental. Esse fenômeno seria fruto da globalização do setor agrícola monopolizado por grandes corporações que induzem a produção e consumo de insumos agrícolas de alto valor agregado a exemplo das sementes geneticamente modificadas e dos agrotóxicos que encontra resistência por atores sociais no campo que passam a se organizar cada vez mais transnacionalmente.

De acordo com Manuel Castells (2000), importante teórico da globalização, a nova sociedade em que vivemos, caracterizada pela atuação em redes, passou por mudanças fundamentais que mudaram a forma de viver do ser humano e princípios valorizados pela sociedade. Quanto à primeira dimensão social que altera a forma de viver do ser humano, o autor argumenta haver emergência de um paradigma tecnológico cuja principal manifestação é a engenharia genética que permite ao ser humano alterações no DNA de plantas, animais e até mesmo no ser humano. A segunda dimensão de uma mudança social é, segundo Castells, a globalização que pode ser considerada como a capacidade tecnológica, organizacional e institucional dos componentes centrais de um dado sistema, como, por exemplo, a economia, de trabalhar como uma unidade realmente ou em um tempo determinado em escala planetária (Castells, 2000, p. 694). Para o autor, as informações são cada vez mais importantes para a sociedade que agora pode ser considerada como global devido à facilidade no fluxo de informações, capital e pessoas ao redor do mundo.

A terceira dimensão seria uma consequência da globalização: a internet. A internet permite reunir informações de forma acelerada e pode conectar pessoas em um âmbito global. Castells considera a terceira dimensão como:

the enclosing of dominant cultural manifestations in an interactive, eletronic hypertext, which becomes the common frame of reference for symbolic processing from all sources and all messages. The Internet [...] will link individuals and groups among themselves and to shared multimedia hypertext (CASTELLS, 2000, p. 694).

Segundo Castells, a quarta dimensão da mudança social, que é consequência das redes globais da economia, seria a despedida do Estado soberano. No entanto, as instituições do Estado irão permanecer, o que tende a sofrer profunda mudança é o seu aparato de poder, pois os governos nacionais tenderão a compartilhar sua soberania com instituições supranacionais e instituições co-nacionais como, por exemplo, blocos regionais.

A quinta e última dimensão compreende o progresso em conhecimento científico que está, segundo o autor, redesenhando as relações entre cultura e natureza que é caracterizada pela era industrial. Uma crescente consciência ecológica tem alterado a forma de viver, de consumir e de percepção de nós mesmos.

De acordo com Castells (2000), todas essas mudanças sociais, compreendidas no escopo da globalização alteram os valores sociais e tendem a gerar desigualdades sociais. No entanto, tais mudanças, ao mesmo tempo que são fonte de problemas, também contribuíram para a emergência de um movimento contestatório também à nível global.

No âmbito da economia política internacional, Moyo e Yeros (2005) explicam que a globalização se caracteriza pela reestruturação do capital industrial e sua financeirização, desregulamentação dos sistemas monetário e financeiro globais e, finalmente, o colapso do compromisso entre o estado de bem-estar social no centro e o projeto de desenvolvimento na periferia. Em resposta surgem movimentos contra essas externalidades. O neoliberalismo causou externalidades no centro e na periferia e a resposta são os movimentos contra essa abertura.

A globalização das empresas e Estados causou externalidades e fez com que houvesse a necessidade de haver uma globalização desde baixo para responder aos problemas gerados pela primeira. Dessa forma, movimentos sociais se levantam para tentar minimizar os efeitos dos preceitos neoliberais advindos com a primeira onda de globalização. A principal característica dessa contestação, é a atuação em redes na forma de corporação transnacional.

Nesse contexto, a cooperação internacional de atores da sociedade civil global, que inclui organizações não-governamentais e movimentos sociais, surge com mais força na década de 1990 em contraposição aos problemas gerados pela globalização liderada pela ordem neoliberal vigente. Essa articulação internacional de ONG e movimentos sociais à nível internacional ficou conhecida como “globalização desde baixo” ou “globalização de baixo para cima” (BRECHER, COSTELLO e SMITH, 2000; VIEIRA e MENEZES, 2005; DELLA PORTA et al., 2006; MILANI e LENIADO, 2007; VIEIRA, 2011; BUDINI, 2010; WILLIAMS, 2007).

A globalização a partir de baixo, também denominada como globalização pela justiça global ou globalização de direitos, é vista pelos pesquisadores como algo necessário para fazer frente aos atores privados internacionais. De acordo com Brecher, Costello e Smith (2000), os movimentos iniciam de diferentes pontos de partida, como campanhas locais contra plantas descontroladas, organização sindical nos países pobres, proteção dos povos indígenas e resistência a alimentos produzidos por empresas, e passam a convergir seus interesses em um processo que os autores chama de confluência positiva. Durante a confluência positiva, os movimentos passam a ter consciência de que suas lutas são globais iniciando a construção de um movimento comum e global.

Brecher, Costello e Smith (2000), consideram a globalização desde baixo como um movimento e assim como as elites políticas e corporativas se articulam para promover suas agendas, atores localizados na base da sociedade também estão conectando suas lutas para impor suas necessidades e interesses na economia global. Dessa forma, “o objetivo que une é encontrar o controle democrático suficiente sobre estados, corporações e mercados” (BRECHER, COSTELLO e SMITH, 2000).

Della Porta et al. (2006) também evidenciam a construção de um movimento comum e consideram as várias dimensões da globalização proporcionam o surgimento de uma sociedade civil global que atua além das fronteiras por meio de instituições globais. Assim, os movimentos transnacionais são vistos como uma resposta ao crescimento da institucionalização da política mundial.

É nesse contexto, que Della Porta et al. (2006), inserem o conceito de movimento social global, que é definido como redes supranacionais de atores que definem suas causas como globais e organizam campanhas e protestos que envolvem mais de um Estado. As condições de existência de um movimento social global são a existência de uma identidade global, repertório de ações não convencionais e redes organizacionais. Os autores argumentam ainda que a característica fundamental do movimento social global é a capacidade de interpretação comum da realidade.

Dessa forma, pode-se considerar que a globalização desde baixo, ou a articulação transnacional dos movimentos sociais e organizações não governamentais de base como um movimento comum que surge devido a necessidade de contrapor o *status quo* que apresenta um modelo não participativo. O elemento democrático, aparece mais uma vez como algo importante na atuação dos movimentos, que buscam ajustar a participação de atores marginalizados no âmbito das políticas globais

Sobre este aspecto, Della Porta et al. (2006) argumentam que a principal crítica das campanhas que formam a globalização desde baixo é a valorização da economia de mercado em detrimento dos direitos sociais fundamentais. Dessa forma, de acordo com os autores, há a oposição a variedade neoliberal da globalização que se iniciam com a proliferação de fóruns sociais mundiais no início dos anos 2000, como os fóruns sociais italianos, o Fórum Social Europeu (FSE) e o Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, que buscam trazer as demandas dos movimentos de base para a agenda internacional. Ou seja, o FSM é considerado como a reunião internacional do movimento *globalization from below*.

Três questões fundamentais podem ser analisadas dentro destes movimentos desde baixo que surgem em respostas à globalização das empresas e estados representados pelas instituições internacionais como OMC, FMI e BM. Todos estes movimentos surgem a partir de pontos de partida diferentes, de forma fragmentada como o movimento negro e das mulheres, mas acabam por se unirem na luta global contra o arranjo da economia global liderado pelas instituições financeiras internacionais a exemplo da OMC, Banco Mundial e FMI.

No que se refere às questões rurais dentro do movimento de globalização desde baixo, pode-se destacar as disputas relacionadas às políticas agrícolas disseminadas pela OMC como as mais relevantes porque tais políticas são baseadas em um sistema produtivo de larga escala, em insumos químicos e sementes geneticamente modificadas que afetam as comunidades tradicionais e os pequenos produtores agrícolas

A maioria dos movimentos inclinados à globalização desde baixo surgem nos EUA e, posteriormente, se tornam globais (BRECHER, COSTELLO e SMITH, 2000), o que demonstra o fato do país, que é estratégico no sistema internacional, ser o ponto de partida de políticas que afetam as pessoas mais vulneráveis do sistema internacional. Agir dentro dos EUA, portanto, torna-se fator estratégico nas lutas globais, uma vez que o mesmo é o centro das instituições e empresas que atuam em nível internacional. É importante ressaltar também, que as principais redes de advocacia atuam nos EUA, impulsionado pelos movimentos que as antecedem, que se solidarizam com as lutas globais.

Williams (2007), por sua vez, ao fazer um estudo sobre o cooperativismo contemporâneo, considera a globalização desde baixo como um conjunto diversificado de movimentos, organizações e grupos que desenvolvem um esforço de tentar reconfigurar a economia global em termos socialmente justos enquanto realizam conexões que vão além das fronteiras nacionais e regionais.

De acordo com o autor, a OMC, FMI e Banco Mundial são considerados como os árbitros da globalização econômica que se desenvolve de forma a limitar a participação de alguns setores da sociedade. Dessa forma, o cooperativismo contemporâneo, representado por cooperativas de produtores, de valor agregado, de habitação e financeira, buscam construir uma terceira via entre o socialismo rígido centralizado e o capitalismo indisciplinado e, frequentemente, desumano (Williams, 2007).

O autor considera a globalização desde baixo como uma forma mais saudável de globalização, em que os indivíduos possam participar igualitariamente de seus benefícios sem que esses benefícios esgotem os recursos naturais e as riquezas do mundo. Neste sentido, verifica-se o aspecto ambiental colocado na agenda pelos movimentos que compõem a globalização desde baixo.

Além da demanda por mais democratização da política mundial, o movimento global conhecido como globalização desde baixo busca ainda inserir na agenda aspectos sustentáveis das atividades atualmente desenvolvidas. No âmbito do meio ambiente, ações das instituições financeiras internacionais, principalmente da OMC e seus tratados internacionais como o NAFTA, foram alvo de críticas por diversos grupos por colocarem o princípio do livre comércio acima das necessidades humanas.

Williams (2007), argumenta que a globalização desde baixo apresenta três níveis principais de operação, o global, estatal e local e considera o último como mais importante, ao argumentar que a cooperação deve ser iniciada no nível local e por pessoas no âmbito local. Apesar da ausência de exércitos, o autor considera que os movimentos sociais globais podem forçar grandes instituições a modificar suas políticas por meio da conexão de seus movimentos, e pelos valores comuns que se identificam no movimento.

No âmbito agrícola, há a emergência de movimentos rurais organizados cada vez mais através de alianças transnacionais de luta pela terra, cujo maior expoente é a Via Campesina (ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012, DESMARAIS, 2013; MARTINIELLO e NYAMSENDA, 2018).

Devido ao fato de os atores privados agirem internacionalmente, os movimentos rurais também têm buscado agir em escala global. Portanto, a “globalização desde baixo” pode ser considerada como uma contraposição à “globalização desde cima” liderada pelos Estados e multinacionais.

A atuação transnacional dos movimentos sociais é uma tentativa de alcançar legitimidade para suas ações, ao mesmo tempo que possibilita a consolidação do movimento.

Risse (2012) afirma, nesse sentido, que organizações transnacionais mais densas tendem a ser mais consolidadas robustas e consolidadas.

Paralelamente e em conformidade ao debate sobre a globalização desde baixo, está o debate sobre o surgimento de um movimento transnacional antiglobalização que nega a configuração do sistema proposta pelo capitalismo e busca soluções alternativas aos problemas sociais e à preservação da vida (GOHN, 2013). Os movimentos antiglobalização, portanto, vão além da crítica por adotar uma ação propositiva.

Para contrapor a ordem internacional vigente, movimentos sociais e organizações não-governamentais, considerados como pontos centrais da sociedade civil global, passaram a se articular em espaços internacionais e a questionar a legitimidade democrática das organizações internacionais que eram dirigidas majoritariamente por atores estatais e corporações internacionais.

Pode-se considerar, dessa forma, que há uma lacuna na governança global de assuntos internacionais, na medida em que atores importantes da sociedade civil raramente têm suas demandas incorporadas nas discussões internacionais. Movimentos contestatórios e de caráter alternativo à forma de globalização vigente, baseada no neoliberalismo, passaram a se articular e a cooperar entre si para adquirir mais força no sistema internacional.

De acordo com Milani e Laniado (2007), o fenômeno da globalização, que inicialmente apresentava característica de competição comercial, passa a incorporar elementos de lutas sociais e políticas pela imposição de preferências individuais e valores culturais. Não se trata apenas de competição por oportunidades no mercado e iniciativas de ascensão econômica ou busca por oportunidades comerciais e liberalizantes, mas também buscam maior participação social nos assuntos internacionais.

Gohn (2013), ao apresentar os movimentos antiglobalização, corrobora a característica da disputa de poder no âmbito comercial que envolve os movimentos sociais transnacionais contemporâneos, no entanto, deixa claro que as disputas no âmbito comercial são fruto da marginalização de determinados grupos sociais e seus modelos culturais. Segundo a autora, a atual forma de globalização, que tem como principal expoente a desregulamentação financeira e redução de fronteiras sob a hedge neoliberal, seria danosa à reprodução social. Alternativas devem ser analisadas para minimizar a exclusão social existente na atual configuração do sistema internacional. Dessa forma, o alvo principal das manifestações dos movimentos antiglobalização são geralmente grandes empresas ícones do capitalismo a exemplo da rede de lanchonetes McDonald's e a Nike, assim como contra reuniões de instituições internacionais guiadas por grandes corporações como o G-8 e FMI.

A primeira onda de movimentos antiglobalização é representada pelas manifestações que ocorreram em Seattle em 1998 que projetou o movimento para o mundo através da mídia, embora suas ações sejam mais antigas. A segunda onda de manifestações foi marcada pelos protestos em Nova York no ano de 2002. Os protestos assumem novas configurações, pois no contexto do 11 de setembro, os movimentos sociais antiglobalização passam a adotar ações mais propositivas e a clamar pela paz mundial (GOHN, 2013).

As principais demandas apresentadas por essa espécie de cooperação transnacional dos movimentos sociais estão relacionadas à assimetria de poder entre os atores sociais que compõe o sistema internacional. Inicialmente, as principais reivindicações foram relativas às relações comerciais entre os países, com forte clamor pelo perdão da dívida externa dos países mais pobres. Posteriormente, as demandas passaram a ser pela inclusão de temas relativos aos direitos humanos e ao meio ambiente em fóruns internacionais como a OMC e pela democratização dos processos decisórios das agências financeiras multilaterais.

No âmbito das disputas agrárias, as principais reivindicações dos movimentos sociais transnacionais são pela reforma agrária, soberania alimentar, democratização do acesso à terra, inclusão dos pequenos produtores rurais no processo de produção agrícola (ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012; MOYO e YEROS, 2005; ANDRÉE et al., 2014; MARTINIELLO e NYAMSEDA, 2018). Todas estas condições contribuem para reduzir as assimetrias no âmbito social, mas também no âmbito das relações comerciais ao facilitar a inserção dos atores sociais, marginalizados pela globalização neoliberal, nas cadeias globais de valor do setor rural.

Nota-se que a agenda defendida pelos movimentos rurais transnacionais são um espelho das reivindicações dos movimentos rurais locais, justamente pelo fato das alianças entre os movimentos rurais em nível transnacional serem formadas pelos movimentos locais e nacionais de luta pela terra.

As principais características da sociedade civil global, também mencionada pela literatura como “globalização de baixo para cima” ou movimentos sociais transnacionais, dizem respeito a seus atores, processos e natureza do espaço. Quanto aos atores, os movimentos sociais e organizações não-governamentais se configuram como os principais agentes, quanto aos processos, as articulações transnacionais e globais são fundamentais e quanto à natureza do espaço além das fronteiras nota-se um espaço para construção de valores universais, além de arenas de discussão política diversificada e disputa de controle pelas decisões em âmbito global.

A autora Gohn (2013), também destaca as características dos movimentos sociais transnacionais ao tratar dos movimentos antiglobalização. A principal novidade apontada pelo movimento antiglobalização está na sua extensão. Os movimentos sociais contemporâneos passam, portanto, a assumir uma dimensão global e a atuar em redes.

Quanto à composição social dos movimentos sociais transnacionais, a autora explica que dentre as características que definem o movimento antiglobalização, a que mais se destaca é sua heterogeneidade, diversos movimentos e organizações são a base da composição social dessa forma de atuação transnacional. Dentre estas estão as ONGs, movimentos sociais rurais, sindicatos, organizações e partidos políticos de esquerda, grupos de defesa dos direitos humanos, etc (GOHN, 2013).

Dentre os recursos que as facções do movimento antiglobalização dispõe, o principal são os tecnológicos. O uso da internet tem sido crucial para possibilitar a articulação internacional do movimento e a comunicação entre os atores sociais envolvidos na ação. Alguns sites como o *protest.net* e *the public eye* são exemplos de plataformas virtuais que ligam os movimentos (GOHN, 2013).

Este aspecto corrobora o argumento da Teoria da Mobilização dos Recursos, de que a disponibilidade de recursos, humanos, financeiros e materiais possibilitam a ação coletiva (MCCARTHY e ZALD, 1977; GOHN, 1997; ALONSO, 2009; VIEIRA, 2011). No entanto, é importante ressaltar que no âmbito dos movimentos sociais rurais, o engajamento e o componente humano são os elementos mais importantes no surgimento da ação coletiva.

A mídia também se configura como um fator relevante na atuação desse movimento, pois serve para legitimar as ações dos movimentos, assim como atrair a atenção pública para temas deixados de fora da agenda pública global pelos atores que a controlam (Gohn, 2013). Outra estratégia utilizada pelo movimento, é a realização de fóruns e debates que ocorrem paralelamente às manifestações e às reuniões das cúpulas representantes opositoras ao movimento.

Quanto à discussão sobre o eixo que une tais movimentos, a autora Gohn (2013) esclarece que, apesar de se denominarem movimentos antiglobalização, os mesmos não são contra a globalização em si. Tais movimentos e facções reconhecem a globalização como um fenômeno contemporâneo e inevitável, mas são contra a forma como a mesma se processa que é considerada como injusta e insustentável no âmbito social, ambiental e, por vezes, até no âmbito econômico.

No âmbito rural, muitos movimentos rurais não lutam contra a modernização, mas pela utilização da tecnologia a partir de princípios e valores morais que permitam a sustentabilidade social e ambiental.

O aspecto de solidariedade, ressaltado por atores como Bracher, Costello e Smith (2000), Milani e Laniado (2007) e Gohn, (2013), também é destacado na discussão sobre os movimentos sociais transnacionais e a “globalização de baixo” é considerada como relativamente positiva, na medida em que a solidariedade dos movimentos permite maior força pela luta por justiça social.

Nesse contexto, o Fórum Social Mundial (FSM) se apresenta como uma expressão política fundamental dos movimentos sociais transnacionais, ou seja, uma expressão da “globalização de baixo” (MILANI e LANIADO, 2007; PLEYERS, 2008). Entre 2001 e 2005, foram realizados quatro Fóruns Sociais Mundiais no Brasil e demonstram o caráter mais institucionalizado dos movimentos sociais que buscam interagir para discutir, de forma mais aberta, questões globais e propor alternativas aos problemas públicos globais. É importante frisar que o FSM abrange movimentos que são alter-globalistas, ou seja, abrange movimentos que propõe alternativas à globalização e não consistem em contraposição.

Os teóricos clássicos sobre movimentos sociais e ação coletiva, assim como teóricos contemporâneos também identificam padrões de ação coletiva à nível global, a partir das principais teorias sobre movimentos sociais como as teorias norte-americanas dos movimentos sociais que abrange a Teoria Clássica, a Teoria da Mobilização de Recursos e a Teoria da Mobilização Política; as teorias europeias dos movimentos sociais e as teorias pós-colonialistas dos movimentos sociais (ALONSO, 2009; VIEIRA, 2011; SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2011).

Todas essas teorias apresentam aspectos diferentes, pois representam a realidade de onde foram geradas e a complexidade dos contextos que estão imersos.

A Teoria Clássica da ação coletiva considera que as ações transnacionais são resposta ao processo de globalização e às tensões sociais. Os problemas e mudanças sociais levariam à movimentos sociais que podem ser divididos entre revolucionários e reformistas, segundo a teoria clássica. Os revolucionários visam mudar a ordem vigente, os reformistas buscam propor alternativas e reformar apenas a ordem vigente (ALONSO, 2009).

Do ponto de vista da teoria da Mobilização de Recursos, os movimentos coletivos surgem quando há recursos humanos, financeiros e de comunicação disponíveis que tornam a ação viável. A globalização trouxe também avanços na comunicação que foram fundamentais para a cooperação dos movimentos sociais (ALONSO, 2009; VIEIRA, 2011). Por fim, a

Teoria da Mobilização Política argumenta que as oportunidades políticas constituem o elemento fundamental de organizações coletivas. Quando uma oportunidade no âmbito nacional se torna inviável, há um deslocamento para a esfera global a fim de fortalecer as demandas da sociedade civil.

No âmbito das teorias europeias, destacam-se a Teoria dos Novos Movimentos Sociais e a Teoria Marxista. A primeira, que dá ênfase ao ator social, destaca aspectos culturais e identitários dos movimentos sociais, enquanto a segunda foca nas lutas de classes com ênfase na estrutura (ALONSO, 2009; VIEIRA, 2011; SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2011).

Por último, mas não menos importante, é preciso destacar as teorias latino-americanas sobre os movimentos sociais. Estas são resultado da mescla entre teorias europeias, onde nos anos 1970 o paradigma marxista foi mais influente e na década de 1980, a teoria dos Novos Movimentos Sociais foram mais influentes. Neste sentido, Scherer-Warren e Lüchmann (2011) apresentam abordagem crítica pós-colonial dos movimentos sociais que propõem a valorização de culturas e comunidades consideradas como inferiores no continente latino-americano. Além disso, buscam desconstruir a ideia de modernidade imposta pelos paradigmas hegemônicos e pelos colonizadores.

Esse aspecto da teoria pós-colonial dos movimentos sociais é fundamental para estudo do impacto neoliberal no campo, sobretudo a aquisição transnacional de terras, na medida em que muitas vezes, em nome da modernidade, as comunidades tradicionais são expulsas de suas terras em nome do desenvolvimento e da modernidade, que muitas vezes só traz benefícios à quem investe na terra.

Vale notar que uma teoria que surge no sul global influencia as bases dos movimentos sociais até no norte global, devido à pauta e à semelhança de exploração das regiões mais frágeis do globo. Apesar de países como os EUA e Canadá não serem frágeis, mas possuem pequenos produtores que são impedidos de ter acesso às suas terras com o desenvolvimento da dinâmica da estrangeirização de terras capturadas pelo capital internacional.

Quase em sua totalidade, as teorias sobre movimentos sociais advindas da América Latina realizaram estudos sobre movimentos libertários e de emancipação que envolviam negros, mulheres, índios e outras minorias, além de estudos sobre lutas urbanas populares. Um aspecto interessante dessas teorias é que as mesmas buscam desconstruir a imagem do colonizado e os conceitos que são tidos como imutáveis, além disso, buscam lutar para que direitos universais sejam concedidos a todos os segmentos da sociedade, inclusive às minorias (GOHN, 2013; SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2011).

3.3 TRANSNATIONAL ADVOCACY NETWORKS (TAN)

No âmbito das abordagens que se apresentam como úteis para a analisar a cooperação transnacional dos movimentos sociais, a teoria das Transnational Advocacy Networks (TAN), desenvolvida por Keck e Sikkink (1998) propõe o surgimento de redes transnacionais de advocacia e o conceito de *boomerang pattern*, elementos explicativos que auxiliam na compreensão da dinâmica da atuação transnacional de movimentos sociais.

As autoras consideram como redes de advocacia, redes que expressam relações abertas e fluidas entre atores bem informados e comprometidos trabalhando em áreas especializadas que atuam pela causa de outros que advogam por uma causa ou proposição. De acordo com as autoras, as redes transnacionais de advocacia possuem caráter mais político e a utilização das informações são fator central de suas relações, dessa forma proporcionam a troca de informações e pessoas em seus fluxos de conexão. No âmbito da importância de tais redes, o papel mais relevante desempenhado está relacionado a liderar os debates, ao propor alterações na estrutura de valores e princípios relacionados a temas como direitos humanos, direitos das mulheres, saúde das crianças, povos indígenas etc (Keck e Sikkink, 1998). .

É nesse sentido, que possuem o papel de propor alternativas e informações para redirecionar os debates no âmbito internacional. Em relação às alternativas, propostas, as autoras explicam que as TAN criam categorias ou *frames*, que são espécies de quadros e estruturas nos quais as organizações envolvidas nas articulações transnacionais geral e operacionalizam as informações e alternativas que montam a base de suas campanhas.

No que se refere ao surgimento, as TAN emergem no século XIX, pois as antigas campanhas pela abolição da escravidão já são consideradas pelas autoras como início das articulações transnacionais (KECK e SIKKINK, 1998).

A expansão ocorre com a proliferação das organizações não-governamentais. De acordo com dados propostos pelas autoras, há um aumento de 110 para 631 ONG internacionais comprometidas com mudança social entre 1953 e 1993 nas áreas de direitos humanos, direitos das mulheres e do meio ambiente. Vale ressaltar que os aumentos mais significativos foram na área de direitos humanos com um aumento de 33 para 168 organizações que atuam nesse tema (UNION OF INTERNATIONAL ASSOCIATIONS, 1953-93 apud KECK e SIKKINK, 1998).

As autoras elencam três motivos que explicam o surgimento das redes transnacionais de advocacia: podem surgir em torno dos problemas em que canais entre grupos domésticos e seus governantes estão bloqueados colocando o padrão *boomerang* de influência característica dessas redes; podem surgir também quando ativistas ou empreendedores políticos acreditam que agir redes e levam ao alcance de suas campanhas emissões e ativistas promovem as redes; a existência de conferências e outras formas de contato internacional também podem criar arenas para formação e fortalecimento de redes de trabalho.

Destacamos aqui a primeira forma de surgimento das redes transnacionais de advocacia caracterizada pela estratégia do padrão bumerangue de ação. As autoras explicam que quando não há espaço nacionalmente as redes buscam atuar internacionalmente para influenciar as políticas domésticas.

Dessa forma, grupos domésticos buscam conexões internacionais para expandir suas preocupações. O padrão bumerangue de influência, característica das redes transnacionais, ocorre quando ONG nacionais procuram diretamente aliados internacionais para tentar pressionar seus estados a partir de fora, pois os contatos internacionais amplificam a demanda de grupos domésticos.

Geralmente as questões estão mais relacionadas aos direitos humanos, no entanto campanha sobre direitos indígenas e meio ambiente também envolve esse tipo de triangulação. É importante destacar que o *land grabbing*, fenômeno complexo e multifacetado (LIMA e LEITE, 2016), envolve esses três temas, pois na medida em que há a estrangeirização das terras, há violações de direitos humanos, implicações na área de sustentabilidade e redução da biodiversidade, além da violação de direitos indígenas que são geralmente as comunidades tradicionais que habitam as terras capturadas.

De acordo com as autoras, as conexões são importantes tanto para as redes Sul quanto para as redes do Norte. Para as redes do Sul global, suas conexões são importantes porque dão acesso a alavancagem informações e recursos financeiros, para o Norte, a importância das conexões é devido a legitimidade das ações.

Quanto ao funcionamento das redes, Keck e Sikkink (1998) explicam que as mesmas influenciam as mudanças sociais com informações, ideias e estratégias alternativas para alterar o contexto de valores e informações. Dessa forma, a tipologia de táticas das TAN, proposta pelas autoras são: política informacional, em que as informações são utilizadas de forma estratégica; política simbólica, onde há construção de símbolos que ajudam na

construção identitária do movimento; a política de alavancagem que busca engajar atores poderosos e estratégicos para os objetivos das campanhas; e, por fim, a política de accountability em que as TAN desempenham papel importante ao pressionar pela responsividade dos atores que lideram os processos políticos a nível nacional e internacional.

Outra característica das TAN que são parte importante da caracterização de seu funcionamento e dinâmica de atuação, diz respeito à atuação estratégica. Dessa forma, agir estrategicamente é característico das TAN que funcionam com um pequeno número de ativistas, porém, que atuam em locais e engajando atores estratégicos no processo.

Apesar de não ser voltado para movimentos agrários, pois aborda redes relacionadas a direitos humanos e meio ambiente, a perspectiva da TAN auxilia na compreensão da dinâmica de redes transnacionais. No entanto, há foco no aspecto da advocacia, enquanto que as demais abordagens buscam valorizar a participação de camponeses pobres e pequenos agricultores, a exemplo de organizações como a Via Campesina e demais coalizões transnacionais.

3.4 CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS TRANSNACIONAIS PARA POLÍTICA MUNDIAL

As redes de movimentos sociais transnacionais, entendidos como uma globalização dos setores subalternos da governança global, são considerados como atores que mudaram as formas de intervenção política com foco na busca por justiça social na década de 1990.

Dentre os diversos tipos de movimentos sociais transnacionais, os movimentos sociais rurais se destacam por desempenhar um papel relevante na política mundial. A importância do seu papel está relacionada à reconfiguração da governança global influenciada por estes atores sociais, uma vez que lutam pela democratização dos sistemas decisórios à nível global. Além disso, os atores sociais mais afetados pela globalização são aqueles que vivem no setor rural, o que faz desse setor o núcleo de resistência à globalização neoliberal.

De acordo com Scherer-Warren (2007), uma das principais estratégias dos movimentos sociais rurais pode ser considerada como a articulação em nível internacional, interorganizacional e pluritemática. A atuação em nível internacional ocorre no sentido de fortalecer e legitimar o movimento e a característica pluritemática demonstra a capacidade progressista de tais movimentos de abordarem os problemas de forma complexa.

Uma prova da centralidade dos movimentos sociais rurais na contestação da forma como a globalização se processa pode ser encontrada na gênese dos movimentos

antiglobalização. A origem da articulação dos movimentos antiglobalização ocorre na década de 1990 liderado por um movimento social rural. Em 1997, os zapatistas, movimento social de luta pela terra que surge no México na mesma década, organizam em Chiapas o Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo (GOHN, 2013).

Moyo e Yeros (2005) também ressaltam a centralidade do papel dos movimentos sociais, enquanto atores da sociedade civil global, na contestação anti-hegemônica. Segundo os autores essa contestação dos movimentos sociais renasce na década de 1990 e acrescentam que o berço dessa contestação está no campo. Os movimentos sociais ressurgem com mais força e passam a compor o núcleo mais importante de oposição ao fenômeno através da busca por reforma democrática no âmbito da política nacional e internacional. O imperialismo, termo utilizado de forma crítica pelos autores para se referir ao neoliberalismo ou à globalização liderada por atores hegemônicos, trouxe novos desafios para a reprodução social e para as questões agrárias internacionais, como o impedimento de reforma agrária e de consolidação nacional.

Os autores explicam que aqueles que vivem em nível de subsistência no campo, sobretudo na periferia, são os que mais sofreram com as políticas de austeridade e abertura econômica e isso gerou lutas sociais na periferia do sistema internacional. Tais lutas ecoaram e alcançaram a arena internacional, na medida em que os movimentos sociais, sobretudo os do campo, buscam reformar ou colocar alternativas à política internacional. Apesar dos autores ressaltarem essa contestação em continentes como Ásia, África e América Latina, é possível identificar que pequenos produtores de países desenvolvidos como os Estados Unidos e Canadá (ANDRÉE et al., 2014), também sentem os efeitos dos preceitos neoliberais e têm sua reprodução social comprometida.

A articulação transnacional torna-se então a gênese do movimento contra-hegemônico e o fato de ser liderado pelos zapatistas corrobora a discussão de que o eixo de oposição contra as práticas e ideias neoliberais nasce de movimentos ligados à terra. Atores como corporações multinacionais, Organizações Internacionais e até mesmo as ONGs, também compõe o *hall* de atores transnacionais não estatais. No entanto, suas ações muitas vezes são no sentido de monopolizar as decisões no âmbito do governo mundial em detrimento da dilatação dos termos de participação social.

Nesse sentido, Risse (2012) aponta para a importância dos movimentos sociais frente aos não estatais. O autor explica que os atores transnacionais podem assumir duas dimensões: atores transnacionais formais a exemplo das empresas, ONGs, e Organizações Não-governamentais Internacionais (ONGIs); e atores transnacionais informais compostos

por redes à exemplo dos movimentos sociais rurais transnacionais. Segundo o autor, os atores transnacionais formais geralmente têm interesse de manutenção do bem-estar da própria organização e seus membros. O segundo grupo está mais voltado para promoção de princípios e bem comum global: movimentos sociais. Algumas organizações como ONGs podem afirmar estar promovendo o bem global, mas são financiadas por empresas e buscam obter lucro por meio de ações humanitárias (RISSE, 2012).

No âmbito das questões agrárias, é importante destacar a problemática envolvendo financiamento de ONGs e organismos internacionais. Os movimentos sociais rurais mais radicais são contra o financiamento advindos de ONGs, porque muitas vezes os fundos são acompanhados de recomendações como a utilização do financiamento para utilização de sementes transgênicas e insumos químicos no processo produtivo, recomendações estas que vão contra os princípios adotados pelos movimentos rurais ligados à soberania alimentar e à agricultura agroecológica.

Em suma, a demanda por mais democratização pode ser considerada como a principal contribuição dos movimentos sociais rurais transnacionais, uma vez que tais movimentos tendem a prezar pelo bem comum. No entanto, é preciso ressaltar que o apreço pelo bem comum não significa que não há contradições e dissonâncias entre os membros desses movimentos. A modernização trazida pela globalização neoliberal é sedutora e consegue cooptar os movimentos mais desarticulados. Os movimentos rurais mais bem sucedidos, geralmente adotam estratégias de conscientização e educação internas com o intuito de alcançar maior coesão social.

A demanda pela democratização em fóruns multilaterais internacionais apresenta dois aspectos importantes referentes à atuação transnacional dos movimentos sociais. O primeiro está relacionado à emergência de atores não estatais no sistema internacional e o segundo está relacionado ao papel dos movimentos sociais na gestão pública à nível global.

De acordo com Risse (2012), o fim da guerra fria e o advento da globalização a sociedade civil internacional presencia o impacto de atores não estatais na política mundial. Esse fenômeno retira o foco do ator estatal, ou seja, os Estados não são mais considerados como os únicos com capacidade de influenciar a governança internacional, como está disposto nas teorias tradicionais das relações internacionais.

Entretanto, é preciso ressaltar que o autor considera como atores não estatais também as empresas multinacionais e ONGs, que muitas vezes são alvos de oposição da cooperação transnacional dos movimentos sociais. No caso do presente estudo, busca-se analisar o papel dos movimentos sociais na política mundial e a ação transnacional desses atores. Pode-se

argumentar que as empresas e os Estados tendem a monopolizar as decisões tomadas no nível internacional e, em contrapartida, os movimentos sociais viriam no sentido de tentar democratizar essas decisões transformando o governo mundial, monopolizado por Estados e empresas, em governança internacional, ou seja, governo de múltiplos atores.

Este aspecto da ação transnacional leva ao segundo aspecto demonstrado pela busca da democratização de organizações multilaterais pelos movimentos sociais transnacionais. A influência de atores não estatais na política mundial demonstra a relevância da cooperação transnacional dos movimentos sociais para a governança global. De acordo com Risse (2012), as redes transnacionais de defesa de direitos, ONGs, movimentos sociais transnacionais e outros atores sem fins lucrativos fazem a diferença na política mundial, sobretudo no que diz respeito ao ciclo de políticas públicas que prevê o surgimento, criação e implementação de normas internacionais.

No âmbito das relações agrícolas, movimentos sociais do campo e as comunidades epistêmicas em defesa da soberania alimentar colocam em debate os problemas gerados pela globalização da agricultura. De acordo com Andrée (2014), a globalização da agricultura provocou inúmeros problemas para o campo por meio de um processo global de aquisição de terras responsável por problemas de desigualdade social e democracia na produção agrícola. Em resposta a tais problemas, há o surgimento de estruturas de resistência, ligados aos movimentos sociais do campo, que denunciam o *land grabbing* global, o colocando como problema público na agenda normativa internacional.

Tais movimentos, ao mesmo tempo, propõem um modelo agrícola sustentável e democrático baseado na soberania alimentar como alternativa sustentável frente ao modelo de produção agrícola hegemônico. A característica democrática do novo modelo agrícola está presente na medida em que a soberania alimentar prevê o aumento da hegemonia popular sobre as decisões de produção dos alimentos em nível internacional e local.

Apesar da importância dos movimentos sociais na arena internacional, os mesmos enfrentam muitos desafios, como a opressão estatal de governos de direita (MOYO e YEROS, 2005), além de tentativas de cooptação dos membros do movimento por parte de governos, empresas e organizações internacionais.

Quanto às dificuldades de articulação dos movimentos transnacionais rurais, Saskia Sassen (2016), afirma que é difícil se mobilizar devido ao fato de o sistema ser complexo e os problemas serem causados por uma formação predatória também complexa, que envolve governos locais, instituições internacionais e empresas privadas. Como não há um único ator que cause os problemas, fica difícil gerar uma reação. A autora analisa a economia política

internacional pela lógica das expulsões e considera que o neoliberalismo e suas práticas como o *land grabbing* geram expulsões tanto das comunidades tradicionais, como da biodiversidade e considera que o sistema complexo dificulta as reações sociais.

A formação predatória complexa, exige uma resposta igualmente complexa por parte dos movimentos sociais rurais transnacionais. Quanto à forma específica de atuação desses atores na prática, Risse (2012) afirma que a influência dos atores transnacionais de defesa nas negociações interestatais multilaterais ocorre principalmente de três formas: através de atividades de lobby na sociedade doméstica de estados poderosos a exemplo dos EUA; por meio de coalizões com organizações internacionais, pressionando assim os estados “de cima” e “de baixo”; através da construção de coalizões com estados menores, fornecendo aos últimos conhecimento e “poder informacional.

Dentre os movimentos rurais transnacionais mais relevantes do sistema internacional, encontram-se: os Zapatistas no México, que desenvolveram uma rede de apoio e solidariedade internacional; o MST no Brasil e o Karnataka State Farmers Union (KRRS) da Índia que, apesar de serem um movimentos rurais nacionais, coordenam ações em organizações transnacionais de luta pela terra como a People Global Action e a Via Campesina (Scherer-Warren, 2000). A pauta principal desses movimentos sociais rurais transnacionais é a defesa da soberania alimentar enquanto construção anti-hegemônica e o combate ao *land grabbing*.

No âmbito dos movimentos transnacionais rurais, também é preciso destacar a criação da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC), responsável pela rede de movimentos rurais da América Latina. Muitos são membros também da Via Campesina. A CLOC se organiza por meio de congressos, cursos de treinamento, reuniões temáticas, campanhas e processos de luta coletiva.

3.5 VIA CAMPESINA: PRINCIPAL EXPRESSÃO DA COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

A Via Campesina configura-se como a aliança global de organizações de famílias de pequenos e médios produtores rurais. Diversos autores da literatura nacional e internacional se referem a Via Campesina como a organização internacional mais consolidada e relevante no âmbito da globalização dos movimentos sociais rurais.

No âmbito nacional do debate sobre a globalização *versus* camponeses, a autora Vieira (2011) se refere à Via Campesina como ator de contraposição hegemônica responsável pela

“globalização da esperança” para os trabalhadores rurais. Por sua vez, Dias (2018) destaca como a principal organização de globalização da luta camponesa contra a aquisição transnacional de terras, fenômeno avançado pela quádrupla crise do sistema capitalista no século XXI que é considerado como um dos principais expoentes da globalização neoliberal.

No âmbito da literatura internacional, Desmarais (2013) a considera como a organização que permite a “mundialização da luta camponesa” e demonstra o poder do campesinato frente ao modelo de globalização neoliberal. Rosset e Martínez-Torres (2012), Patel (2006), Borras Jr. (2010) Martiniello e Nyamsenda (2018) se referem à Via Campesina como a maior expressão dos movimentos rurais transnacionais contra as mudanças na agricultura no contexto neoliberal.

Apesar da literatura sobre globalização “de baixo” ser contemporânea, o debate marxista do século XIX já previa a articulação internacional de classes sociais marginalizadas pelo progresso econômico. De acordo com Desmarais (2013), Marx apontava para a tendência de internacionalização do capitalismo e, por esse motivo, os trabalhadores também deveriam se articular em nível internacional. Essa articulação dos setores marginalizados da sociedade ocorre gradualmente no sistema internacional.

No século XIX, ocorre a articulação internacional de trabalhadores, partidos socialistas, comunistas e dos social-democratas e é instituído o 1º de maio como Dia Internacional do Trabalho. No século XX, ocorre a articulação internacional das mulheres, representado pela instituição do dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher.

Apenas no final do século XX, especialmente na década de 1990, surge a necessidade de articulação a nível internacional dos trabalhadores da agricultura. O dia 17 de abril passa a representar o Dia Mundial da Luta Camponesa. É nesse contexto que surge a Via Campesina, por volta de 1994, considerada como a maior expressão da cooperação transnacional dos movimentos sociais rurais contra a globalização neoliberal (DESMARAI, 2013).

A Via Campesina atua de forma transnacional tem uma composição social diversa que reúne organizações de pequenos e médios agricultores, camponeses, mulheres do campo, comunidades indígenas, jovens rurais, representando cerca de 200 milhões de famílias ao redor do mundo (ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012).

Essa composição social é formada pelos atingidos pelo fenômeno da liberalização comercial da agricultura. Desmarais (2013) explica que desde 1994, quando ocorre a assinatura na Rodada do Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), organizações camponesas de todos os continentes marcham nas cidades de Genebra, Paris, Washington, Roma, Porto Alegre, Cancun, dentre outras.

Portanto, pode-se considerar que a Via Campesina como um ator importante no movimento antiglobalização por posicionar-se radicalmente contra a globalização neoliberal e à agricultura industrial liderada pelo agronegócio. De acordo com Desmarais (2013), a Via Campesina considera como representantes dessa globalização neoliberal, instituições financeiras e internacionais que afetam o setor agrícola como o FMI, o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A organização considera que a liberalização da agricultura, liderada por instituições como o FMI, o BM e a FAO, declara guerra contra os camponeses, ao não colocar o ser humano no centro de suas atividades. Apesar da palavra guerra parecer muito intensa, o marco da luta dos camponeses contra a OMC e a liberalização agrícola no início do século XXI, ilustra a gravidade das disputas.

No ano de 2003, durante uma Conferência Ministerial da OMC no México, o camponês coreano Lee Kyung Hae sobe em uma cerca de arame colocada para impedir os manifestantes de acessarem a reunião e se suicida com uma faca portando um cartaz escrito “a OMC mata agricultores” (MARTINIELLO e NYAMSENDÁ, 2018; PATEL, 2006, DESMARAIS, 2013). O ocorrido marca o dia 10 de setembro como o Dia Mundial da luta camponesa (DESMARAIS, 2013).

Lee representa as comunidades locais em diversos países como Honduras, México, Brasil, Guatemala, Indonésia, Europa e Canadá, onde camponeses e agricultores familiares resistem à liberalização da agricultura e ao *land grabbing* global. Resistem, pois são ameaçados de serem expulsos de suas terras em nome da difusão das sementes transgênicas, dos campos de golfe, fazendas de criação intensiva de camarões assim como territórios de produção de biocombustíveis ou exploração de minerais.

É importante ressaltar que a oposição da Via Campesina à globalização neoliberal não significa rejeição à modernidade (PATEL, 2006). A maior organização transnacional de camponeses, considera o avanço tecnológico importante para a sociedade, no entanto, almeja que esse desenvolvimento não afete os princípios de democratização da terra e da soberania alimentar.

Nesse contexto, os principais elementos que compõem a agenda da Via Campesina estão relacionados às demandas dos movimentos sociais rurais como a defesa da soberania alimentar, reforma agrária de caráter redistributivo e defesa da agroecologia (ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012; BORRAS JR., 2010; DESMARAIS, 2013; MARTINIELLO e NYAMSENDÁ, 2018).

A principal contribuição da Via Campesina no cenário internacional pode ser relacionada a sua capacidade de questionar as raízes estruturais e institucionais das políticas rurais baseadas no neoliberalismo. Ao politizar o debate das questões agrárias e adotar uma postura crítica, o movimento transnacional de camponeses desafia o *status quo* e propõe uma alteração de valores e princípios do sistema internacional no que se refere aos aspectos rurais.

Borras Jr. (2010) considera que a tendência de politizar as agendas das políticas internacionais pode ser considerada como a face mais promissora dos movimentos agrários transnacionais e a Via Campesina, levando em consideração os outros espaços internacionais de atores rurais, desempenha esse papel de forma incisiva ao auxiliar nos processos de democratização dos processos de formulação de políticas globais.

A defesa da soberania alimentar tem o papel crucial de politizar a política agrária que tem sido por muito despolitizada (PATEL, 2006). A definição mais ampla de agroecologia defendida pela Via Campesina está intimamente ligada à noção de soberania alimentar, assim como é comum aos movimentos sociais rurais. A proposta de soberania alimentar, busca democratizar as questões agrárias, sobretudo as decisões de produção, distribuição e consumo de alimentos que permitam um desenvolvimento sustentável da agricultura, tanto no âmbito ambiental quanto no social.

Rosset e Martínez-Torres (2012) explicam que um dos motivos da agroecologia ser levada tão a sério pelos movimentos como a Via Campesina reside no fato de que as terras adquiridas por meio das lutas no campo geralmente são degradadas e demandam um cuidado especial. Além disso, a forma de produção agroecológica faz com que produtores rurais menores tenham mais autonomia por não dependerem de insumos agrícolas de alto valor agregado difundido pelas corporações agrícolas que monopolizam o setor agroalimentar.

A sustentabilidade ambiental e a democratização das terras, também interferem na reprodução social dos pequenos agricultores, por isso, defender a soberania alimentar e a agroecologia significa garantir a reprodução das pessoas que vivem no meio rural.

Na Ásia, na África e na América Latina, regiões que mais sofrem com as externalidades da agricultura industrial, é possível identificar organizações de camponeses ligados à Via Campesina, e possivelmente incentivados por ela, que adotam os princípios da agroecologia enquanto ciência e enquanto forma de produção agrícola (ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012). Essa ação também é possível devido à facilidade de intercâmbio entre pequenos agricultores que passam a agir transnacionalmente.

Na América Latina, a CLOC e o MST desempenham papel fundamental na difusão da agricultura agroecológica. No continente africano, destaca-se a atuação da Zimbabwe Organic

Smallholder Farmer's Forum (ZIMSOFF) e da organização camponesa nacional MVIWATA na Tanzânia.

A Via Campesina, possui um papel fundamental na difusão da agroecologia. A organização, como bem ressalta Rosset e Martínez-Torres (2012) utilizam a atuação transnacional para dar escala à produção agroecológica. Essa estratégia pode ser considerada como um dos fatores que conferem sucesso à organização.

Quanto à atuação estratégica da Via Campesina, além da articulação transnacional, a organização adota medidas de caráter pedagógico no âmbito local e busca assumir um distanciamento de organizações que deslegitimam os princípios dos movimentos sociais ligados ao campo, a exemplo da democratização da terra e da agricultura agroecológica, princípios que se resumem na defesa da soberania alimentar.

Quanto ao caráter pedagógico da organização, Rosset e Martínez-Torres (2012) destacam a criação de academias de treinamento de lideranças em diversos países que preparam líderes camponeses para pressionar os governos locais por mudanças políticas.

Tais academias fazem parte do treinamento político, considerado por Batista (2014) como a principal estratégia contra-hegemônica da Via Campesina. A autora explica que o treinamento, organização e pedagogia fazem parte das práticas estratégicas da organização que facilitam o engajamento para a luta de classes por meio de experiências político organizacionais frutíferas.

Diversos cursos, gratuitos ou informais, atividades (políticas e treinamento político profissional), e escolas (treinamento político-profissional e agroecologia) são oferecidos e incentivados pela Via Campesina em cooperação com organizações locais.

Além disso, como organização internacional de camponeses, a Via Campesina é única devido à sua forma de articulação transnacional. Sua diferença em relação às organizações tradicionais internacionais de trabalho é o caráter horizontal (VIEIRA, 2011) estabelecido com os movimentos no âmbito local, através de alianças comuns e agendas estruturadas e fortalecidas levando em consideração a diversidade dos movimentos que a compõem.

Ainda no âmbito das ações estratégias adotadas pela Via Campesina, é possível destacar o distanciamento das ONG enquanto instituições que deslegitimam a luta pela terra, sobretudo no que diz respeito aos programas de financiamentos dos movimentos sociais.

Segundo Patel (2006) e Desmarais (2013), esse distanciamento se dá devido à falta de *accountability*, transparência e participação apresentadas por algumas instituições internacionais, até mesmo ONG que se autodeclaram defensoras dos direitos humanos.

Outro aspecto que justifica a rejeição ao paternalismo das ONG pela Via Campesina, e que está ligado aos problemas de representação citados anteriormente, é o problema da cooptação de camponeses por meio de recursos financeiros frutos de doações (DESMARAIS, 2013).

Todos estes aspectos da ação estratégica da maior organização transnacional de camponeses confere mais legitimidade à sua luta. Dessa forma, a legitimidade da luta assumida pela Via Campesina, que está relacionada à agenda proposta e as práticas estratégicas adotadas pela organização, contribuiu para a expansão da organização no início do milênio.

De acordo com Desmarais (2013), a Via Campesina cresce cerca de 41% no início dos anos 2000 e conta com mais de 140 organizações de todos os continentes. Dentre eles, estão os principais movimentos agrários que também atuam de forma transnacional, a exemplo do MST, Zapatistas, KRRS da Índia e a coalizão nacional de camponeses da Tanzânia MVIWATA.

Em suma, a Via Campesina, considerada como a principal expressão da cooperação transnacional dos movimentos sociais rurais, desempenha um papel importante no âmbito do debate da globalização *versus* questões agrárias e pode ser considerada como um ator estratégico para os movimentos sociais do campo.

3.6. MOVIMENTOS SOCIAIS E GESTÃO PÚBLICA

Dois aspectos principais fazem parte da relação entre a gestão pública e os movimentos sociais. O primeiro aspecto trata da relevância dos movimentos sociais em fornecer informações mais precisas sobre a realidade social os grupos alvo da gestão pública. Esse primeiro aspecto desencadeia o segundo que é a necessidade de os movimentos sociais fazerem parte do processo da gestão pública e da construção das políticas públicas, auxiliando no fortalecimento de princípios democráticos.

Teóricos da área de Gestão Pública que buscam constantemente melhorar a tarefa da gestão apresentando abordagens diferentes, mas que se complementam, trazem aspectos importantes que contribuem para a maior eficiência na entrega dos serviços públicos. Focamos aqui nas abordagens de Hill e Lynn (2009), Flynn (2007) e Salamon (2002). As abordagens que aparentam ser bem sucedidas, em certos momentos apontam para a maior aproximação do Estado com a sociedade civil, onde estão localizados os movimentos sociais.

A definição de Gestão Pública adotada por Hill e Lynn (2009) trata do processo de assegurar que a alocação e o uso de recursos disponíveis para o governo são direcionados à conquista de objetivos políticos públicos. Partiremos dessa definição para entender a importância das três abordagens desses autores.

A melhor forma, segundo Hill e Lynn (2009), de garantir que esses recursos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz é por meio da abordagem tridimensional da Gestão Pública, ou seja, investir na estrutura, na cultura e na capacidade subjetivas dos gestores, focando na estrutura organizacional, nos empregados e nas habilidades individuais dos gestores que podem fazer o diferencial. Hill e Lynn (2009) utilizam as ferramentas de análise de Gestão Pública para criar uma perspectiva tridimensional.

A análise de Gestão Pública, segundo os autores, possui três tendências ao longo do desenvolvimento dos estudos. A primeira tendência buscou criar estruturas organizacionais e funções para melhorar o desempenho administrativo do Estado, tendo a organização como unidade de análise. A segunda tendência de análise de Gestão Pública buscou estudar as crenças e valores e normas que governam e motivam o comportamento dos funcionários que pode se tornar mais eficiente no alcance dos objetivos, cuja unidade de análise são os empregados. A terceira e última análise de Gestão Pública se volta para o que os gestores fazem o como fazem, ou seja, em como os gestores podem construir iniciativas a fim de influenciar a performance do governo através da força do esforço pessoal em configurar objetivos e ações exemplares e de liderança (HILL e LYNN, 2009).

É importante destacar que essa análise é com base no desenvolvimento da Gestão Pública nos EUA. No caso do Brasil, essa abordagem torna-se complicada. Apesar da estrutura garantir normas, leis e uma estrutura administrativa que deveria ser eficiente, a cultura organizacional está negligenciada, uma vez que não há valores que unem o cumprimento das tarefas e os servidores apenas cumprem seu papel por interesse próprio. Além disso, devido à falta de incentivos no âmbito estrutural, não há o incentivo às habilidades subjetivas para construir soluções empreendedoras no âmbito da gestão.

Outro fator importante para entregar de forma eficaz e eficiente os objetivos públicos globais, que é o objetivo da Gestão Pública de acordo com a definição de Hill e Lynn (2009), também é necessário considerar a importância da *accountability* e de ferramentas que melhorem o controle da gestão. Norman Flynn (2007), por sua vez, considera que a criação de um sistema de gestão de desempenho também pode ser importante para melhorar a Gestão Pública. A ferramenta de *accountability* demanda esse sistema que busca avaliar a

performance dos servidores e premiar as boas práticas. Construir metas também é importante para que os servidores tenham um alvo a seguir e o sistema prevê isso.

Dessa forma, os governos estão buscando resolver o problema do principal-agente em que o último age em torno do interesse próprio mesmo com os contratos firmados e o monitoramento. Mensurar desempenho e o uso de indicadores de desempenho estão no coração dos esforços feitos pelo governo para tomar controle central dos serviços. Porém, ainda há uma lacuna entre as melhorias de performance/desempenho e o nível de satisfação do público. Mais uma vez o caso brasileiro ainda engatinha nesse sentido, pois há poucas iniciativas de sistemas de incentivo ao desempenho e há poucas ferramentas para mensurar a entrega dos serviços públicos. Talvez por problemas no nível cultural e estrutural, atitudes corruptas se tornam mais frequentes.

Salamon (2002), coloca a abordagem da Nova Gestão Pública que prevê um governo descentralizado, ou seja, incorporação do segundo e terceiro setor na resolução de problemas públicos. Haveria de certa forma um financiamento público de serviços entregues à população pelo setor privado, principalmente as organizações sem fins lucrativos.

É nesse contexto do novo paradigma para a gestão pública, que os movimentos sociais se inserem. Sua presença na gestão pública torna mais eficaz o cumprimento de seus objetivos que é a oferta de bens públicos globais. Incluir os movimentos sociais, assim como as ONGs e as empresas no processo de gestão dos bens públicos faz parte da elaboração de um modelo de governança mais democrático que considera todos os atores na gestão dos problemas públicos.

Apesar dessa tendência, a ferramenta de governo direto na Gestão Pública também deve ser considerada como um fator relevante. Salamon (2002) discorre sobre a ferramenta de Governo Direto que, mesmo em um mundo de governo terceirizado, o governo direto, ou seja, a oferta de bens e serviços públicos diretamente pelo governo, ainda se mostram mais eficientes e eficazes no âmbito da gestão pública.

Porém, as abordagens que consideram o governo direto uma boa ferramenta são baseadas na experiência estadunidense e isso não se aplicaria no Brasil, uma vez que os funcionários públicos que entregam os serviços são concursados e tem salário fixo o que não gera incentivos para melhoria da performance. Talvez um sistema de gerenciamento de desempenho possa completar essa lacuna ou uma abordagem tridimensional do problema conforme Hill e Lynn (2009) possam ser úteis. A descentralização da produção dos serviços poderia configurar outra alternativa. Qualquer uma das alternativas levariam a uma reforma considerável da Gestão Pública nacional, principalmente no que se refere a cultura

organizacional que não incentiva boas práticas e o empreendedorismo por parte dos funcionários públicos.

Em suma, o novo paradigma de gestão pública que vem ganhando força no sistema político propõe maior aproximação do Estado com a sociedade civil, tanto no que diz respeito à construção de políticas públicas como em aspectos de execução de tais políticas. A sociedade civil, composta por ONG e movimentos sociais, passam a participar da gestão pública ao oferecerem alternativas mais criativas e críticas para as políticas públicas justamente por estarem intimamente engajadas na realidade social das massas que a compõe.

Essa maior aproximação pressupõe uma ampliação do caráter democrático da sociedade que se reflete nas novas formas de participação social desenvolvidas para incorporar as demandas e alternativas políticas oferecidas pelos movimentos sociais. Dessa forma, a principal contribuição dos movimentos sociais está relacionada aos aspectos democráticos da sociedade, ou seja, conferir um maior grau de democratização e participação na gestão da esfera pública. Essa aproximação pode auxiliar na resolução de um problema fundamental quando se refere aos bens públicos, que é a apropriação privada de recursos, serviços e decisões que deveriam ser públicas.

Paula (1998) se refere a uma reinvenção da democracia, onde os movimentos sociais e as ONG contribuem para a construção de uma nova Gestão Pública. Essa contribuição é válida, mas não pode ser considerada uma reinvenção na medida em que a ideia original de democracia pressupõe o maior grau de participação social possível. No entanto, movimentos sociais como revitalizadores da democracia (PAULA, 1998). Mas só é possível com a implementação do novo modelo de gestão pública que busca incluir diversos atores sociais no processo de resolução dos problemas sociais. Contudo, não se pode esquecer das características de confrontação dos movimentos sociais. Se aliar ao Estado pode fazer com que os movimentos percam seu caráter contestatório, uma vez que eles também representariam o Estado.

Apesar das ONG também apresentarem um papel importante na participação social e na execução dos serviços públicos, os movimentos sociais mostram-se mais eficientes na elaboração das políticas públicas por estarem mais distantes de serem cooptados pela lógica estatal, além de apresentarem um caráter mais crítico e diverso em relação aos problemas sociais, ao menos em tese (VIEIRA, 2011).

Outro aspecto relevante diz respeito à relação dos movimentos sociais com as políticas públicas. Os estudos sobre a incorporação dos movimentos sociais no processo de produção de políticas públicas são amplos a exemplo de Paula (1998), Abers, Silva e Tatagiba (2018).

Nesse contexto, se faz necessário conhecer um pouco mais sobre o debate em torno da análise e do ciclo de políticas públicas e o ciclo de políticas públicas (PP). As PPs possuem como objetivo principal a resolução de um problema público. No entanto, uma determinada situação só pode ser considerada problema público quando entra na agenda. Nesse contexto, os movimentos sociais possuem uma forte influência na formação da agenda.

Os principais atores políticos levantados pela análise de políticas públicas são: atores públicos que podem ser eletivos ou burocratas; atores privados, que abrange empresários e trabalhadores; atores internacionais como agências de fomento, grandes potências ou organizações internacionais; e a mídia. Todos eles influenciam em maior ou menor grau o processo de formação de agenda, além da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Essas políticas públicas irão atender demandas que podem ser: novas, que são demandadas por determinado período de tempo, como as demandas sobre meio ambiente; recorrentes, que sempre estão em pauta como a questão dos transportes públicos; reprimidas, que não fazem parte da agenda e se localizam na “lata de lixo” aguardando que alguém a leve para agenda.

Ao longo de seu surgimento e desenvolvimento, se destacam diversas abordagens sobre análise de políticas públicas e um desses modelos é o *Policy Cycle* ou Ciclo de Políticas Públicas, que teve origem por Easton na década de 1960 e é considerado o modelo mais influente e mais utilizado na disciplina de políticas públicas. O Ciclo de Políticas Públicas se destacou pois ajuda a compreender o processo de políticas públicas, desde sua origem até sua execução.

Apesar do modelo ter sido adaptado por Easton, o mesmo foi baseado nas concepções de Laswell que dividiu em sete o número de etapas do processo de construção de políticas públicas: inteligência, promoção, prescrição, invocação, aplicação, término e avaliação. A perspectiva de Ciclo de Políticas Públicas ganha então sua forma atual em que se tornou consenso as seguintes etapas: formação de agenda, formulação de políticas públicas, implementação de políticas públicas, e avaliação de políticas públicas (SIDNEY, 2007).

A primeira etapa trata-se da formação de agenda, onde serão definidos os problemas que se deseja resolver por meio das políticas públicas. Essa é a etapa mais crítica do processo, pois não é fácil definir os problemas e que problemas serão escolhidos. De acordo com a literatura, os problemas são algo socialmente construído, e uma situação torna-se problema quando alguém presta atenção na mesma e a considera prejudicial. Nesse contexto, os movimentos sociais apresentam elevada influência ao apontar problemas sociais graves.

A segunda etapa trata-se da formulação e tomada de decisão em que os problemas definidos na fase anterior são transformados em programas que irão servir para resolver tais problemas. É nessa fase que há definição de objetivos em relação aos ramos racionalista que visa o custo/benefício, incrementalista em que há espaço para implementação e as redes de política. O aconselhamento científico é importante, pois pode alterar percepções ao longo do tempo. Esse aconselhamento pode vir, por exemplo, da academia ou de *think tanks*.

A terceira etapa é a implementação que consiste na execução e que geralmente ocorre no âmbito municipal. Essa é a etapa mais imperfeita pelas distorções que ocorrem durante a implementação da política pública. A implementação pode ser *top-down* (de cima pra baixo) que é a forma hierárquica e geralmente problemática, pois impõe as decisões e os programas sem levar em consideração as particularidades que estão na ponta de baixo do processo, como características das cidades e municípios. A implementação pode ser ainda *bottom-up* (de baixo pra cima), que se preocupa com a ponta da implementação e muitas vezes é considerado mais eficaz por levar em conta as particularidades e por não impor as decisões

A quarta etapa seria a avaliação e o fim da política pública. Essa fase é considerada uma subdisciplina quase autônoma, uma vez que há muitos estudos sobre como avaliar uma política pública. O objetivo da mesma é avaliar a implementação e impacto de uma política pública e para isso, avalia as relações causais entre ação e resultado, o que pode ser extremamente difícil de se fazer devido à dificuldade de se isolar as variáveis.

Pode-se considerar que os movimentos sociais influenciam em todas essas etapas, mas principalmente na formação da agenda e na segunda etapa de formulação da PP e tomada de decisão em sistemas políticos que permitem a participação dos movimentos sociais nessa formulação.

Por isso, Abers, Silva e Tatagiba (2018) consideram que a capacidade de influência dos movimentos sociais na construção de políticas públicas depende do contexto político e grau de abertura dos mecanismos de participação, ao fornecerem uma análise que incorpora o conceito de estrutura de oportunidades políticas proveniente da TNMS para explicar a relação dos movimentos sociais com as PPs.

No âmbito mais prático, a criação de fóruns abre maior espaço para o debate de problemas públicos e busca articular atores interessados em publicizar o interesse coletivo e contribuir com novas ideias e propostas de PP (PAULA, 1998). Amaral (2011) relembra que essa criação de ambientes participativos surge dos movimentos sociais. A democracia semidireta, que ganha espaço no Brasil na década de 1990, tende a incentivar a cidadania

ativa o que fortalece os a criação de mecanismos participativos como o orçamento participativo.

No entanto, é necessário se atentar para o fato de que essa incorporação dos movimentos sociais pelas instituições estatais pode desarticular os movimentos sociais que podem passar a funcionar numa lógica estatal que, de forma equivocada, tende a atender interesses privados. Dessa forma, a incorporação de movimentos sociais nas instituições estatais pode gerar a cooptação do movimento, que passa a ser influenciado pela forma de agir do governo que, por sua vez, é influenciado por atores privados.

Assim como na Gestão Pública a nível nacional, como vimos na discussão sobre movimentos sociais e Gestão Pública, a participação desses atores contribui, sobretudo, na primeira fase do ciclo de elaboração de políticas públicas ao trazer novos problemas para a agenda internacional e propor soluções alternativas a tais problemas.

Risse (2012) argumenta que na segunda fase de criação das regras em si, os movimentos sociais e redes de defesa perdem sua força, pois os governos e organizações internacionais projetam mais poder na criação das regras e elaboração de tratados internacionais. Na última fase da elaboração de políticas públicas, as redes transnacionais de defesa e movimentos sociais voltam a assumir o palco na política mundial.

No sentido de fortalecer sua atuação e alcance de objetivos, a sociedade civil adota algumas medidas estratégicas para influenciar no cenário político do tema em questão. Dessa forma, após apresentar as principais abordagens e conceitos que podem ser úteis na compreensão do fenômeno da cooperação transnacional, buscamos fazer a seguir uma análise das respostas da sociedade civil norte-americana ao fenômeno do *land grabbing*, utilizando a cooperação transnacional como principal fator estratégico dessa articulação.

Utilizamos como base para compreender as reações sociais contra a estrangeirização de terras, a atuação da US Food Sovereignty Alliance (USFSA), que se trata de uma aliança de movimentos rurais, indígenas e negros que busca difundir o conceito de soberania alimentar dentro dos EUA, mas que também atua de forma transnacional e desenvolve parceria com movimentos e organizações internacionais.

4. MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NOS EUA: A BUSCA POR ALIADOS ESTRANGEIROS

No início da investigação buscava-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: Por que os movimentos sociais estadunidenses cooperam transnacionalmente contra o fenômeno da estrangeirização de terras? Para alcançar tal objetivo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com organizações membros e parceiras da US Food Sovereignty Alliance, considerada aqui como principal exemplo de cooperação transnacional dos movimentos sociais contra a estrangeirização de terras nos Estados Unidos.

No presente capítulo serão apresentados de forma estruturada os resultados obtidos com a pesquisa de campo. Apresentação dos resultados será feito de acordo com as categorias analíticas extraídas das abordagens e conceitos apresentados no capítulo teórico, que também serviram de base para compor um instrumento de coleta de dados. Essas categorias estão baseadas em três perspectivas: movimentos rurais transnacionais (SCHERER-WARREN, 2000; ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012; MOYO e YEROS, 2005; BERNSTEIN, 2005; MARTINIELLO e NYAMSENDA, 2018), globalização desde baixo (BRECHER, COSTELLO e SMITH, 2000; DELLA PORTA et al., 2006; WILLIAMS, 2007) e redes transnacionais de advocacia (KECK e SIKKINK, 1998).

A partir de tais abordagens e conceitos foram extraídas cinco categorias analíticas que auxiliam no fornecimento de uma resposta estruturada à questão proposta. As categorias extraídas são contexto, composição social, estratégias, cooperação transnacional e resultados.

Tabela 2: Categorias analíticas

Categoria	Aspectos analisados
C1: Contexto	Land grabbing nos EUA; Conflito social;
C2: Ator social	USFSA; Composição social; Estrutura organizacional; Demandas e reivindicações;
C3: Estratégias de ação	Estratégias de ação; Incidência política; Relação com o governo;

	Participação institucional; Influência na construção de políticas públicas;
C4: Cooperação transnacional	Busca por aliados internacionais; Ação transnacional;
C5: Resultados alcançados	Resultados alcançados; Alternativas propostas.

Fonte: elaboração própria.

As categorias selecionadas formaram a base do instrumento de coleta de dados utilizados nas entrevistas com as organizações envolvidas com ações contra o land grabbing nos EUA. Durante a pesquisa de campo, que ocorreu entre fevereiro e março de 2020 em Washington D.C. nos EUA, foi possível realizar entrevistas com oito organizações, dentre elas membros da USFSA e organizações envolvidas no debate proposto pela Aliança.

É importante ressaltar que devido ao contexto da pandemia referente ao COVID-19 no período de realização da pesquisa de campo, a atividade de realização das entrevistas e das visitas foi prejudicado, na medida em que as organizações estavam voltando-se para apoio das comunidades atingidas pelo vírus, assim como a quarentena impediu a realização das visitas às organizações.

Tabela 3: Entrevistas semi-estruturadas

Organização	Ator Social	Relação com a USFSA	Nº de entrevistados
National Family Farm Coalition (NFFC)	Coalisão nacional de agricultores familiares estadunidenses criada em 1986 durante as crises de crédito agrícola que provocou o suicídio de muitos agricultores e perderam suas terras;	A coalizão é membro fundador da Aliança e vários de seus membros também são membros individuais da Aliança;	2

		Devido a ausência de voz pelos pequenos agricultores em Washington D.C., a NFFC foi criada e busca mobilizar agricultores familiares, pescadores e pecuaristas por preços mais justos, sistemas alimentares mais saudáveis e livres do domínio das corporações;	A NFFC faz parte do comitê de coordenação da Aliança de Soberania Alimentar dos EUA.	
WhyHunger		Organização de combate a fome dentro dos Estados Unidos. Busca apoiar e acompanhar movimentos sociais e organizações de base;	Organização fundadora da USFSA: atualmente responsável pela gestão dos recursos como entidade fiscal; Entrevistado é um pernambucano que está a frente do coletivo de Relações Internacionais dentro da USFSA;	1
Northwest Atlantic Marine Alliance (NAMA)		Aliança norte-americana de pescadores que desenvolve ação focada principalmente em	Membro da USFSA;	1

	mudanças de políticas e mercados de frutos do mar e cadeias de suprimentos;	Combate ao ocean grabbing através de articulações com a USFSA; Promoção da soberania alimentar marinha;	
ActionAid USA	ActionAid é uma rede internacional que busca construir um mundo justo, equitativo e sustentável em solidariedade com as comunidades na linha de frente da pobreza e da injustiça.	Entrevista com o <i>campaigner</i> da ActionAid USA que trabalhou na USFSA no período de sua fundação; A ActionAid USA não é membro da USFSA, mas presta solidariedade a organização, suas campanhas e desenvolve trabalhos com membros importantes da Aliança como a NFFC e a WhyHunger; A organização também desenvolve trabalhos relacionados ao	1

		land grabbing nos EUA com auxílio da Rede Social que é uma organização brasileira que também cedeu entrevista a presente pesquisa;	
Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP)	Instituto formado na década de 1980 durante uma crise agrícola com a ideia de unir organizações de pequenos agricultores além das barreiras para olhar para as causas estruturais da crise; Foco nos acordos de comércio e como isto impacta a vida a subsistência no Norte e no Sul. Foco na OMC por muito tempo, mas ultimamente têm focado nos acordos regionais a exemplo do NAFTA;	O IATP é membro fundador da USFSA que foi formada por volta de 2009 devido a crise alimentar de 2008; A USFSA busca enfatizar a liderança pelas organizações de base, dessa forma, o papel do Instituto na Aliança é de dar suporte às organizações;	1
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos	Rede Social é uma organização brasileira que também atua nos EUA;		1

	Seu principal trabalho consiste em fornecer assessoria jurídica, formação para organizações de base e de pequenos agricultores; Ação de incidência política internacional dentro dos EUA e, por vezes na ONU;		
Universidade do Texas	Professor da Universidade do Texas que faz pesquisas relacionadas ao sistema alimentar mundial e suas alternativas e ensina política social. Áreas de Pesquisa: Sistemas Alimentares, Ecologia Mundial, Economia Política Internacional;	Não faz parte da USFSA, mas ofereceu a visão da economia a política relacionada a cooperação transnacional de movimentos sociais;	1

Fonte: elaboração própria.

A seguir abordaremos cada uma das categorias apresentando os principais resultados relacionados a cada uma de acordo com as entrevistas que foram realizadas durante a pesquisa de campo.

4.1 CONTEXTO

O contexto que caracteriza a sociedade norte-americana é marcado pelo aumento dos investimentos em terras em larga escala nos Estados Unidos. Esses investimentos, como vimos no primeiro capítulo, são responsáveis por causar problemas ambientais e sociais devido à forma pelas quais estão sendo conduzidas. Elas disseminam a agricultura industrial, que é criticada por organizações e movimentos sociais por causar danos ao meio ambiente e às comunidades locais ao desenvolver uma forma de produção não democrática e não sustentável.

De acordo com a NFFC (2020), o poder corporativo e o regime de propriedade nos Estados Unidos são muito fortes. Isso impulsionou medidas por parte de organizações e movimentos sociais que trabalham para reverter esse quadro, principalmente por meio da educação política.

Apesar do combate ao *land grabbing* não ser objetivo principal da USFSA, organizações que estão intimamente envolvidas com aliança, como a AcrionAid USA e a NFFC, além de diversas outras organizações, trabalham para fazer o rastreamento do problema da estrangeirização de terras ou *land grabbing* e buscam compartilhar informações adquiridas em relação a este problema com membros da USFSA. Ademais, a Aliança é utilizada como um meio para divulgar as campanhas que são desenvolvidas paralelamente de combate ao *land grabbing*.

A ActionAid USA (2020) explica que a Aliança esteve envolvida com lutas locais que ocorreram em Detroit, Philadelphia e Califórnia, envolvendo comunidades negras e pequenos agricultores que buscam ter acesso às terras para produção alimentar. A organização explica que a USFSA é responsável pelo suporte e solidariedade a essas lutas locais.

O representante da ActionAid USA também levanta um aspecto importante do contexto que pode ser denominado de uma espécie de *urban grabbing*. Trata-se de uma particularidade do *land grabbing* nos EUA, quando o fenômeno ocorre em áreas urbanas. Enquanto que o *land grabbing* geralmente ocorre em áreas rurais, a organização alerta para lutas agrárias contra o *land grabbing* que na verdade ocorrem nas cidades.

Além disso, a organização também alerta para a tendência de migração do capital de investimentos imobiliários em áreas urbanas para áreas rurais. Empresas que eram parte das atividades especulativas em áreas urbanas, passam a especular em áreas rurais adquirindo fazendas. A Rede Social e a NFFC, que juntamente à ActionAid USA, trabalham no sentido

de monitorar as atividades especulativas relacionadas a terras, também corroboram essa tendência.

A NFFC (2020), explica que terras norte-americanas têm sido alvos de fundos de pensões internacionais. Neste sentido pode-se destacar a atuação do TIAA CREF, fundo de pensão norte-americano que faz pesados investimentos em terras no país e no exterior, inclusive no Brasil. Apesar de ser um fundo estadunidense, há participação de capital internacional nos investimentos em terras.

A NFFC ressalta que o *land grabbing* ainda não é entendido nos Estados Unidos e que normalmente é considerado como um fenômeno antigo e que necessita de reparação social (NFFC2, 2020). Segundo a organização, há um histórico de grilagem de terras de nativos e negros e que por isso, trabalham para alcançar justiça, igualdade social e preços justos.

Outro fator importante observado durante as entrevistas que auxiliam na caracterização do contexto e enriquecem o debate proposto pela pesquisa é existência e aumento de um fenômeno conhecido como *ocean grabbing*. De acordo com a NAMA (2020), organização de base formada por pescadores, há nos Estados Unidos o desenvolvimento de uma tendência para a constituição de uma política de privatização dos oceanos, impulsionada por grandes empresas multinacionais, que limitaria o acesso a pesca.

O *ocean grabbing*, segundo a NAMA (2020), pode ocorrer de duas formas. A primeira está relacionada a privatização das pescas selvagens e é problemática devido à dificuldade de acesso ao Oceano pelos pequenos produtores. O entrevistado explica que uma permissão para pescar que há duas gerações custava cerca de \$50 hoje custa cerca de um milhão de dólares.

A segunda forma pelo qual o *ocean grabbing* se manifesta é através da aquicultura, que se trata da prática de criação de peixes de forma artificial. O interesse por essa forma de produção está relacionado com as altas taxas de lucro que podem ser alcançadas pela produção de peixes em larga escala utilizando como um de seus alimentos principais a soja. O entrevistado explica que a Cargill é um exemplo das empresas multinacionais que defendem a política de privatização do acesso à pescaria por meio de forte lobby no congresso devido a seu interesse em vender soja em larga escala para alimentar peixes da aquicultura.

A Cargill também é considerada como uma empresa multinacional que atua fortemente na disseminação do agronegócio e da agricultura industrial em larga escala que também é alvo de críticas pelos movimentos e organizações sociais devido ao uso de alimentos transgênicos, insumos químicos em seu processo produtivo.

O conflito de interesse envolvendo a comunidade pesqueira de pequena escala e multinacionais como a Cargill ecoa a literatura sobre movimentos rurais transnacionais que

debate fortemente sobre a oposição entre empresas do agronegócio e pequenos produtores. O impulsionamento de políticas de privatização agrícola por parte dessas empresas dificulta acesso de pequenos produtores que acabam por se opor a elas.

Além disso, a privatização dos oceanos passa a ser alvo de atores especuladores de Wall Street, que desencadeiam um processo de financeirização das atividades relacionadas ao Oceano. De acordo com o relatório “The Global Ocean Grabbing: a Primer” (TNI, 2014), a situação está se intensificando com o surgimento em 2012 da Global Partnership for Oceans, uma iniciativa liderada pelo Banco Mundial que incentiva a privatização de regimes de direitos de propriedade para recursos aquáticos e planos de conservação no sentido top-down.

No âmbito nacional, a multinacional Cargill é responsável por defender projetos como o Aqua Act que buscam incentivar a privatização dos oceanos nos Estados Unidos. De acordo com a NAMA (2020), os atores interessados na privatização do Oceano usam de estratégias consideradas imorais para avançar suas políticas e explica que o Governo dos Estados Unidos aproveitou o dia do anúncio do covid-19 como pandemia para introduzir a lei que libera o oceano e o mar para exploração por grandes empresas sem chamar atenção do público ou da mídia.

De acordo com o site do congresso norte-americano, o AQUAA Act, ou American Aquaculture Act, foi introduzido no dia 11 de março de 2020 sob o comitê de Recursos Naturais e Agricultura e tem como objetivo principal entender e aperfeiçoar a qualidade da aquicultura (US CONGRESS, 2020). No mesmo dia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o covid-19 como pandemia (MOREIRA e PINHEIRO, 2020). Dessa forma, se nota-se a tendência política de aprovar medidas polêmicas relacionadas ao meio ambiente em um período em que a mídia está com atenções voltadas para outros problemas.

A abordagem conhecida como *globalization from below* também apresenta esse conflito de interesse entre pequenos produtores e atores poderosos que lideram a primeira onda de globalização. Dessa forma, há necessidade de resposta dos que são afetados pela ação de investimentos especulativos ou relacionados à atividades extrativistas.

A NAMA (2020) explica que, no Brasil, o *ocean grabbing* está mais relacionado ao Rio Amazonas, enquanto nos Estados Unidos as comunidades mais afetadas são comunidades que vivem na costa.

O fenômeno da estrangeirização de terras também é responsável, segundo as organizações entrevistadas, por limitar o acesso à terra por parte de pequenos produtores. Esse afastamento entre os pequenos agricultores e a terra contribui para agravar o cenário de insegurança alimentar nos Estados Unidos.

De acordo com a WhyHunger (2020), cerca de 15% a 18% da população dos Estados Unidos sofre de insegurança alimentar. O entrevistado explica que devido ao custo de vida elevado e ao desemprego que compromete a renda, cerca de 50 milhões de norte-americanos não conseguem ter acesso às três refeições diárias.

De acordo com a reportagem do New York Times intitulada “*How Hunger Persists in a Rich Country Like America*”, cerca de 37 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar nos EUA (LEBLANC, 2020). Os dados apresentados pela reportagem são baseados no relatório *Household Food Security in the United States in 2018* do USDA publicado em 2019 que aponta para uma taxa de cerca de 11% de lares que estão em situação de insegurança alimentar (USDA, 2019).

A questão da transição agrária nos Estados Unidos, que também faz parte do contexto nacional, tende a agravar essa situação. Estima-se que cerca de 162 milhões de hectares serão postos à venda futuramente devido ao envelhecimento populacional e há preocupação por parte dos movimentos e organizações de base de que essas terras sejam utilizadas para investimentos que não levem em consideração aspectos de sustentabilidade, tanto no que se refere ao campo ambiental quanto ao âmbito social (THAPAR, 2020).

As organizações alertam que as terras são alvo de grandes corporações e fundos de pensão que visam sua utilização para exportação, o que vai contra os princípios da soberania alimentar, por não considerar a proximidade entre produtor e consumidor. Além disso, a agroexportação não é considerada um modelo sustentável devido à sua tendência de acabar com a biodiversidade por meio da promoção da monocultura, além do desmatamento gerado para ampliar a produção.

Dessa forma, há uma articulação por parte dessas organizações para garantir uma transição justa dessas terras, ou o que denominam de “just land transition”. As organizações buscam difundir o conceito de soberania alimentar como uma oposição ao fenômeno do *land grabbing*, e propõem alternativas relacionadas à posse e à compra coletiva da terra (THAPAR, 2020) como solução para uma transição justa.

Além da tendência de investimentos e privatização das terras, privatização dos oceanos e da transição agrária que caracterizam o contexto das questões agrárias nos EUA, outro fator mostra-se relevante: a dificuldade de abertura política no nível nacional relatada pelas organizações.

Todas as organizações entrevistadas relatam a dificuldade de diálogo com o governo, sobretudo no nível federal. Neste sentido, a ActionAid USA explica: “[...] no nível federal

têm sido bastante difícil. É necessário muito tempo, recursos e capacidade para ter influência em D.C., excede a capacidade de muitos grupos” (ACTIONAID USA, 2020).

A dificuldade de abertura política no nível nacional impulsiona a ação transnacional e a busca por aliados internacionais. Dessa forma, o padrão bumerangue, proposto pela abordagem das redes transnacionais de advocacia, mostra-se capaz de explicar a cooperação internacional em um contexto de dificuldade de ação no nível nacional.

4.2 COMPOSIÇÃO SOCIAL: A US FOOD SOVEREIGNTY ALLIANCE ENQUANTO ATOR SOCIAL

Nesta seção será analisada a US Food Sovereignty Alliance (USFSA) enquanto ator social, com foco em aspectos relacionados à sua composição social, estrutura organizacional e reivindicações propostas pela organização. Com base nas entrevistas e dados coletados durante a pesquisa de campo, identifica-se que a Aliança possui uma composição social diversificada. Sua estrutura organizacional está sendo desenvolvida no sentido de valorizar a liderança e o protagonismo dos movimentos de base e suas principais demandas estão relacionadas à justiça social por meio da promoção da soberania alimentar.

4.2.1 O que é a USFSA?

A USFSA é uma aliança estadunidense de produtores agrícolas criada no ano de 2010 que busca disseminar o conceito de soberania alimentar dentro dos Estados Unidos e tem como objetivo “acabar com pobreza, reconstruir economias locais de alimentos e afirmar o controle democrático sobre o sistema alimentar” (USFSA, 2020, n.p.). O sistema alimentar defendido pela USFSA prevê alimentos saudáveis, culturalmente adequados e produzidos de maneira ecologicamente correta.

A partir do objetivo apresentado pela Aliança e o sistema alimentar que a mesma propõe, verifica-se claramente a oposição ao modelo de sistema alimentar baseado no agronegócio que, de forma controversa, tende a elevar a insegurança alimentar, dismantelar a produção de pequenos agricultores, privatizar as decisões relacionadas ao processo de produção, transporte e distribuição de alimentos, além de provocar a redução da biodiversidade. Este aspecto ilustra o conflito de interesses em nível global que envolve o setor agrícola, que coloca de um lado o agronegócio e a agricultura em larga escala e, do outro, pequenos produtores e comunidades tradicionais.

Além disso, a USFSA possui como objetivo conectar as lutas locais e nacionais ao movimento internacional pela soberania alimentar (USFSA, 2020), o que demonstra o aspecto de atuação transnacional da organização.

Levando em consideração que a USFSA considera a soberania alimentar como o direito das pessoas à alimentação saudável e culturalmente adequada, a mesma coloca as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares. Este aspecto relaciona-se com o debate de gestão pública, na medida em que os movimentos sociais e organizações de base buscam democratizar os sistemas de produção, distribuição e consumo de alimentos.

4.2.2 Composição social

Em relação à composição social, os membros fundadores e parceiros da Aliança demonstram a diversidade de atores que compõem a coalizão. Os membros fundadores da USFSA são: Agriculture Missions, Community to Community Development, Food First, Food Chain Workers Alliance, Grassroots International, Maryknoll Office for Global Consensus, National Family Farm Coalition, Pesticide Action Network of North America, Presbyterian Hunger Program, WhyHunger.

De acordo com o entrevistado da ActionAid USA (2020), que participou ativamente das atividades da Aliança no período de sua fundação, dentre os grupos que compõe a USFSA estão organizações de trabalhadores rurais, grupos urbanos primariamente da classe de trabalhadores, organizações de comunidades negras, latinos, - muitas vezes imigrantes sem documentos -, comunidades indígenas, comunidades de imigrantes.

4.2.3 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional, visão e princípios da USFSA, que formam sua base organizacional, assim como sua estrutura e esforço de reestruturação, são fundamentais para compreender a USFSA enquanto ator social que busca se projetar transnacionalmente de forma estratégica.

A visão e os princípios operacionais oficiais da organização apresentados em seu website mais uma vez destacam o questionamento do modelo produtivo predominante do agronegócio. São três os aspectos principais que compõem a visão da organização. Em primeiro lugar, a USFSA considera a comida e a água como um direito humano básico. Este

aspecto pode ser considerado como uma das principais contribuições dos movimentos sociais do campo e ao mesmo tempo um de seus principais desafios, uma vez que a formatação econômica atual consolidou a ideia de ver os alimentos como uma mercadoria.

A capacidade da organização de inserir na agenda novas concepções é um fato essencial para o início da construção de mudanças sociais, que é o objetivo principal dos movimentos sociais. Neste sentido, Keck e Sikkink (1998), ao desenvolverem a noção de redes transnacionais de advocacia, antecipam este aspecto dos movimentos sociais e sua capacidade de inserir novas concepções da agenda. E, apesar da USFSA não ser considerada como um movimento social, sua composição social possui forte influência de movimentos de base.

O segundo aspecto da visão proposta pela Aliança é o reconhecimento dos princípios internacionalmente desenvolvidos da soberania alimentar. Tais princípios são elencados no International Planning Committee for Food Sovereignty. O terceiro aspecto da visão da USFSA é buscar se afastar do “sistema alimentar controlado pelas grandes corporações que são formados por sistemas de poder e opressão” (USFSA, 2020).

Os objetivos de construção do movimento proposto pela Aliança ilustram, ao menos no âmbito do discurso, a ação transnacional como uma estratégia importante de atuação. Dessa forma, além de destacar a característica internacional da organização, realça a conexão entre o doméstico e o global, além de apresentar a ação estratégica adotada para realizar essa conexão.

A Aliança considera-se como movimento doméstico que faz parte de um movimento mais amplo internacional e busca conectar suas organizações de base locais com as conexões globais dos movimentos transnacionais (NFFC, 2020; USFSA, 2020). Dentre os principais objetivos de construção do movimento encontra-se construir parcerias estratégicas com aliados internacionais para facilitar a participação de grupos que têm base nos Estados Unidos em campanhas globais de soberania alimentar. São exemplos dessa dinâmica a representação no International Planning Committee for Food Sovereignty (IPC) e o envolvimento em dias globais de ação convocados pela Via Campesina e outros aliados internacionais.

Também fazem parte dos objetivos da USFSA a educação política das comunidades locais, e a ação de identificar as lutas comuns que cruzam arenas globais e domésticas. Outro objetivo que podemos destacar é o de construir mecanismos que permitam às comunidades apoiar as lutas umas das outras dentro dos Estados Unidos e além das fronteiras e continentes, enfatizando a valorização da solidariedade apresentada pelo movimento.

Além disso, também são objetivos relevantes da USFSA a busca por construir poder político para promover mudanças estruturais nos Estados Unidos internacionalmente, e a busca da construção de alianças estratégicas com movimentos relacionados a questões climáticas e econômicas, controle comunitário de água e da terra, entre outros. Trabalhar para levantar e compartilhar recursos que apoiam a liderança e a participação plena dos membros de base da Aliança também faz parte dos objetivos principais da organização.

No que se refere à estrutura organizacional e tomada de decisão, verifica-se a realização da Assembleia Nacional da Aliança que ocorre anualmente, em que há definição da agenda e as decisões são tomadas sobretudo por consenso. Além disso, é importante notar que a USFSA buscou construir um espaço de diálogo entre diferentes grupos, até os opostos.

A ActionAid USA (2020) considera esse aspecto como um projeto ambicioso da USFSA de colocar juntos diferentes grupos que em muitos contextos são opostos: “Muitos grupos não falam uns com os outros, porque não havia confiança. No início, havia desconfiança das organizações de base que não sabiam se podiam confiar nos membros da Aliança e não conheciam o processo” (ACTIONAID USA, 2020).

No entanto, o entrevistado reconhece que é um processo demorado de construção de confiança entre os diferentes grupos, na medida em que alguns fazendeiros eram donos de terras e padrões dos pequenos produtores rurais e tinham privilégios, enquanto outros eram imigrantes sem documentação e agricultores em situação difícil. Estabelecer um diálogo entre estes atores é algo desafiador.

Na tentativa de aperfeiçoar o caráter participativo da Aliança para conferir mais legitimidade a suas ações, além de alavancar o alcance dos resultados, a USFSA passou por uma reforma estrutural em 2015 em que a prioridade da reforma era colocar as organizações de base para liderar a formação da agenda.

De acordo com a ActionAid USA (2020) e a WhyHunger (2020), as principais mudanças ocorreram no *coordination body* em que as organizações de base seriam responsáveis por liderar e estar à frente da coordenação; no secretariado com a criação de um secretariado para auxiliar as organizações de base, formado pelas ONGs e organizações com mais capacidade, mais recursos, pessoal profissionalizado.

A reforma também proporcionou a criação de cinco regiões: Northwest, Southwest, Southeast, Midwest, Northeast. As organizações-membro seriam responsáveis pela coordenação da regional, geralmente um homem e uma mulher, que ficaram responsáveis por fazer ligações regulares e organizar encontros anuais semi-regulares. O entrevistado da

ActionAid USA (2020) relata que a criação de regiões ocorreu devido à necessidade de abordar problemas mais específicos que cada região apresentava.

A criação de coletivos temáticos também configurou uma mudança importante na estrutura. Atualmente, qualquer organização ou ator pode participar dos coletivos, no entanto, geralmente organizações-membros participam dos encontros regionais e os aliados participam dos coletivos temáticos. Os coletivos temáticos também podem organizar seus próprios eventos especiais.

No âmbito da reestruturação, o fator mais importante a ser considerado é o esforço de colocar as organizações de base à frente das discussões. Esse fator também corrobora o conceito de soberania alimentar que busca transmitir o poder sobre as políticas relacionadas ao sistema agroalimentar nas mãos do povo, portanto, reestruturar as organizações permitindo que aquelas da linha de frente liderem a agenda e os processos decisórios pode configurar como algo importante na disseminação e consolidação do conceito.

Organizações relevantes com foco em questões agrárias e camponesas tendem a valorizar as organizações de base. Essa característica de colocar as organizações de base, de pequenos agricultores na liderança do processo é verificada em várias organizações que compõem o movimento, como a NFFC, a Via Campesina e até mesmo a Rede Social, que não é membro, mas de certa forma apoia o movimento pela soberania alimentar por trabalhar mais próximo das comunidades rurais e por atuar diretamente com as organizações membro da USFSA.

A estrutura da USFSA, que sofreu uma reforma em 2015 no sentido de melhorar a participação dos movimentos de base, também é composta por cinco coletivos: Youth Process, Narrative Strategy, Political Education, Agroecology Land and Water, International Relations que possuem reuniões regulares e mensais (USFSA, 2020). Dois aspectos podem se destacar em relação aos coletivos. O primeiro é que o coletivo que trata da agroecologia a considera não apenas como uma ciência, mas também como um movimento político de pequenos agricultores.

O coletivo de Relações Internacionais, por sua vez, prepara os membros da USFSA para atuar internacionalmente, além disso, demonstra o desenvolvimento de relações bilaterais, sobretudo com organizações latino-americanas a exemplo do MST no Brasil e de movimentos na Nicarágua. O coletivo de Relações Internacionais tem ainda o objetivo de fortalecer a participação política em espaços multilaterais internacionais como o IPC e o Mecanismo da Sociedade Civil, que são ambientes fundamentais para o desenvolvimento do

debate em torno dos sistemas alimentares através da proposição de alternativas e apresentação de demandas.

4.2.4 Demandas

Quanto às demandas e reivindicações da USFSA, todas estão voltadas para promoção da soberania alimentar, aspecto levantado pelas abordagens dos movimentos rurais transnacionais propostas por Moyo e Yeros (2005) e Martiniello e Nyamsenda (2018). De acordo com o entrevistado da ActionAid USA (2020), as demandas e reivindicações mais comuns são relativas à justiça alimentar, alimentação saudável, oposição a grandes navios de pesca, a favor do banco de sementes, contra racismo estrutural, contra o poder do agronegócio.

Dessa forma, a USFSA consegue unir na demanda pela soberania alimentar as demandas da diversidade de grupos que a compõe, como indígenas, negros, pescadores, pequenos agricultores, imigrantes etc.

Neste sentido, a perspectiva analítica *globalization from below* apresentada por Brecher, Costello e Smith (2000), auxilia na compreensão da dinâmica do movimento ao propor o conceito de confluência positiva. De acordo com os autores, os movimentos iniciam de diversos pontos de partida e alcançam a convergência de interesses ao definir um interesse comum.

Outro aspecto relevante no âmbito das demandas refere-se ao combate do racismo, um debate forte dentro da sociedade norte-americana. A ActionAid USA (2020) destaca, no âmbito das demandas, as discussões que buscam combater o racismo estrutural não só nas políticas públicas, mas também dentro das organizações e explica que o foco no racismo estrutural ocorre de forma estratégica, pois quando o foco das discussões são o poder das corporações no centro, há desvio do debate sobre racismo. Dessa forma, a Aliança busca conectar questões raciais e justiça econômica e social.

Outro aspecto relevante apontado na entrevista, que faz parte do debate proposto pela USFSA, é a demanda por cultura e terras através da ideia da causa alimentar. O entrevistado explica que “a desconexão com a terra significa desconexão cultural, da sua identidade, do seu poder e retornar para a terra é uma forma de recuperar tudo isso em um âmbito político” (ACTIONAID USA, 2020).

4.3 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

As formas de ação e as estratégias desenvolvidas por um movimento compõem uma das categorias analíticas mais importantes na hora de observar como Organizações e movimentos sociais se organizam para responder determinado problema.

Além disso, no que se refere a movimentos transnacionais ou cooperação transnacional de movimentos sociais, o fator estratégico torna-se ainda mais importante uma vez que os mesmos tendem a agir estrategicamente para aumentar o impacto de suas ações devida discrepância de disponibilidade de recursos entre os contestadores e contestados.

Os aspectos analisados nessa categoria estão relacionados às estratégias de atuação e incidência política, a relação com o governo e a influência na construção de políticas públicas. Levando em consideração que os movimentos sociais buscam por mudanças sociais, a atuação da Aliança e seus parceiros busca afetar a estrutura de governança assim como a política governamental e o fazem utilizando de diversas formas.

De forma mais específica e com foco nas questões econômicas, o site da USFSA (2020), elenca as principais estratégias para alcançar a soberania alimentar: “estabilizar os preços para os agricultores e os consumidores locais, nacionais e globais Através do combate à especulação desenfreada em alimentos e através do estabelecimento e fortalecimento de reservas estratégicas domésticas”.

A outra estratégia trata-se de “equiparar o poder nos sistemas alimentares por meio da redução do poder das empresas agroalimentares nas políticas públicas e da convocação de conselhos representativos de políticas alimentares das partes interessadas em nível local e estadual” (USFSA, 2020).

Ao realizar entrevistas com membros e organizações ligadas a aliança para soberania alimentar dos Estados Unidos, identificamos como principais estratégias a educação política, o padrão *boomerang* de ação, lobby discreto, intercâmbio de aprendizado e Ação transnacional.

Durante as entrevistas, as estratégias são elencadas de forma mais geral. No entanto, há constante esforço para adotar estratégias no âmbito local e prático. De acordo com a NFFC (2020), a Aliança é considerada como um espaço de ação coletiva que busca envolver-se com outras organizações, a exemplo das organizações de produtores internacionais, e tais conexões utilizam o espaço da aliança para encontrar solidariedade de forma interseccional e construção de poder.

Essa construção de poder se dá principalmente pela estratégia de educação política que visa informar comunidades rurais nos Estados Unidos sobre o conceito de soberania alimentar, mas também sobre questões relacionadas à agroecologia, tema diretamente conectado com o conceito (NFFC1, 2020).

A estratégia de difusão do conceito de soberania alimentar está presente nas discussões sobre movimentos rurais transnacionais. A Via Campesina, considerada a principal expressão dos movimentos rurais transnacionais, cria o conceito e busca através da ação transnacional dar escala às práticas agroecológicas. Tendo em vista que a Aliança é resultado desses debates e fóruns internacionais liderados pela Via Campesina e que visam difundir a soberania alimentar, a coalizão dentro dos Estados Unidos pode ser considerada como uma das formas de dar escala a essa forma de produção.

Além disso, é importante mencionar que as ações da Aliança estão orientadas para as comunidades de base que são consideradas como berço da liderança e o objetivo final das ações. O fato de a Aliança valorizar as comunidades de base também pode ser considerado como fator estratégico na medida em que confere mais legitimidade às suas ações por ser considerada como uma forma mais democrática de ação.

A defesa da agroecologia, que também se encontra no centro do debate sobre soberania alimentar, é um ponto comum e de forte convergência entre os membros da Aliança. Um aspecto que demonstra isso é a existência do coletivo de agroecologia, terra e água dentro da Aliança, criado especificamente para discutir formas de como colocar em prática tanto no âmbito da educação política quanto no âmbito das comunidades locais.

A promoção da agroecologia pode ser considerada como ponto comum e legítimo encontrado pelos distintos movimentos que formam a Aliança. Esse aspecto da identificação de um ponto de convergência também está relacionado à ação transnacional dos movimentos sociais que geralmente torna-se o movimento quando é encontrado um eixo que une todos eles e consegue captar apoio de diferentes setores da sociedade. Keck e Sikkink (1998), ressaltam a importância de encontrar o ponto comum que une os movimentos na formação das redes transnacionais de ação.

A NFFC1 (2020) explica que o principal desafio relacionado à disseminação da agroecologia como uma prática mais sustentável e democrática está relacionado às declarações internacionais do Governo dos Estados Unidos que tentam marginalizar a prática agroecológica. Em contrapartida, os movimentos organizam algumas cartas com declarações, solicitando que as organizações endossam dizendo que não apoiam as posições do governo e apelando ao governo para mudar suas prioridades políticas.

Para impulsionar a disseminação de práticas agroecológicas, a Aliança criou o *Food Sovereignty Prize*, ou Prêmio da Soberania Alimentar em português, com objetivo de denunciar o Prêmio Mundial da Alimentação, que é financiado e coordenado pelas corporações do agronegócio. De acordo com a WhyHunger (2020), uma das principais parceiras da Aliança no combate ao *land grabbing* e em promoção da soberania alimentar, o prêmio busca dar visibilidade às organizações que possuem as melhores práticas agroecológicas e de soberania alimentar.

A USFSA realiza a cerimônia anualmente e premia organizações locais e internacionais. No ano de 2019, o Urban Tilth (Califórnia) no âmbito nacional e a Plan Pueblo a Pueblo (Venezuela) no nível internacional foram os vencedores do Food Sovereignty Prize. A primeira busca desenvolver sistemas alimentares mais sustentáveis ao coordenar hortas comunitárias e pequenas fazendas urbanas, além de coordenar hortas escolares. Todos os cultivos são vendidos a preços acessíveis e sem uso de pesticidas ou produtos químicos. A organização também luta por reformas do sistema agroalimentar no nível legislativo (USFSA, 2020). No nível internacional, a organização venezuelana propôs uma alternativa ao agronegócio capitalista ao indicar um sistema sem uso de pesticidas ou insumos químicos, além de ser responsável por promover a conexão entre produtores e milhares de consumidores, facilitando o alinhamento entre demanda e oferta. Além disso, a Plan Pueblo e Pueblo oferece alimentos mais baratos que os mercados convencionais (USFSA, 2020).

Outra estratégia importante detectada nas entrevistas é a existência de um sistema interno de informações com alertas de ação ou declarações sobre a política externa dos Estados Unidos. O entrevistado da NFFC explica que a maneira pela qual a USFSA tenta influenciar o debate de políticas é por meio de um espaço interno dos membros individuais que podem circular esses alertas sobre as ações políticas a nível nacional dos Estados Unidos e complementa: "Pode não ser uma carta formal da USFSA especificamente mas é um espaço interno formal em que membros e indivíduos podem contar com o apoio de Aliados e circular essas informações" (NFFC1, 2020).

No âmbito transnacional, as ações estratégicas que se destacam é o estabelecimento de alianças transnacionais e atuação em fóruns internacionais como forma de ampliar a voz de organizações locais e chamar a atenção internacional para problemas nacionais. No que se refere à construção de alianças internacionais, a mesma se dá para construir solidariedade com outros movimentos, a exemplo do African Food Sovereignty Alliance, além de outras alianças e redes fora dos Estados Unidos que têm papéis comuns em torno da soberania alimentar.

A segunda estratégia se assemelha ao padrão bumerangue desenvolvido por Keck e Sikkink (1998), o qual explica que na ausência de espaço político interno as organizações e movimentos sociais tendem a recorrer a espaços internacionais.

Esse aspecto transnacional das ações é importante, pois mostra a dinâmica das parcerias e cooperações internacionais e o padrão bumerangue com o intuito de buscar mudanças na política interna dos Estados Unidos, além de mostrar o papel dos movimentos sociais de aperfeiçoar as políticas públicas e a gestão pública.

Nesse sentido, é importante ressaltar a atuação do IATP, um instituto que também age com função de *advocacy*, faz parte da USFSA e busca propor alternativas políticas a partir dos diagnósticos realizados pelo instituto. Quando se refere a fóruns internacionais, a prioridade é participar de debates na FAO ou na ONU disseminando políticas agrícolas relacionadas aos princípios da soberania alimentar. No entanto, a promoção da soberania alimentar também passa fortemente pelas discussões do comércio internacional que possui pouca atuação por parte das organizações que defendem o conceito. Dessa forma, a atuação do IATP e articulação com a USFSA também pode ser considerada como um fator estratégico, pois leva o debate sobre soberania alimentar para as negociações de comércio, sobretudo no que se refere às questões agrícolas.

As demandas nas negociações dos acordos de comércio são relacionadas a busca de preços mais estáveis e melhores para os agricultores, assim como a gestão dos suprimentos. Este aspecto mostra a relação entre as negociações internacionais de comércio e a soberania alimentar. Em relação aos agricultores, é a busca por preços mais justos que vai garantir a dignidade daqueles que são marginalizados nas políticas agrícolas.

Mas, por outro lado, essa demanda não desafia o *status* do alimento como uma *commodity* e o fato de ver o alimento como uma mercadoria vai contra os princípios da soberania alimentar em si. Apesar disso, preços mais justos tiram o foco da política no aspecto econômico e o direciona ao aspecto humano, que é o fator mais importante que une esses movimentos.

O *lobby* discreto também faz parte do escopo de estratégias de ação utilizado pela Aliança e está relacionado com outra estratégia importante que é a utilização estratégica de informações. A organização possui alianças com organizações como o IATP, que possuem papel fundamental dentro da Aliança de provisão de análises e proposição de alternativas ligadas ao setor agrícola.

A entrevistada do IATP explica que a provisão de informações pelo Instituto é feita de forma escrita e através de webinars. Além disso, há também disseminação dessas informações em reuniões com organizações ou com membros do congresso. Dessa forma, a atitude de pesquisa também está orientada para o papel de advocacia, pois não apenas identifica os dados, mas também enfatiza as recomendações políticas em setores que são estratégicos. Dessa forma, o Instituto busca influenciar não somente a legislações locais em temas sobre regulação de pesticidas ou programas de alimentação escolar, mas também busca organizar reuniões de instrução (*briefings*) no Congresso em nível nacional.

Em nível internacional, participam de discussões e coalizões sobre os acordos de comércio, a exemplo do Citizens Trade Campaign. Dessa forma a atuação de IATP é fundamental no sentido que atua nas negociações de comércio em termos agrícolas, atuação que muitas vezes é limitada a fóruns da FAO ou a comitês da ONU sobre segurança alimentar, e deixando de lado organizações internacionais como a OMC, que também promovem debates fundamentais para alcançar os objetivos da soberania alimentar. Adicionalmente, essas políticas de comércio internacional afetam profundamente as comunidades de pequenos produtores no nível local.

A entrevistada do IATP (2020) ressalta que a incidência política internacional se torna mais eficiente quando ocorre em coalizões e destaca o papel de organizações do Sul global na liderança de tais coalizões, a exemplo de grupos mexicanos e brasileiros que foram cruciais em debates sobre questões agrícolas no âmbito do comércio.

De acordo com o Instituto, as principais alternativas, que também são consideradas como estratégias propostas pelo movimento e servem como elementos argumentativos na incidência política nas negociações internacionais, são: a gestão de suprimentos no sentido de garantir preços justos aos pequenos produtores, afrouxamento de política de patentes sobre plantas e sementes presentes nos acordos, mudança de provisões que permitem empresas desafiar em regras relacionadas a pesticidas e agroquímicos, busca por enfatizar a importância da tomada de decisão no local enquanto se estabelecem os padrões internacionais para evitar que os planos locais muitas vezes sejam subserviência aos internacionais, pensar criativamente como encorajar a transição para a agroecologia como por exemplo a melhor abordagem e construção de programas direcionados aos Agricultores, incentivar autossuficiência alimentar.

No âmbito da estratégia de lobby discreto, é importante ressaltar também a atuação da rede Social de Justiça e Direitos Humanos, que é uma organização brasileira que atua no meio rural fornecendo assessoria jurídica a comunidades rurais, além de buscar agir

internacionalmente nas políticas de países estratégicos como os EUA. Segundo a organização, o objetivo da atuação nos EUA “[...] é tentar desenvolver políticas que possam contribuir com o boicote de commodities do agronegócio brasileiro que são responsáveis por violações dos direitos humanos e que causam problemas ao meio ambiente no Brasil.” (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2020).

A Rede Social desenvolve uma estratégia semelhante à abordagem do padrão *boomerang* e age transnacionalmente, porém, sua particularidade é que a mesma não foca na atuação em espaços internacionais de debate, em vez disso, realiza lobby discreto no âmbito doméstico de países estratégicos para o tema em questão. Apesar disso, a organização também busca participar de debates no âmbito da ONU, o que ilustra a estratégia bumerangue apresentada por Keck e Sikkink (1998).

Essa atuação estratégica de incidência política mais específica e lobby discreto desenvolvida pelo IATP e pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos é explicada por Keck e Sikkink (1998) em sua caracterização sobre redes transnacionais de *advocacy*. As autoras argumentam que esses tipos de redes tendem a ter poucos ativistas que usam as informações e agem de forma estratégica. Durante a pesquisa de campo fica claro a existência de poucos ativistas no âmbito das organizações de apoio da Aliança que trabalham desenvolvendo um papel de *advocacy*, enquanto que as organizações de base tendem a ser mais densas.

As abordagens dos movimentos rurais transnacionais, sobretudo a proposta por Moyo e Yeros (2005) ao elencar as formas de ação direta e indireta, possuem capacidade explicativa no que se refere às ações indiretas mais comuns no Norte global, que também podem ser consideradas como ações estratégicas ao explicar que esses movimentos tendem a agir em fóruns internacionais e a utilizar sistemas internos de conscientização e educação. A pesquisa de campo não identificou formas de ação nos EUA que se assemelham às formas de ação direta geralmente utilizadas no Sul global, como lutas armadas ou ocupações de terras.

Entre as estratégias identificadas durante a pesquisa de campo daremos em fazer a estratégia de ação coletiva a nível internacional ou cooperação transnacional. A seguir buscaremos analisar de forma mais aprofundada todos os aspectos que rodeiam as estratégias com a finalidade de explicar por que os movimentos sociais cooperaram transnacionalmente contra o *land grabbing*.

4.4 COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL

Após a análise e comparação desta categoria analítica com as abordagens escolhidas, identificamos alguns aspectos que explicam a ação de cooperação transnacional desenvolvida pelas organizações. Os principais aspectos abordados nesta fase estão relacionados aos motivos que levam os movimentos a agir transnacionalmente e a buscar aliados internacionais, assim como identificar como a aliança com organizações e movimentos estrangeiros pode aperfeiçoar o alcance de resultados da cooperação. Além disso, foram abordadas questões sobre o relacionamento com movimentos rurais transnacionais como a Via Campesina e o MST.

4.4.1 Busca por aliados internacionais

Quando indagados sobre os motivos que as levam cooperar transnacionalmente, as organizações membro da USFSA, assim como suas parceiras, foram categóricas ao afirmar que os desafios são globais e, dessa forma, é necessário que a ação seja global. O poder do agronegócio é reconhecido como transnacional e, dessa forma, há uma necessidade de ação internacional para conseguir combater as lutas que são globais.

A respeito desse aspecto, um dos entrevistados da NFFC (2020) explicou que há um reconhecimento entre todas as organizações da Aliança de que as lutas não estão contidas nos EUA e que há um impacto internacional causado pelas empresas do agronegócio norte-americano, um poder corporativo que afeta comunidades rurais ao redor do globo. A organização relata que o governo dos EUA reconhece que o poder corporativo ligado ao setor agrícola também está afetando as comunidades rurais dos Estados Unidos.

O entrevistado afirma que é preciso enfrentar os desafios de forma transnacional e coletiva e complementa que alcançar a soberania alimentar nos EUA sem alcançá-la em outros países parece algo utópico, porque os atores que fazem oposição aos movimentos, como o forte lobby do agronegócio, é um fenômeno internacional.

A WhyHunger (2020), por sua vez, chega à mesma conclusão ao afirmar que há necessidade de atuação e busca por aliados globais porque “o neoliberalismo é um fenômeno global, então a resposta precisa ser global” (WHYHUNGER, 2020). O neoliberalismo aqui pode ser entendido como um desafio aos movimentos e organizações agrícolas que defendem a soberania alimentar devido ao mesmo priorizar a agricultura de larga escala.

A ActionAid USA também corrobora o argumento ao relatar que a aproximação da organização com a USFSA ocorreu devido ao fato de elas trabalharem com temas rurais. O entrevistado explica que a USFSA passa a se relacionar com a ActionAid USA devido à necessidade da última de ter conexões com organizações de base nos EUA (2020).

A NAMA também corrobora o argumento das demais organizações. A organização identifica que o *land grabbing* e o *ocean grabbing* são fenômenos que não estão limitados a um país e são parte da estratégia de atores globais de deslocar e explorar recursos em nível global. Dessa forma, há necessidade de resistência também em nível transnacional e que, do ponto de vista da NAMA, aliar-se a atores como a USFSA e a Via Campesina torna a articulação internacional possível.

O entrevistado relata que há existência de adversários globais para o *land grabbing*, mas também para o *ocean grabbing*, que são responsáveis por privar o acesso a terras, assim como privar o acesso ao oceano por pequenos pescadores.

Para tentar reverter o quadro, organizações como a NAMA, em parceria com a USFSA e outras organizações trabalham para promover a soberania alimentar marinha, que é baseada nos princípios da soberania alimentar defendida pelos movimentos rurais e prevê maior democratização do processo de produção, consumo e distribuição de alimentos.

Em nível internacional e em resposta a esse fenômeno do *ocean grabbing*, é importante destacar o papel do World Forum for Fisher People que é considerada pela NAMA como a principal voz da comunidade pesqueira de pequena escala em nível global. Sua composição social é principalmente liderada por atores do Sul global. O fórum tem como rede irmã a Via Campesina para pescadores (NAMA, 2020), o que demonstra como as lideranças de movimentos do Sul global são influentes na constituição de movimentos em países desenvolvidos. Além disso, acentua o aspecto internacional da conexão de comunidades locais com espaços internacionais, que também é um dos objetivos principais da USFSA.

A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2020), por sua vez, relata que a busca por aliados internacionais ocorre para dar maior visibilidade internacional aos problemas no Brasil. É importante ressaltar que a Rede Social é uma organização brasileira que atua nos EUA. De acordo com a entrevistada, a atuação no exterior, principalmente nos EUA, ocorre em diversos setores como na academia, mídia internacional e congresso norte-americano.

Dessa forma, é possível identificar que, a abordagem da globalização desde baixo (BRECHER, COSTELLO e SMITH, 2000; DELLA PORTA et al., 2006; WILLIAMS, 2007)

e dos movimentos sociais rurais transnacionais (SCHERER-WARREN, 2000; ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012; MOYO e YEROS, 2005; BERNSTEIN, 2005; MARTINIELLO e NYAMSEDA, 2018) possuem mais a capacidade explicativa diante da realidade analisada do que a abordagem do padrão boomerang que trata-se da estratégia desempenhada pelas redes transnacionais de advocacia (KECK e SIKKINK, 1998).

De fato, as organizações dos EUA buscam agir internacionalmente para alcançar objetivos políticos domésticos, aspecto característico do padrão *boomerang*, mas as principais motivações estão relacionadas à dicotomia que se formou no sistema internacional no setor agrícola que coloca em lados opostos defensores do agronegócio e defensores da soberania alimentar e incentivam resistência por parte de setores excluídos do processo decisório referente às questões agroalimentares.

Quanto a atuação da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, que é uma organização brasileira mais específica que busca realizar um lobby discreto em um país estratégico para as questões que estão em sua pauta, o padrão *boomerang* também não consegue abordar de forma precisa sua atuação, pois suas autoras Keck e Sikkink (1998), se referem a atuação em fóruns internacionais quando não há espaço político internamente enquanto no caso da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos o que ocorre é uma atuação doméstica em um país estratégico. Mas é importante ressaltar que a ação da Rede também se configura como uma ação transnacional devido a conexão estrangeira.

Esse aspecto apresentado pelas organizações de que os desafios são globais e precisam de respostas globais demonstra a necessidade de construção de identidade comum ao formar um movimento transnacional, aspecto relevante para as abordagens utilizadas na parte teórica. Nesse sentido, Brecher, Costello e Smith (2000), autores da globalização desde baixo argumentam sobre o desenvolvimento de um processo de confluência positiva na construção de um movimento comum global, enquanto Della Porta et al. (2006) apresenta como condição de existência de um movimento global a construção de uma identidade comum. Keck e Sikkink (1998), por sua vez, no âmbito da tipologia tática, apresenta a política simbólica, que está relacionada à construção de uma identidade comum na construção de uma rede transnacional de advocacy.

Sobre o aspecto da construção de unidade do movimento, a ActionAid USA (2020) relata que esse processo se dá através de elementos culturais. A questão dos eventos culturais nas reuniões anuais demonstra o aspecto de construção identitária do movimento.

No entanto, vale ressaltar que construir uma identidade não significa uniformidade, mas, considerando a composição social diversa do movimento, significa construir uma unidade em que diferentes grupos que possuem tradições culturais distintas se unem devido às suas lutas comuns.

Outro fator relevante levantado pela NFFC é de que o capital internacional é responsável pela estrangeirização de terras nos EUA e, dessa forma, a resposta também precisa ser global. O entrevistado relata que há conhecimento de que muitas das corporações que estão se apropriando de terras nos EUA estão recriando capital estrangeiro e que o dinheiro utilizado nessas transações é proveniente de fundos de pensão europeus, latino-americanos, dentre outros. Dessa forma, há o reconhecimento de que o capital que é internacional, deve ser tratado de forma internacional, ou seja, há necessidade também de ação em outros países.

Este aspecto da pesquisa, assim como toda a pesquisa, demonstra que os estados não devem ser tratados nas relações internacionais como uma bola de bilhar fechada, mas como um conjunto de atores heterogêneos com interesses distintos. Assim, comunidades mais vulneráveis de países desenvolvidos podem ser atingidas por atores de elite de países considerados como em desenvolvimento.

4.4.2 Como aliados estrangeiros potencializam os resultados dos movimentos e organizações?

Quanto aos aspectos relacionados a como aliados estrangeiros podem potencializar os resultados da USFSA, os entrevistados apontaram para a obtenção de *know how* como elemento mais importante, tendo em vista que, segundo os membros e parceiros da Aliança, movimentos no Sul Global tendem a ser mais desenvolvidos por terem maior experiência com conflitos e resistência. Apesar disso, a obtenção de informações com aliados estrangeiros também confere legitimidade à ação dos movimentos e organizações em países desenvolvidos como os EUA.

Essa busca por aprender com aliados internacionais têm sido algo pioneiro por parte da USFSA dentro dos EUA, devido ao que as organizações chamam de excepcionalismo norte-americano. O excepcionalismo, segundo os entrevistados, trata-se da ideia presente na cultura estadunidense de considerar os EUA e sua população como excepcionais e dessa forma, sem a necessidade de buscar ideias ou técnicas fora do país. Segundo os entrevistados da NFFC (2020), da ActionAid USA (2020) e da WhyHunger (2020), o fator de buscar

utilizar organizações estrangeiras como fonte de aprendizado é algo que tende a combater o excepcionalismo norte-americano que faz parte da cultura do país.

Um dos representantes da NFFC (2020) explica que aos poucos, por meio da estratégia de educação política que é fortemente utilizada pelas organizações contestatórias devido à ausência de paridade de poder, a sociedade estadunidense está começando a entender a importância de fortalecer essas relações com movimentos estrangeiros. A posição em relação à busca por aliados estrangeiros é que se trata de uma prioridade, mas também é algo em construção.

A ActionAid USA (2020), organização parceira da USFSA, cujo entrevistado participou do processo de formação da Aliança, explica que a conexão com organizações do Sul possibilita o aprendizado com comunidades locais que experienciam as lutas por terras. Um fator que ilustra esse aspecto apresentado pela WhyHunger (2020) é que a experiência da USFSA é inspirada por articulações da sociedade brasileira como o CONSEA e a Associação Brasileira de Agroecologia no Brasil, principalmente no que diz respeito aos aspectos de ampliação da participação democrática.

O IATP também ressalta a importância de movimentos do Sul global que potencializam os resultados da Aliança. O instituto enfatiza, a partir da experiência de incidência política nas negociações e comércio na área das Américas, a liderança de grupos brasileiros como o MST na mobilização de pessoas e na promoção de mudanças e complementa:

“Isso é muito animador! Preocupo-me agora dada a situação de mudança desses programas [...] seria ótimo encontrar algumas maneiras pelas quais possamos nos apoiar quando estivermos passando por esses momentos difíceis” (IATP, 2020).

A NFFC (2020), por sua vez, considera que a aliança com parceiros internacionais auxilia no fortalecimento da legitimidade da Aliança, sobretudo no que diz respeito às questões relacionadas ao land grabbing. Dessa forma, a cooperação transnacional é vista pela organização como algo importante e em desenvolvimento, por isso, há constante esforço para ampliar relações com movimentos na África e na América Latina.

De acordo com o IATP (2020), no âmbito das negociações em espaços internacionais, agir em coalizão auxilia na formação de uma frente unida e isso faz com que haja uma transformação da percepção da atuação dessas organizações que não são mais vistas como atores buscando interesses comuns, mas como um movimento uníssono buscando por um tipo

diferente de mudança. Este aspecto também está relacionado com a vantagem da legitimidade fornecida por meio das alianças. O instituto busca manter coalizões para acompanhar e aprender a partir de lições e alternativas desenvolvidas em outros países, reforçando o debate sobre o excepcionalismo norte-americano mencionado nas entrevistas com a NFFC, com a WhyHunger e a ActionAid USA, mas sem perder a consciência de que haverá resistência por parte de atores do governo e das empresas.

4.4.3 Relação com MST e Via Campesina

Os principais aspectos que permeiam o relacionamento com a Via Campesina estão relacionados ao compartilhamento de informações, realização de eventos conjuntos, busca pelo alinhamento do trabalho, tendo em vista que a Via Campesina é um movimento mais crítico que limita as parcerias a organizações que não estão ligadas às grandes corporações. Quanto ao relacionamento com o MST, as entrevistas destacam a realização de *joint ventures*.

É importante ressaltar que a USFSA não é um organismo tão crítico ao capitalismo quanto a Via Campesina, que não se associa a grandes empresas ou instituições intergovernamentais governadas por multinacionais, a exemplo do FMI e do Banco Mundial. No entanto, há um esforço de alinhamento de ações, devido ao fato de que a Via Campesina é uma das principais responsáveis pela gênese da Aliança.

A NFFC, que pode ser considerada como uma das principais organizações da USFSA, foi o primeiro membro da Via Campesina na América do Norte, o que demonstra a importância da relação entre as duas organizações (NFFC, 2020).

A USFSA e a Via Campesina também trabalham juntos na organização de eventos conjuntos, a exemplo do Encuentro de Agroecologia ou webinars realizados de forma colaborativa. A parceria também é fundamental na articulação e divulgação de declarações propostas pelas organizações (NFFC, 2020).

No que se refere ao relacionamento com o MST, verifica-se intercâmbio entre as organizações e a presença de membros da organização brasileira nos EUA. A NFFC (2020) explica que há a realização de *joint ventures* com organizações como o MST, apesar de estarem menos próximos do MST do que da Via Campesina. Vale ressaltar também que o Friends of the MST é uma organização membro da USFSA.

Durante a pesquisa de campo, verificou-se ainda o intercâmbio com membros do MST que são responsáveis por auxiliar nas atividades desenvolvidas pela Aliança, como o trabalho conjunto para facilitar a participação de uma mulher norte-americana negra na participação de conferências relacionadas ao direito do uso da terra.

4.5 RESULTADOS ALCANÇADOS PELA USFSA

Nesta seção, serão analisados e apresentados os principais resultados obtidos pela USFSA, assim como os casos de sucesso e as alternativas apresentadas pela organização.

Dentre os principais resultados alcançados pela Aliança que foram identificados durante a pesquisa de campo, pode-se elencar os seguintes aspectos: criação de um espaço de diálogo dentro dos EUA que busca promover interação entre atores diferentes, em alguns casos até opostos; outro resultado considerável apontado pelos entrevistados, no âmbito da educação política, é a difusão do conceito de soberania alimentar; construção de solidariedade internacional em que há um apoio e aproximação com lutas de outros movimentos; difusão de práticas de soberania alimentar.

Quanto à construção de um espaço de diálogo nos EUA, as organizações apontam para o fato da USFSA ser considerada como um espaço para debate de questões relacionadas à promoção da soberania alimentar. De acordo com a ActionAid USA (2020), esse espaço busca alinhar e conscientizar atores que se encontram até mesmo em posições opostas.

A NFFC (2020) explica que o fato da USFSA propor um espaço de diálogo entre diferentes grupos que muitas vezes são opostos é algo que não se pode mensurar, mas que pode ser considerado como um dos principais resultados positivos da organização. O entrevistado relata muitas vezes tentam mostrar para fazendeiros que possuem uma escala maior de produção a situação de comunidades compostas por nativos ou imigrantes em que as decisões relacionadas à produção podem significar perigo de vida para esses grupos mais vulneráveis, como pode-se verificar no trecho a seguir:

Criando um espaço onde talvez nossos fazendeiros brancos e uma região específica do país possam entender as lutas dos camponeses latino-americanos, camponeses imigrantes e sentir um sentimento de solidariedade com eles e contribuir para fazer uma declaração a esse respeito (NFFC, 2020).

Apesar disso, os entrevistados ressaltam que não é algo fácil de se desenvolver, pois a rivalidade entre os grupos muitas vezes dificulta esse diálogo. Dessa forma, é um processo em

construção, mas a iniciativa de colocar esses grupos de atores com interesses diferentes em um mesmo espaço pode ajudar na criação de mais empatia entre eles.

Em relação à educação política, o principal resultado positivo alcançado pela Aliança está relacionado à difusão do conceito de soberania alimentar, principalmente dentro dos EUA. Apesar de haver resistência por parte da população, é algo que está ganhando força devido a sua legitimidade social.

Neste sentido, a NFFC (2020) explica que o trabalho da USFSA contribui para o aperfeiçoamento das relações interpessoais, assim como a compreensão interseccional da economia política da soberania alimentar. Em relação ao segundo aspecto levantado pelo entrevistado, pode-se considerar que a soberania alimentar, mais do que um conceito, também apresenta alternativas no âmbito da economia política que são considerados como mais justos e inclusivos no que se refere à distribuição dos recursos.

A WhyHunger (2020), durante a entrevista, ressaltou a importância, no âmbito da educação política, da desconstrução da ideia de excepcionalismo norte-americano, uma vez que o conceito de soberania alimentar é oriundo de movimentos ligados ao Sul Global. A ActionAid USA (2020), por sua vez, também ressalta a educação política como algo positivo que vem, sendo construído pela Aliança, como fica evidente no trecho a seguir:

Outro resultado importante se refere à educação política em torno do conceito de soberania alimentar que está mais difundido nos EUA, apesar da necessidade de continuar trabalhando no tema. Um exemplo disso é a criação de outras alianças temáticas como a Aliança Indígena para Soberania Alimentar e a Aliança Negra para a Soberania Alimentar.

As organizações entrevistadas reconhecem o desafio da promoção do conceito, no entanto, acreditam ser um trabalho fundamental para o aperfeiçoamento das políticas relacionadas à produção e consumo de produtos alimentares.

Outro aspecto destacado pelas organizações em relação aos resultados alcançados pela USFSA é a construção de uma solidariedade internacional em que movimentos norte-americanos reconhecem e se identificam com lutas de movimentos fora dos EUA. Este aspecto, além de importante para a legitimidade dos movimentos, também parece ser um elemento motivador da ação coletiva desenvolvida.

Em relação à construção da solidariedade internacional, a NFFC (2020) relata que se trata da construção de um movimento coletivo entre as organizações parceiras em que o

aspecto fundamental dessa cooperação é a educação política que resulta dessa interação e apoio mútuo.

Sobre a questão da solidariedade, a WhyHunger (2020) relata:

Outra questão é denunciar a ação de empresas americanas ou com capital estadunidense no impacto na vida das pessoas em outros países, eu acho que esse é outro papel que a aliança tem desenvolvido também de dizer: “Olha, como estadunidenses, a gente discorda e a gente vai denunciar isso dentro dos Estados Unidos. Isso aí para mim é solidariedade.

A NFFC (2020) também ressalta esse aspecto da solidariedade, mas no âmbito dos fóruns internacionais. Como cidadãos norte-americanos, são mais eficazes na tarefa de cobrar dos gestores nacionais por ações que ocorrem em outros países do que cidadãos estrangeiros. Ou seja, o fato de organizações norte-americanas apoiarem lutas de movimentos na África ou na América Latina, por exemplo, aumenta a capacidade de accountability do movimento global.

O IATP (2020) ressalta a importância das coalizões no âmbito da solidariedade internacional ao citar um caso de sucesso ligado à USFSA. De acordo com o Instituto, a forte oposição da sociedade civil que atuou em coalizão foi capaz de pressionar, também por meio de lobbying, o congresso que impediu a aprovação do acordo durante as negociações da Parceria Transpácífica.

No âmbito internacional, a atuação em coalizões foi fundamental para impedir a privatização da água na Bolívia (ITAP, 2020) devido ao forte lobbying desses movimentos ligados à promoção da soberania alimentar. O fato de privatizar a água viola a ideia de considerar os alimentos como mercadoria, que pode ser considerado como um dos princípios da soberania alimentar, conceito desenvolvido em grande medida pelos movimentos sociais rurais.

O instituto relata que a cooperação transnacional dos movimentos ligados à promoção da soberania alimentar também contribuiu para a limitação da provação do mecanismo de solução de controvérsias entre investidor e estado no âmbito das negociações do comércio internacional. Países como Estados Unidos, México, Canadá e Bolívia, devido a articulação bem sucedida, tiveram a aprovação do mecanismo limitada.

Outro resultado considerado como relevante pelas organizações trata-se da disseminação de práticas de soberania alimentar nos EUA. A adoção de medidas no âmbito local relacionados às práticas agroecológicas e participativas passaram a fazer parte da prática de comunidades de base estadunidenses.

A WhyHunger (2020) apresenta como principais resultados da USFSA, a construção de uma solidariedade internacional, difusão do conceito de soberania alimentar nos EUA. Este segundo aspecto está relacionado a desconstrução do excepcionalismo norte-americano, ao buscar introduzir na cultura alternativas oriundas de outros países.

Dentre as práticas mais comuns relacionadas à soberania alimentar, a WhyHunger destaca três: a presença das Community Land Trust (CLT) e a Community-supported Agriculture (CSA). A CLT trata-se da formação de organizações sem fins lucrativos que buscam administrar coletivamente espaços em nome de uma comunidade. Esta iniciativa pode ser considerada como uma solução alternativa para a questão da terra ao reunir pequenos produtores e comprar a terra coletivamente, evidenciando o princípio da democratização da terra abordado pelo conceito de soberania alimentar. Mas, é preciso ressaltar, esses empreendimentos ainda consideram a terra como uma mercadoria e são adquiridas por meio do mercado.

A CSA, por sua vez, é uma iniciativa de origem japonesa em que consumidores encomendam cestas orgânicas e pagam antecipadamente ao produtor. Esta iniciativa também aborda princípios da soberania alimentar ao valorizar a agricultura agroecológica, além de buscar reduzir a distância entre produtores e consumidores e fortalecer a economia das comunidades locais.

Neste sentido, também é importante destacar o desenvolvimento do Minnow Project, mencionado na entrevista com a WhyHunger (2020). O projeto busca levantar fundos de doações provenientes de organizações filantrópicas para comprar e proteger permanentemente as terras agrícolas, ao mesmo tempo que pressiona por mudanças nas políticas que aumentam os recursos públicos para iniciativas semelhantes.

Estima-se que cerca de 162 milhões de hectares de terras agrícolas sejam postas à venda nos próximos anos nos EUA devido ao envelhecimento da população, dessa forma, parte considerável das terras norte-americanas se tornaram alvo de corporações que especulam sobre terras e que são responsáveis por atividades econômicas exploratórias e insustentáveis do ponto de vista econômico e social. Além disso, o preço das terras agrícolas disparou fora do alcance da maioria dos agricultores. No Vale do Sacramento, por exemplo, o valor da terra aumentou 400% desde 2005. Como resposta, organizações e movimentos sociais dos EUA estão desenvolvendo o Minnow Project para garantir o que as organizações denominam de “just land transition”, ou transição justa da terra. O projeto também busca dar prioridade e incidir politicamente em políticas que criem oportunidades para pessoas negras e

de comunidades indígenas por meio de consórcios e cooperativas que proporcionam a posse coletiva da terra.

No âmbito legislativo, a ActionAid USA (2020) destaca como resultado da atuação da USFSA o Green New Deal, que é um projeto de lei que busca fazer alusão ao New Deal, no que se refere à reforma agrária realizada com pequenos agricultores. O Green New Deal, no entanto, possui o aspecto verde de promoção da sustentabilidade ao propor medidas que considerem atividades harmônicas em relação ao meio ambiente. Vale ressaltar que a proposta foi feita por uma congressista negra e busca apresentar alternativas ao meio ambiente que estão diretamente ligadas às oportunidades para os trabalhadores rurais.

O IATP, por sua vez, também apresenta como caso de sucesso a disseminação de um sistema de gestão de suprimentos do setor de laticínios, a priori utilizado pelo Canadá, que recebeu adesão de diversas organizações nos EUA. Este mecanismo busca alinhar antecipadamente demanda e oferta, por meio da produção de acordo com a demanda, o que garante a estabilidade de preços que são mais justos para os pequenos produtores e evita a superprodução. No entanto, o IATP explica que esse sistema só é possível no Canadá porque há barreiras tarifárias que impedem muitos produtos exportados que eleva a concorrência para produtores do mercado nacional.

É importante ressaltar que a medida vai contra os princípios da OMC, ou seja, a atuação dentro da OMC pelo IATP, apesar de buscar apenas por preços mais justos, mexe na estrutura de princípios da organização que foi projetada para promover o livre comércio, mas que deveria tratar o comércio como algo que é possível de ser gerido devido a disparidades que causam.

Ao ser questionado sobre resultados provenientes da cooperação transnacional por meio da USFSA, a NAMA (2020) destacou a articulação no caso envolvendo a Bristol Bay no estado do Alasca. A região, uma espécie de baía em que o salmão é um importante recurso das comunidades de pescadores, passou a ser alvo de investimentos em atividades extrativistas conhecidas como The Big Pebble Mine. A atuação em conjunto com a USFSA ajudou a fortalecer a voz das comunidades pesqueiras. Além disso, também possibilitou a articulação com comunidades indígenas da região que também eram contra o desenvolvimento do Pebble Mine. A Articulação conseguiu impedir o desenvolvimento dessas atividades por meio de políticas governamentais desenvolvidas após protestos e petições elaboradas durante ações solidárias que deram suporte às comunidades de base no Alasca.

A Rede Social, organização brasileira que atua nos EUA e concedeu entrevista durante a pesquisa de campo por atuar em parceria com organizações ligadas a USFSA, também elenca fatores que são considerados como resultados positivos da atuação transnacional da Rede. A organização trabalha fornecendo assessoria jurídica a comunidades rurais brasileiras, produção de relatórios e informações sobre especulação de terras, além de atuar nos fóruns internacionais e nos EUA no sentido de incidir politicamente sobre temas relacionados a questões de terras. A atuação da organização em si e sua conexão com membros importantes da Aliança ilustram o aspecto transnacional e a articulação em rede das organizações de base e movimentos sociais.

De acordo com a organização, a cooperação transnacional possibilitou o aumento da visibilidade internacional para o tema no Brasil. Um exemplo disso são publicações do New York Times e da ONU que geram repercussão também no âmbito nacional para o tema da especulação de terras. A entrevistada ressalta que o impacto da especulação de terras está atualmente no centro do debate internacional sobre mudanças climáticas, sobre do direito à alimentação e se tornou prioridade na pauta das organizações ambientalistas, organizações camponesas, organizações dos direitos humanos e do meio acadêmico.

Outro resultado importante destacado pela organização é o desenvolvimento das comunidades locais, que apesar de muitas vezes não conseguirem frear grandes projetos de investimentos em terras, tornam-se organizadas e fortalecidas devido ao apoio e conexão com organizações a nível internacional.

Durante a pesquisa de campo, através de relatos nas entrevistas e sugestões de leitura, foi possível desenvolver uma lista com *good cases* da soberania alimentar nos EUA. Tais iniciativas demonstram a difusão do conceito de soberania alimentar dentro dos EUA, reforçando a importância da estratégia de educação política desenvolvida pela USFSA.

Tabela 4: Iniciativas de soberania alimentar nos Estados Unidos

Iniciativas	Definição	Princípios da soberania alimentar abordados
1. Minnow Project	O projeto busca garantir uma “just land transition” por meio do levantamento de capital para compra coletiva de terras que seriam destinadas a comunidades tradicionais	Posse coletiva da terra; Sustentabilidade social e ambiental;

	e a produção agroecológica e sustentável (THAPAR, 2020).	Democratização do uso da terra;
2. Detroit's agrihoods	A iniciativa refere-se a fazendas de terras urbanas na cidade de Detroit que ficou conhecida como Michigan Urban Farm Initiative (MUFI). A MUFI busca promover a justiça alimentar, racial e a soberania alimentar através do desenvolvimento de hortas e jardins orgânicos e a administração coletiva da terra. A produção de alimentos na MUFI é gratuita e a colheita é disponível para todos nos sábados pela manhã. Neste sentido, promove o debate sobre o conceito de comida gratuita, além de focar a soberania alimentar por meio do controle da produção e distribuição dos alimentos (ADAMS, 2019).	Posse coletiva da terra; Democratização do uso da terra (controle da produção e distribuição dos alimentos); Não trata terra ou alimentos como mercadoria/commodity;
3. Indigenous Food and Agriculture Initiative	A iniciativa busca promover a soberania tribal por meio da alimentação e agricultura com foco na capacitação das comunidades indígenas, promoção da saúde e fortalecimento da economia local. A Iniciativa para Alimentos e Agricultura Indígena busca melhorar o bem-estar das comunidades tribais ao desenvolver sistemas alimentares saudáveis, desenvolvimento	Propriedade coletiva da terra; Democratização do uso da terra; Promoção da agroecologia; Soberania tribal;

	econômico diversificado e valorização das tradições alimentares culturais no país indígena. No âmbito da capacitação, o público alvo são governos tribais, agricultores, pecuaristas e empresas de alimentos onde são fornecidos planejamento estratégico e assistência técnica. Além disso, busca desenvolver programas de educação executiva acadêmica e profissional em sistemas alimentares e agricultura e aumentando a matrícula de alunos em universidades com concessão de terras em disciplinas relacionadas com alimentos e agricultura. O objetivo do projeto é tornar visível para a filantropia o ecossistema de trabalho importante e oportunidades de impacto nas comunidades indígenas, a fim de ajudar a aumentar a educação de financiadores e o investimento no trabalho liderado por indígenas (INDIGENOUS FOOD AND AGRICULTURE INITIATIVE, 2020).	
4. Indigenous seed banking	O projeto é desenvolvido na Oneida Reserve por comunidades indígenas e propõe o desenvolvimento de um banco de sementes indígena. O projeto visa promoção da soberania alimentar, por meio da valorização da cultura de comunidades tradicionais	Diversidade das culturas alimentares; Democratização do uso da terra;

	indígenas e preservação da diversidade das espécies de plantas e alimentos (WOZNIACKA, 2020).	
3. National Heirs Property Conference	Trata-se de uma iniciativa apoiada pela NFFC em que colocou em debate na conferência em Atlanta no ano de 2019 a importância de garantir a posse coletiva da terra a herdeiros para evitar que as terras sejam vendidas e destinadas a atividades econômicas não democráticas e não sustentáveis. “Heirs Property” ou propriedade de herdeiros ocorre quando a terra é de posse coletiva, mas quando os proprietários originais morrem e não deixam testamento, resta um vácuo de como a terra será transferida. Estima-se que cerca de três milhões de acres agrícolas de famílias negras no sul dos EUA estão com problemas de propriedade e isso equivale a um problema de cerca de 2 bilhões de dólares quando há disputas familiares sobre o melhor uso da terra. Alguns membros escolhem vender a terra ou sua parte dela. Durante a conferência em Atlanta, advogados e economistas especialistas buscam propor alternativas políticas e jurídicas para resolver o problema da posse da terra, cujo problema na titulação limita acesso a recursos da USDA,	Propriedade coletiva da terra; Democratização do uso das terras, ao incentivar a posse por comunidades negras; Desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis;

	garantindo a continuação da gestão coletiva da terra, assim como incentivos financeiros para uso adequado da terra (NATIONAL CONFERENCE LIFTS UP HEIRS PROPERTY ISSUES, 2020).	
--	--	--

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados durante a pesquisa de campo com entrevistados.

A partir da análise dos resultados obtidos na presente categoria, identificamos relação com as teorias que tratam dos movimentos rurais transnacionais, em que na prática, os movimentos transnacionais trabalham com foco forte em ações de educação política, além de propor alternativas.

As abordagens denominadas *globalization from below* e redes transnacionais de advocacia também são importantes ao explicar a atuação transnacional desses movimentos e organizações ao destacar o aspecto da solidariedade internacional e a construção de um movimento coletivo que busca estabelecer um problema comum como problemas envolvendo investimentos em terras e ações alternativas como a promoção da agroecologia.

De forma geral, considerando as cinco categorias analíticas, é possível destacar que as abordagens selecionadas dos movimentos rurais transnacionais, *globalization from below* e redes transnacionais de advocacy possuem elementos explicativos importantes que auxiliam na compreensão da dinâmica da cooperação transnacional das organizações e movimentos sociais.

Apesar disso, as duas primeiras podem ser consideradas como mais eficientes ao explicar a cooperação transnacional dos movimentos sociais rurais, pois colocam as organizações de base no centro desse movimento, enquanto a perspectiva das redes transnacionais de advocacia considera a atuação de organizações que advogam pelas organizações de base.

4.6 ASPECTOS RELACIONADOS AO BRASIL

Os aspectos relacionados à realidade brasileira identificados durante a pesquisa de campo se referem ao contexto do *land grabbing*, aos *insights* que podem ser visualizados com a experiência da USFSA nos EUA, além da desmistificação de aspectos relacionados à sociedade norte-americana.

Quanto ao *land grabbing*, o processo é semelhante em ambos os países, mas a concentração de terra nos EUA é menor, pois o país passou por uma reforma agrária mais ampla. A dificuldade de acesso a terras por parte de pequenos produtores é algo que também afeta ambos os países, apesar de no Brasil as lutas por terras serem mais intensas.

Em relação aos *insights*, pode-se destacar aspectos da incidência política internacional da sociedade norte-americana, fator que também se verifica em organizações brasileiras como a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Agir nos EUA, em fóruns internacionais e nacionalmente são consideradas como formas bem sucedidas de incidência política a partir da experiência da Aliança.

Devido a atuação de ativistas, políticos e congressistas brasileiros, intercâmbios internacionais com organizações do terceiro setor nos EUA, a situação na Amazônia está se tornando conhecida no cenário internacional e isso está pressionado o governo brasileiro a se posicionar em relação às suas práticas relacionadas ao meio ambiente, as condições de trabalho e as violações de direitos humanos de comunidades tradicionais sob pena de perder relações comerciais com países importantes.

A *accountability* de organizações também pode ser mais efetiva quando o alvo das ações são empresas estadunidenses. O fato de os norte-americanos poderem cobrar mais de seus governantes, pois são eleitores. A NFFC (2020) relata que os cidadãos americanos cobram seus governantes, até mesmo de diplomatas em fóruns internacionais. O mesmo também pode ocorrer no sentido inverso no caso de ações criticadas por organizações de base norte-americanas.

Esse aspecto também demonstra quão importante é o compartilhamento de informações entre atores da sociedade civil que não possuem poder de influência nas políticas públicas como as empresas e o Estado.

Além da incidência política internacional, que ocorre tanto em fóruns internacionais quanto no âmbito doméstico de países estrangeiros, os *insights* também estão relacionados a alternativas viáveis adotadas nos EUA como é o caso das Community Land Trusts que trata-se de projetos que visam comprar a terra coletivamente, utilizando recursos de pequenos produtores e organizações de filantropia que apoiam a causa. Apesar do CLT não desafiar o *status quo* e ainda considerar a terra como *commodity* que pode ser acessada por meio do mercado, a alternativa parece mais viável em termos práticos. A estratégia de compra coletiva de terras e administração coletiva aparece como solução para o problema da limitação do acesso a terras por pequenos agricultores e camponeses.

No que se refere ao aspecto da desmistificação de concepções brasileiras sobre os EUA, dois fatores chamaram atenção durante a pesquisa de campo: o primeiro é o fato de que apesar dos EUA serem um país desenvolvido e um dos atores mais poderosos do sistema internacional, cerca de 15% de sua população passa fome; o segundo fator é que movimentos sociais brasileiros são considerados como mais organizados e eficientes que os norte-americanos, por isso, muitas organizações nos EUA buscam aprender a partir da experiência de movimentos sociais brasileiros e do Sul Global que estão imersos no contexto de luta por terras e possuem mais *know how* de como lidar com tais disputas.

Ao relatar que a pesquisa de campo também buscava coletar insights para o caso brasileiro, as organizações entrevistadas foram categóricas em considerar as organizações brasileiras como pioneiras em ações coletivas que envolvem a luta por terras.

No âmbito geral, após a apresentação dos resultados da pesquisa ao longo dos capítulos, é possível perceber que há relação entre o processo de investimentos em terras em larga escala e as reações sociais contra esse processo. As teorias foram úteis para analisar a atuação da USFSA e sua atuação transnacional.

A maior valorização dos movimentos sociais e o esforço de democratização das políticas relacionadas ao setor alimentar e agrário são o principal foco dessas ações e corroboram os argumentos da teoria dos movimentos rurais transnacionais, da abordagem da globalização desde baixo e das redes transnacionais de *advocacy*. A seguir, portanto, faremos a recapitulação de forma sintética dos passos que estruturaram a pesquisa, bem como a apresentação das considerações finais da dissertação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que estamos desenvolvendo trata-se de uma pesquisa de longo prazo sobre o fenômeno do *land grabbing* ou, como denominamos agora, estrangeirização de terras. Esse fenômeno geralmente afeta comunidades tradicionais em países pobres ou em desenvolvimento, mas ressaltamos que isso também está afetando comunidades tradicionais em países desenvolvidos como EUA, Canadá e Austrália.

Esta dissertação propôs analisar por que os movimentos sociais cooperam contra a estrangeirização de terras, com foco na atuação transnacional da US Food Sovereignty Alliance. Para alcançar o objetivo principal, buscou-se primeiramente apresentar o escopo geral da estrangeirização de terras nos EUA. Fundamentamos a análise com as categorias extraídas das abordagens e conceitos que tratam da cooperação transnacional de movimentos sociais e que são úteis para compreender por que os movimentos sociais cooperam contra a estrangeirização de terras.

Dessa forma, no primeiro capítulo, nos debruçamos sobre o panorama geral que caracteriza o *land grabbing* nos Estados Unidos. Identificou-se que houve um crescimento significativo dos investimentos em terras nos EUA entre 2006 e 2007 e que a corrida global por terras nos EUA eleva os preços da terra e tornando difícil o acesso à terra por pequenos agricultores, conforme a percepção desses próprios atores. Uma das principais consequências desse processo é o aumento da fome. Além disso, o processo de estrangeirização de terras causa problemas ambientais na medida em que o modelo de produção baseado no agronegócio tende a erradicar a biodiversidade dando preferência às monoculturas. O *land grabbing*, portanto, apresenta-se como uma ameaça à justiça e ao conceito de soberania alimentar, adotados sobretudo por organizações de base e movimentos sociais ligados ao campo.

Em resposta a esse processo, organizações de base e os movimentos sociais reagem à falta de acesso à terra, desencadeada pela estrangeirização de terras. A NFFC, organização estadunidense de famílias camponesas e representante junto à Via Campesina da América do Norte, articula-se com organizações como a Grassroots International passam a organizar protestos contra a o *land grabbing* e tem como alvo comum o TIAA, que é um fundo de pensão que mais especula com terras dentro e fora dos EUA.

No segundo capítulo, selecionamos as principais abordagens teóricas e conceitos que podem ser úteis para analisar a cooperação transnacional contra a estrangeirização de terras.

Identificamos três abordagens: a teoria dos movimentos sociais rurais transnacionais, a globalização de baixo para cima e a abordagem das Transnational Advocacy Networks (TAN). Cada teoria apresenta argumentos que são considerados elementos explicativos importantes em nossa análise.

A primeira abordagem propõe que os movimentos rurais são pioneiros na oposição à globalização neoliberal e na proposição do conceito da soberania alimentar como alternativa ao modelo agrícola baseado no agronegócio. Além do fato de argumentar que a contestação neoliberal nasce no campo, esta abordagem coloca que o aumento da democratização do processo decisório, sobretudo referente às questões agrárias, são motivações que incentivam a cooperação desses movimentos. No âmbito da redemocratização do sistema decisório referente às questões agrárias e alimentares, os movimentos rurais propõem a desmistificação da visão da terra como uma mercadoria e busca desenvolver ações baseadas na posse coletiva da terra.

A segunda abordagem, por sua vez, propõe a noção de globalização desde baixo e argumenta que a priori ocorre o processo de globalização de estados e multinacionais, depois a globalização de grupos que estão na base da sociedade civil. Dessa forma, a abordagem propõe que os movimentos cooperam para fazer frente aos atores privados internacionais.

Por fim, a abordagem das TAN, ou Redes Transnacionais de Advocacia em português, explica movimentos sociais que buscam debates internacionais para alcance de objetivos internos por meio do padrão boomerang de ação. O principal elemento explicativo desta perspectiva, que ajuda a entender por que os movimentos sociais cooperam, propõe que a falta de abertura política no âmbito nacional leva essas organizações a buscarem por espaços em arenas internacionais para atingir objetivos domésticos.

Apresentamos também, com base nas abordagens, a Via Campesina como principal exemplo de cooperação transnacional dos movimentos sociais do setor rural que faz oposição ao agronegócio e propõe alternativas para reconfigurar o sistema alimentar global com base nos princípios da soberania alimentar. Vimos ainda que apesar de ser um organismo internacional, a Via Campesina se esforça para conectar movimentos locais ligados ao campo as arenas internacionais.

A partir dos conceitos e teorias que foram apresentados, foram extraídas as seguintes categorias de análise: contexto (C1), que identificou a ocorrência do processo de *land grabbing* nos EUA; ator social (C2), que abordou questões referentes a caracterização da

USFSA enquanto ator social, levando em consideração aspectos como composição social, estrutura organizacional e principais demandas; estratégias de ação (C3), responsável por abordar aspectos relacionados a ações de incidência política, relação com o governo e participação institucional; a categoria denominada cooperação transnacional (C4), que identificou a ação transnacional como uma estratégia fundamental de ação da USFSA e abordou aspectos relacionados a busca por aliados internacionais; por fim, os resultados obtidos (C5) na prática. Estas categorias serviram de base para estruturar a apresentação dos resultados feita no capítulo seguinte.

No terceiro capítulo, que tratou dos movimentos rurais nos EUA e sua busca por aliados estrangeiros, identificamos a USFSA como exemplo de cooperação transnacional contra a estrangeirização de terras nos EUA. Os dados coletados sobre a Aliança foram apresentados conforme as categorias extraídas das teorias e conceitos apresentados no segundo capítulo.

No que se refere ao contexto de criação da Aliança, um fator importante foi a descoberta da USFSA como resultado de discussões em fóruns internacionais liderados pela Via Campesina. Portanto, a Aliança não é apenas um exemplo de cooperação transnacional contra a estrangeirização de terras, mas também uma tentativa de difundir o conceito de soberania alimentar e conectar movimentos e discussões locais e internacionais e essa tentativa partiu de uma cooperação transnacional de movimentos sociais rurais.

Identificamos que, apesar de não ser tão crítica e propor um espaço de diálogo com alguns setores que estão ligados ao agronegócio, a Aliança adota a ação transnacional como uma das principais estratégias de atuação e é possível identificá-la claramente em suas publicações e nas entrevistas. Outro fator que demonstra o caráter transnacional da USFSA, é a existência, no âmbito de sua estrutura, do coletivo de Relações Internacionais que é responsável por conectar organizações de base locais e fóruns internacionais.

No âmbito da estrutura organizacional, destacou-se também o esforço da Aliança de colocar as organizações de base na liderança dos processos decisórios, ao passo que as organizações como as ONG ficam responsáveis pelo apoio logístico que possibilitam a ação transnacional e a articulação coletiva.

Dessa forma, no âmbito das contribuições acadêmicas, concluímos que as abordagens possuem elementos explicativos importantes para compreender a atuação da USFSA enquanto cooperação transnacional contra a estrangeirização de terras: a falta de abertura política nacional leva a atuar em arenas internacionais e à necessidade de fazer frente a atores

privados internacionais de forma global. No entanto, identificou-se que as abordagens dos movimentos rurais transnacionais e a globalização desde baixo são mais eficazes para compreender a dinâmica da USFSA e dos movimentos rurais transnacionais ao colocar as organizações de base no centro das decisões.

A abordagem da TAN, por sua vez, é importante para compreender como as ONG e movimentos sociais buscam aliados internacionais, assim como é o caso da USFSA, quando não há abertura no âmbito doméstico. No entanto, a abordagem foca mais na atuação das redes de advocacia, ou seja, organizações que advogam pelos movimentos e não os colocam no centro do processo decisório ou no centro da oposição. Apesar da dificuldade da USFSA de manter as ONG e organizações filantrópicas apenas como suporte logístico para a ação dos movimentos de base, pode-se considerar que existe um esforço na prática de incentivar o protagonismo dos movimentos rurais locais. No entanto, são necessários estudos mais aprofundados para identificar essa tendência na articulação de movimentos relacionados a áreas como direitos humanos, meio ambiente e direito das mulheres.

Consideramos também, com base em nossa análise, que a cooperação transnacional pode ser considerada como uma estratégia de atuação dos movimentos sociais rurais que cooperam devido a três motivos principais: a necessidade de fazer frente a atores privados internacionais, a necessidade de legitimidade e fortalecimento das ações alcançados através da solidariedade internacional e a existência de recursos tecnológicos que permitem a conexão entre os movimentos.

Esse tipo de articulação transnacional contra o fenômeno da estrangeirização de terras, apesar de suas limitações, apresenta aspectos positivos como a difusão do conceito de soberania alimentar dentro dos EUA, principal país de onde emanam as políticas relacionadas ao setor alimentar e agrário, e compartilhamento de informações e práticas referentes à adoção da soberania alimentar e da agroecologia na prática. Somado a maior valorização e solidariedade em relação aos movimentos de base e comunidades tradicionais, esses aspectos auxiliam na reversão, embora de forma lenta, das alterações no setor agrário avançadas pela expansão do agronegócio que tem como principal expoente a separação entre o ser humano e a terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 105, p. 15-46, 2018.

ACTIONAID USA, [21 de fevereiro, 2020]. 1 arquivo sonoro (1 hora e 39 min). Presencial (Washington, D.C.). Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

ADAMS, Biba. In Detroit, A New Type of Agricultural Neighborhood Has Emerged. **Yesmagazine**, 2019. Disponível em: <<https://www.yesmagazine.org/social-justice/2019/11/05/food-community-detroit-garden-agri-culture/>>. Acesso em: 03 de Outubro de 2020.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 76, p. 49-86, 2009.

AMARAL, Claudia Tannus Gurgel. Gestão Pública, Movimentos Sociais e Orçamento. **Revista de Direito da Cidade**, v. 3, n. 1, p. 170-197, 2011.

ANDERSON, Perry et al. Balanço do neoliberalismo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

ANDRÉE, Peter et al. (Ed.). **Globalization and food sovereignty: Global and local change in the new politics of food**. University of Toronto Press, 2014.

ARAGÃO, Fernanda Maria Baraúna de Freitas. **Vozes de Nacala: uma análise sobre as potencialidades e limites da articulação contra o ProSAVANA**. 2018. (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais–Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais–Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia. Salvador).

AWE. *Investing in U.S.* 2011. *Cropland*. Disponível em: <http://www.aew.com/pdf/AEWResearchInvestinginU.S.Cropland_000.pdf>, acesso em 9 de fevereiro de 2018.

BATISTA, Andrea Francine. **Consciência e territorialização contra-hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul**. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2014.

BERNSTEIN, Henry. Rural land and land conflicts in sub-Saharan Africa. **Reclaiming the land: the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America**, p. 67-101, 2005.

BORRAS JR, Saturnino M. et al. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**, v. 33, n. 4, p. 402-416, 2012.

BORRAS JR, Saturnino M. The politics of transnational agrarian movements. **Development and Change**, v. 41, n. 5, p. 771-803, 2010.

BORRAS JR, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C. Global land grabbing and political reactions 'from below'. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1723-1747, 2013.

BRECHER, Jeremy; COSTELLO, Tim; SMITH, Brendan. **Globalization from below: The power of solidarity**. South End Press, 2000.

BUDINI, Terra Friedrich et al. **Reflexões sobre a idéia de sociedade civil global e a ação política não-estatal além das fronteiras**. 2010.

CASTELLS, Manuel. Toward a sociology of the network society. **Contemporary sociology**, v. 29, n. 5, p. 693-699, 2000.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique. **Observador Rural (OMR), Documento de Trabalho**, v. 6, p. 1-26, 2013.

DELLA PORTA, Donatella et al. **Globalization from below: Transnational activists and protest networks**. U of Minnesota Press, 2006.

DESMARAIS, Annette. A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato. **São Paulo: Cultura Acadêmica, Expressão Popular**. Editora Voze, 2013

DIAS, Atos Rabi. Globalizando a luta contra a aquisição transnacional de terras: a atuação da via campesina na esfera da governança global. Dissertação de Mestrado – PGPCI/UFPB. 2018.

FAIRBAIRN, Madeleine. **Fields of Gold: Financing the Global Land Rush**. Cornell University Press, 2020.

FAIRBAIRN, Madeleine. **Indirect dispossession: Domestic power imbalances and foreign access to land in Mozambique**. *Development and Change*, v. 44, n. 2, p. 335-356, 2013.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green grabbing: a new appropriation of nature?. **Journal of peasant studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.

FAO. *State of Food Security and Nutrition in the World 2020*. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html>>, acesso em 20 de novembro de 2020.

FAO. *Land Ownership and Foreigners: A Comparative Analysis of Regulatory Approaches to the Acquisition and Use of Land by Foreigners*. Disponível em: <<http://www.fao.org/documents/card/en/c/43ffce8c-5fb3-4d3d-ae15-9e8250491f1d/>>, acesso em junho de 2021.

FERREIRA, António Casimiro. A sociedade de austeridade: Poder, medo e direito do trabalho de exceção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 95, p. 119-136, 2011.

FLYNN, Norman. **Public Sector Management**. Cap. 5. London: Sage, 2007. (Cap. 5);

TNI. *The global ocean grab: A primer*. 2014. Disponível em: <<https://www.tni.org/en/publication/the-global-ocean-grab-a-primer>>. Acesso em: 03 de Outubro de 2020.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**/Maria da Glória Gohn,(organizadora). Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GRAIN (2018). *The Global Farmland Grab by Pension Funds Needs to Stop*. Recuperado em dezembro de 2018, do website:
<https://www.grain.org/article/entries/6059-the-global-farmland-grab-by-pension-funds-needs-to-stop>.

GRAIN. *GRAIN releases data set with over 400 global land grabs*. 2012. Recuperado em 13 março 2018 do website:
<https://www.grain.org/article/entries/4479-grain-releases-data-set-with-over-400-global-land-grabs>.

GRASSROOTS INTERNATIONAL (2017). *TIAA Campaign Update: Momentum Builds Towards a Land Grab-Free Policy Shift*. Recuperado em dezembro de 2018, do website:
<https://grassrootsonline.org/blog/tiaa-campaign-update-momentum-builds-towards-a-land-grab-free-policy-shift/>.

HANLON, Joseph et al. **Understanding land investment deals in Africa. Country report: Mozambique**. Oakland, CA: The Oakland Institute, 2011.

HANLON, Joseph. **Mozambique: ‘the war ended 17 years ago, but we are still poor’**. Conflict, Security & Development, v. 10, n. 1, p. 77-102, 2010.

HETTINGER, Johnathan; HOLLY, Robert. **Foreign investment in US farmland on the rise**. Midwest Center for Investigative Reporting, v. 22, 2017.

HETTINGER, Johnathan. **Sale of timber land went mostly to a handful of foreign investors**. Recuperado em 13 março 2018 do website:
<http://investigatamidwest.org/2017/06/22/sale-of-timber-land-went-mostly-to-a-handful-of-foreign-investors/>. 2017.

HILL, Carolyn J.; LYNN JR, Laurence E. **Public management: A three-dimensional approach**. CQ Press, 2009.

IATP, [12 de março, 2020]. 1 arquivo sonoro (45 min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

INDIGENOUS FOOD AND AGRICULTURE INITIATIVE. Putting Tribal Sovereignty in Food Sovereignty. **Indigenous Food and Agriculture Initiative**, 2020. Disponível em: <https://indigenousfoodandag.com/>. Acesso em: 03 de outubro de 2020.

KARATEPE, Ismail Doga; SCHERRER, Christoph. Collective Action as a Prerequisite for Economic and Social Upgrading in Agricultural Production Networks. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 8, n. 1-2, p. 115-135, 2019.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International. **Politics**, 1998.

LAND MATRIX. *Global Observatory*. 2020. Disponível em:
<<https://landmatrix.org/global/>>, acesso em 20 de novembro de 2020.

LAND MATRIX. *Web of Transnational Deals*. 2020. Disponível em:
<<https://landmatrix.org/charts/web-of-transnational-deals/>>, acesso em 20 de novembro de 2020.

LEBLANC, Adrian Nicole. How Hunger Persists in a Rich Country Like America. **New York Times**. 2020. Disponível em:
<<https://www.nytimes.com/2020/09/02/magazine/food-security-united-states.html>>, acesso em 21 de novembro de 2020.

LIMA, Thiago. Agricultural protectionism in developed countries as a state interest. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 1, n. 2, p. 255-278, 2012.

LIMA, Thiago; LEITE, Alexandre César Cunha. **Estrangeirização de terras: um questionamento à cooperação na ordem econômica internacional contemporânea?** Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 5, n. 9, p. 121-151, 2016.

LIMA, Thiago; LOURENÇO, Erbenia. Corrida global por terras: os EUA como alvo? **Revista Tempo do Mundo**, v. 4, n. 2, p. 25-45, 2018.

MARGULIS, Matias E.; MCKEON, Nora; BORRAS JR, Saturnino M. **Land grabbing and global governance: critical perspectives**. Globalizations, v. 10, n. 1, p. 1-23, 2013.

MARGULIS, Matias E.; PORTER, Tony. **Governing the global land grab: multipolarity, ideas, and complexity in transnational governance**. Globalizations, v. 10, n. 1, p. 65-86, 2013.

MARGULIS, Matias E. **Trading out of the global food crisis? The World Trade Organization and the geopolitics of food security**. Geopolitics, v. 19, n. 2, p. 322-350, 2014.

MARTIN, William G.; PALAT, Ravi Arvind. **Asian Land Acquisitions in Africa: Beyond the 'New Bandung' or a 'New Colonialism'?**. Agrarian South: Journal of Political Economy, v. 3, n. 1, p. 125-150, 2014.

MARTINIELLO, Giuliano; NYAMSENDI, Sabatho. Agrarian Movements in the Neoliberal Era:: The Case of MVIWATA in Tanzania. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 7, n. 2, p. 145-172, 2018.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: A partial theory. **American journal of sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

MCMICHAEL, Philip. Regimes alimentares e questões agrárias. **São Paulo**, 2016.

MIDWEST CENTER. *Regulation on foreign ownership of agricultural land: A state-by-state breakdown*. Recuperado em 13 março de 2018, do website:
<http://investigatemidwest.org/2017/06/22/regulation-on-foreign-ownership-of-gricultural-land-a-state-by-state-breakdown/>.

MILANI, Carlos RS; LANIADO, Ruthy Nadia. Transnational Social Movements and the Globalization Agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Forum. **Brazilian Political Science Review (Online)**, v. 2, n. SE, p. 0-0, 2007.

MOCELIN, Daniel Gustavo; GEHLEN, Ivaldo. **Organização social e movimentos sociais rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018.

MONJANE, Boaventura. Movimentos sociais, sociedade civil e espaço público em Moçambique: uma análise crítica. **Cadernos CERU**, v. 27, n. 2, p. 144-155, 2016.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?**. São Paulo: Senac, 2001.

MOREIRA, Ardilhes; PINHEIRO, Lara. OMS declara pandemia do corona vírus. **G1 Globo**. Bem Estar. 11 de março de 2020.

MOYO, Sam; YEROS, Paris (Ed.). **Reclaiming the land: The resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America**. Zed Books, 2005.

MOYO, Sam; YEROS, Paris; JHA, Praveen. **Imperialism and primitive accumulation: Notes on the new scramble for Africa**. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

NAMA, [17 de abril, 2020]. 1 arquivo sonoro (48 min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

NATIONAL Conference Lifts Up Heirs Property Issues. **NFFC**, 2020. Disponível em: <<https://nffc.net/national-conference-lifts-up-heirs-property-issues/>>. Acesso em: 03 de Outubro de 2020.

NFFC. TIAA Must Stop Funding Deforestation and Land Grabs. 2017. Disponível em: <<https://nffc.net/tiaa-must-stop-funding-deforestation-and-land-grabs/>>, acesso em junho de 2021.

NFFC (2012a). U.S. Farmland: The Next Big Land Grab? Recuperado em 9 de fevereiro de 2018, do website: https://www.nffc.net/Learn/Fact%20Sheets/US%20Land%20Grab%20backgrounder_5.24.12.pdf

NFFC (2012b). Institutional Investors And The Great American Farmland Grab. Recuperado em 13 março de 2018, do website: http://www.nffc.net/Issues/Corporate%20Control/TIAA-CREF%20Backgrounder_2.3.13.pdf

NFFC, [28 de fevereiro, 2020]. 1 arquivo sonoro (33 min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

NFFC, [05 de março, 2020]. 0 arquivos sonoro (0 min). Via Telefone. Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil-um retorno aos dossiês**. *Agrária* (São Paulo. Online), n. 12, p. 3-113, 2010.

OLIVEIRA, Erbenia Lourenço de. Land Grabbing no centro e na periferia: reações sociais à estrangeirização de terras nos EUA e em Moçambique. 2018.

PATEL, Raj. [28 de abril, 2020]. 1 arquivo sonoro (12 min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

PATEL, Rajeev. International agrarian restructuring and the practical ethics of peasant movement solidarity. **Journal of Asian and African studies**, v. 41, n. 1-2, p. 71-93, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Reinventando a democracia: ONGs e movimentos sociais na construção de uma nova gestão pública**. 1998. Tese de Doutorado.

PELUSO, Nancy Lee; LUND, Christian. New frontiers of land control: Introduction. **Journal of peasant studies**, v. 38, n. 4, p. 667-681, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. Land grabbing, land rush, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 5, n. 2, p. 34-56, 2017.

PLEYERS, Geoffrey. The World Social Forum, a globalisation from below?. **Societies Without Borders**, v. 3, n. 1, p. 71-89, 2008.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, [22 de abril, 2020]. 1 arquivos sonoro (39 min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

RISSE, Thomas. **Transnational Actors and World Politics**. Handbook of International Relations, 2012.

ROSSET, Peter M.; MARTÍNEZ-TORRES, Maria Elena. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. **Ecology and society**, v. 17, n. 3, 2012.

SALAMON, Lester. **The Tools of Government: A New Guide to the Governance**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Editora Paz e Terra, 2016.

SASSEN, Saskia. Land grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. **Motrivivência**, n. 14, p. 33-50, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Editora da UFSC, 2011.

SCHLESINGER, Sergio. **Cooperação e investimentos do Brasil na África: O caso do ProSavana em Moçambique**. Maputo: FASE, 2013.

SCHUTTER, Olivier. How not to think of land-grabbing: three critiques of large-scale investments in farmland. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 249-279, 2011.

SIDNEY, Mara S. **Policy formulation: design and tools**. *Handbook of public policy analysis: Theory, politics and methods*, p. 79-87, 2007.

SOMMERVILLE, Melanie; ESSEX, Jamey; LE BILLON, Philippe. **The ‘global food crisis’ and the geopolitics of food security**. *Geopolitics*, v. 19, n. 2, p. 239-265, 2014.

SOUSA, Maria Eduarda de Andrade et al. Aquisições transnacionais de terra em Moçambique: uma Interpretação pós-colonialista. 2017.

THAPAR, Neil. An enormous land transition is underway. Here’s how to make it just. **Civil Eats**, 2020. Disponível em:
<<https://civileats.com/2020/02/24/an-enormous-land-transition-is-underway-heres-how-to-make-it-just/>>. Acesso em: 03 de Outubro de 2020.

THOMSON, A. Foreign investors are snapping up US farms. **Mother Jones**, v. 4, 2017.

US CONGRESS. H.R.6191 AQUAA Act. 2020. Disponível em:<<https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-bill/6191>>, acesso em 21 de novembro de 2020.

USDA. *Household Food Security in the United States in 2018*. 2019. Disponível em:
<<https://www.ers.usda.gov/webdocs/publications/94849/err-270.pdf?v=963.1>>, acesso em 21 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2011*. Recuperado em 14 março de 2018, do website:
https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/afida_thru_12312011.pdf

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2015*. Disponível em:
<<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdafiles/EPAS/PDF/afida2015report.pdf>>, acesso em 04 de junho de 2018.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2004*. Disponível em: < https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/022804_foreign_owner.pdf>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2005*. Disponível em:
<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdafiles/EPAS/PDF/022805_foreign_hold.pdf>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2006*. Disponível em: < https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/022806_foreign_hold.pdf>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2007*. Disponível em: <https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/afida.pdf>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2008*. Disponível em: <https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdafiles/EPAS/PDF/02_29_2008_foreign_holdings.pdf>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2009*. Disponível em: < https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/afida_2010.pdf>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2010*. Disponível em: <https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/afida_thru_12312010.pdf>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2011*. Disponível em: <https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/afida_thru_12312011.pdf>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2012*. Disponível em: <https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/afida2012report.pdf>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2013*. Disponível em: <<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdafiles/EPAS/PDF/afida2013report.pdf>>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2014*. Disponível em: <<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdafiles/EPAS/PDF/afida2014report.pdf>>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2015*. Disponível em: <<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdafiles/EPAS/PDF/afida2015report.pdf>>, acesso em 04 de junho de 2018.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2016*. Disponível em: <<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdafiles/EPAS/PDF/afida2016report.pdf>>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2017*. Disponível em:

<<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdafiles/EPAS/PDF/afida2017report.pdf>>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. *Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2018*.

Disponível em:

<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdafiles/EPAS/PDF/afida2018report_revised.pdf>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USFSA. *Member Organizations*. 2018. Recuperado em dezembro de 2018, do website:

<http://usfoodsovereigntyalliance.org/member-organizations/>.

USFSA. *US Food Sovereign Alliance*. 2020. Recuperado em dezembro de 2018, do website:

<http://usfoodsovereigntyalliance.org/>.

USFSA. *What is food sovereignty?* 2018. Recuperado em 13 março de 2018, do website:

<http://usfoodsovereigntyalliance.org/what-is-food-sovereignty/>.

VIEIRA, Flávia B.; MENEZES, Paula. Globalização desde baixo: um olhar sobre o II Encontro Internacional de Atingidos por Barragens. **Artigo em CD Rom. Rio de Janeiro: I Encontro Ciências Sociais e Barragens**, 2005.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina**. São Paulo: Alameda, 2011.

WHITE, Ben et al. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 619-647, 2012.

WHYHUNGER, [24 e 27 de fevereiro, 2020]. 2 arquivos sonoros (1 hora e 17 min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

WILLIAMS, Richard C. **The cooperative movement: Globalization from below**. Ashgate, 2007.

WOZNIACKA, Gosia. A New Bill Could Help Protect the Sacred Seeds of Indigenous People. **Civil Eats**, 2019. Disponível em:

<<https://civileats.com/2019/10/09/a-new-bill-could-help-protect-the-sacred-seeds-of-indigenous-people/>>. Acesso em: 03 de Outubro de 2020.

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

TRANSNATIONAL COOPERATION OF SOCIAL MOVEMENTS

IDENTIFICATION

1. Researcher:

2. Date:

3. Local:

4. What organization are you representing?

5. What is your position in the organization?

CONTEXT

6. What is the context of the movement's emergence?

7. What are the claims that compose the agenda of the movement?

USFSA

8. What is this transnational alliance called US Food Sovereignty Alliance?

9. What are the main members and social actors that compose the Alliance's base?

10. What are the main stakeholders of the USFSA?

11. What is the USFSA's organizational structure?

12. What are the dynamics of USFSA's meetings?

13. Where the resources from the USFSA come from?

14. Is the USFSA specifically directed to combat the land grabbing?

REPERTOIRE

15. What are the movement's forms of direct action and mobilization?

16. What actions of claim are learned and practiced by the movement in a long term perspective?

17. Is the protest the central component of those actions?

18. How do you analyse the social legitimacy of those actions?

19. What strategies compose the repertoire of interaction with the government?

20. Is there any dialogue between the government and social movements?

21. Does the USFSA use a institutionalized form of participation to improve public policy?	23. How does the USFSA interact with stakeholders?
22. Does the USFSA have allies within the US government?	24. How does the organizations members of the USFSA act through networking?

TRANSNATIONAL COOPERATION

25. Why does the USFSA seek for international allies?	29. On a scale from 0 to 10, how important is transnational cooperation for the Alliance's success?
26. How in practice does the USFSA strengthen its action/success through the alliance with foreigners?	30. Do you highlight any success stories of the Alliance? (It can be related to land grabbing or food sovereignty)
27. Please, describe the transnational articulation within the USFSA.	31. How does work the USFSA's relationship with transnational peasant movements like La Via Campesina?
28. What are the role of foreign organizations in the USFSA? What does the USFSA reach with the foreigners that without them would not be possible?	

OUTCOMES

32. What are the main outcomes of the USFSA?
33. How do you see the role of forcing organizations such as MST and La Via Campesina in those results?